



# SIG

# HISTÓRICO EM PERSPECTIVA

**Rafael Laguardia, Mônica Ribeiro  
de Oliveira e Vitória Schettini**  
(organizadores)

**Rafael Laguardia, Mônica Ribeiro  
de Oliveira e Vitória Schettini**  
(organizadores)

SIG

**HISTÓRICO  
EM PERSPECTIVA**



Juiz de Fora, 2024

© 2024 Editora UFJF

Licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0 Deed. Você pode compartilhar o material, respeitando os termos a seguir: conceda o devido crédito, inclua um link para a licença e sinalize quaisquer alterações realizadas; é proibido o uso do material para fins comerciais; caso remixe, transforme ou crie a partir do material original, fica vedada a distribuição da versão modificada.



**Reitor**

Marcus Vinicius David

**Vice-reitora**

Girlene Alvers da Silva

**Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa**

Priscila de Faria Pinto

**Pró-reitora Adjunta de Pós-graduação e Pesquisa**

Isabel Cristina Gonçalves Leite



**Conselho Editorial do Selo ClíoEdel**

Martinho Alves da Costa Junior - PPG/His - UFJF (Diretor)

Norval Baitello Junior - COS/PUC-SP

Maralíz de Castro Vieira Christo - PPG/His - UFJF

Kleber Amancio - CECULT/UFRB

Claudia Viscardi - PPG/His- UFJF

**Projeto Gráfico, Editoração e Capa**

Marcelo Morais

SIG: histórico em perspectiva / organizadores Rafael Laguardia, Mônica Ribeiro de Oliveira e Vitória Schettini. – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ClíoEdel, 2024.

97 p.

Dados eletrônicos (1 arquivo: 3,1mb)

ISBN: 978-85-93128-66-0

1. Geoprocessamento. 2. Humanidades digitais. 3. Histórias digitais. I. Laguardia, Rafael. II. Oliveira, Mônica Ribeiro de. III. Schettini, Vitória.

CDU: 711.4

DOI: 10.34019/ufjf.ebook.2021.00051



Editora UFJF – Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Campus Universitário, bairro São Pedro – Juiz de Fora, MG, Brasil – CEP 36036-900  
editora@ufjf.br / propp@ufjf.br



Agradecemos ao apoio concedido pelo  
**PPGH/UFJF/PROEX/CAPES**



**ESTE É UM EBOOK INTERATIVO, BASTA CLICAR NOS  
BOTÕES ABAIXO PARA SER DIRECIONADO PARA O CAPÍTULO.**

**APRESENTAÇÃO**

**CAPÍTULO 1**

**SIG para pesquisa histórica: aplicações e oportunidades**

**Ian Gregory (Lancaster University)**

**CAPÍTULO 2**

**Uma linguagem válida: os mapas de historiadores**

**Tiago Gil (UnB)**

**CAPÍTULO 3**

**300 kilómetros en la distribución de esclavos en  
el Atlántico Sur, 1809-1833**

**Carlos Eduardo Valencia Villa (UFF)**

**CAPÍTULO 4**

**As aventuras e desventuras de Clio  
entre Hermes, Héstia e Hefesto**

**Jeffrey Lesser (Emory University); Thomas D. Rogers (Emory University);  
Andrew G. Britt (University of North Carolina); Luís Ferla (Unifesp) et alli**

# Apresentação

Este é um livro que reúne quatro distintas abordagens inovadoras que têm em comum perspectiva da escrita da história, a partir do uso dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) históricas. Consideramos que o uso dessa ferramenta permitiu que melhor entendêssemos a articulação entre os homens o espaço e o meio ambiente, possibilitada por uma nova arquitetura dos dados históricos. O uso de novas tecnologias podem ser relacionado a outras bases de dados e informações, como a paisagem e dados da geografia física, abrindo possibilidades ao pesquisador de uma nova informação, seja pela leitura dos padrões espaciais das fontes históricas ou pelos condicionamentos propostos pelos aspectos físicos e geográficos àquela sociedade, entre outras formas de leitura.

Originalmente a proposta de publicação do livro surgiu após o evento “SIG Histórico em Perspectiva” em que autores internacionais e nacionais refletiram sobre o tema em uma linguagem sobre tecnologias, geografia e história. A obra que ora apresentamos, tem como objetivo divulgar, principalmente para o meio acadêmico, o uso destas novas ferramentas digitais, oriundas das Geociências, para a pesquisa em História.

Conhecido atualmente como SIG histórico, SIG é a abreviação de Sistemas de Informações Geográficas. Trata-se de um tipo de tecnologia de software que pode armazenar, exibir e analisar dados de informações geográficas, mas quando alimentado com informações históricas – aqueles presentes nas fontes históricas – pode, ainda, revelar uma geografia passada, através de mapas digitais, e possibilitar o rastreamento de mudanças temporais nas variadas organizações espaciais da sociedade.

Trata-se de um livro/dossiê de história com muitas imagens, principalmente em alguns capítulos, o que não é muito comum em livros de história. As imagens de mapas ajudam na identificação de padrões espaciais e suas transformações nas variadas temporalidades possíveis de serem analisadas. Os capítulos contam com projetos desenvolvidos e financiados por importantes agências de fomento à pesquisa, fato que em si sinaliza a relevância desse tema, ainda pouco identificado em publicações no Brasil, mas muito comum nas principais editoras do mundo.

Considerando que existe uma grande demanda por parte dos pesquisadores em ampliar seu repertório metodológico para análise de seus dados de pesquisa, o livro que ora apresentamos tem exatamente essa função e ainda se alinha a um movimento mais amplo de desenvolvimento de todos os campos científicos ao incorporar as tecnologias computacionais para suas análises e resultados de pesquisas.

É importante salientar que o encontro de novas tecnologias e campos científicos, aqui expostos em linhas gerais no encontro do SIG com a pesquisa em história, tende a convocar reflexões sobre “limitações e possibilidades” nos usos das novas tecnologias em pesquisa em história. Consideramos que muitas limitações se devem a uma falta de formação e/ou afinidade de trabalho do historiador para lidar com a espacialização ou matematização de suas fontes históricas; talvez por isso, empresas de SIG não estão completamente atentas às demandas dos historiadores e assim, as fontes históricas

que não apresentam dados e séries completas e detalhadas não são plenamente incorporáveis aos softwares de SIG. No entanto, essas reflexões não podem desmotivar o uso do SIG na pesquisa histórica e este livro, com essas quatro abordagens é prova disso. Trabalhos colaborativos, plataformas próprias desenvolvidas por historiadores podem atuar tanto como um instrumental como também um incentivo à criatividade e ao diálogo interdisciplinar.

No primeiro capítulo “SIG para Pesquisa Histórica: aplicações e oportunidades” Ian Gregory, um especialista da área da Lancaster University apresenta um amplo escopo de usos possíveis do SIG em pesquisas de história através de exemplos de pesquisas realizadas em variadas regiões da Grã-Bretanha, bem como projetos com os quais ele colaborou em outras instituições. O texto do professor Ian Gregory foi traduzido para o português pela primeira vez.

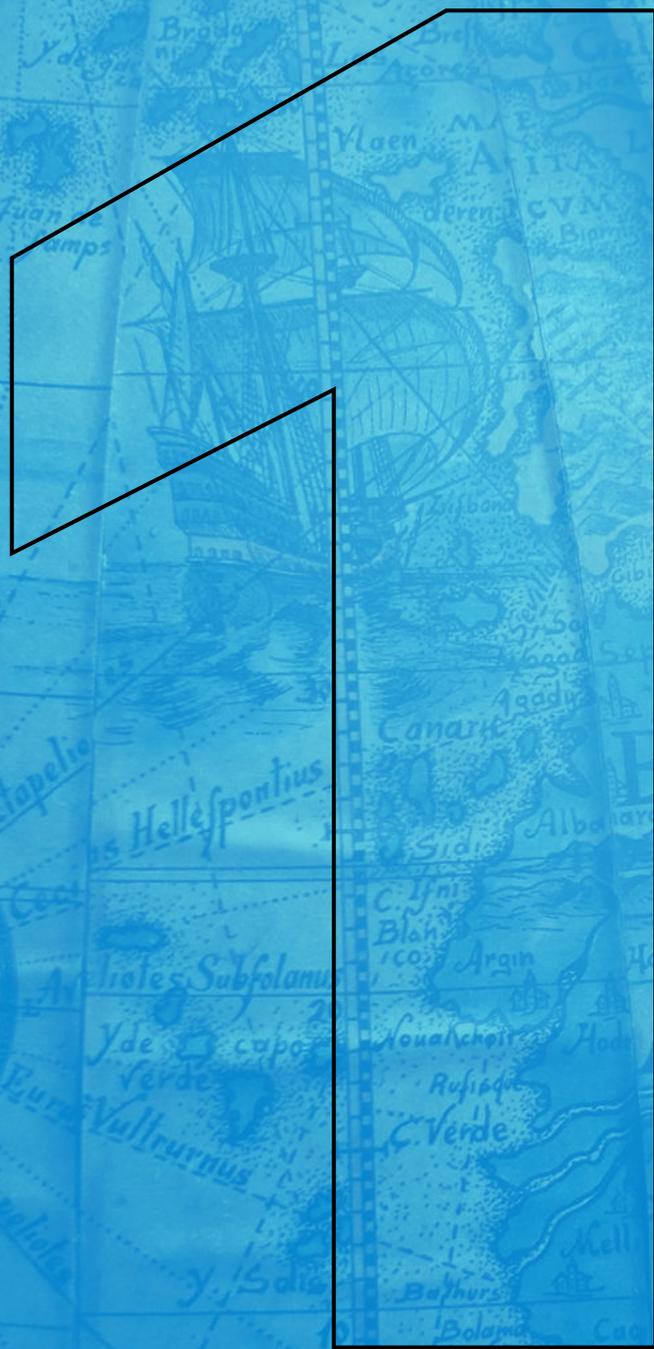
No segundo capítulo “Uma linguagem válida: os mapas de historiadores”, Tiago Gil, docente da Unb, apresenta os usos possíveis do SIG em variados temas de pesquisa em história através do Atlas da América Lusa – uma plataforma digital, regida pelos princípios da ciência aberta, que busca compartilhar dados espacializados de fontes históricas. Tiago Gil ainda apresenta suas mais novas pesquisas em andamento atualmente.

No terceiro capítulo “3: 300 kilómetros en la distribución de esclavos en el Atlántico Sur, 1809-1833” Carlos Valencia, docente da UFF, dá destaque a uma de suas principais pesquisas, um tema ainda pouco explorado pela historiografia brasileira, qual seja, o tráfico interno de escravos, mas através do uso metodológico do SIG em história. O autor apresenta resultados que de outra forma não seria possível alcançar.

No quarto e último capítulo, “As aventuras e desventuras de Clio entre Hermes, Héstitia e Hefesto” um grupo de autores de variadas instituições, a saber: Jeffrey Lesser (Emory University); Thomas D. Rogers (Emory University); Andrew G. Britt (University of North Carolina); Luís Ferla (Unifesp); Fernando Atique (Unifesp); Rafael Laguardia (Universidade Salgado de Oliveira); Rodrigo Mariano (INPE); Gabriel Sansigolo (INPE); Nandamudi Vijaykumar (INPE); Karla Fook (ITA); Aracele Torres (Unifesp); Cintia Almeida (Unifesp); Luanna Nascimento (Unifesp); Vitória Silva (Unifesp); Monaliza Santos (Unifesp); Ângela Pereira (Unifesp); Ana Barbour (Unifesp); Orlando Farias (Unifesp); Ariana Marco (Unifesp); Carolina Ressureição (Unifesp); Tamires Camargo (Unifesp); Daniela Musa (Unifesp); Gabriel Morais (IFBA); Luciana Rebelo (IFSP); Raphael Silva (Univesp), entre eles, doutores e especialistas na área, mestres, graduados e estudantes de iniciação científica, trazem uma reflexão conjunta acerca do impacto das novas tecnologias e da chamada virada espacial no ofício do historiador. Com o foco no passado, o texto encontra na segunda geração da Escola dos Annales os antecedentes históricos e antigas demandas dessa atual tendência.

Esperamos que a leitura possa abrir novos olhares e possibilite novas perspectivas nas pesquisas a todos os interessados.

Os organizadores



**SIG para pesquisa histórica:  
aplicações e oportunidades**

# SIG para pesquisa histórica: aplicações e oportunidades

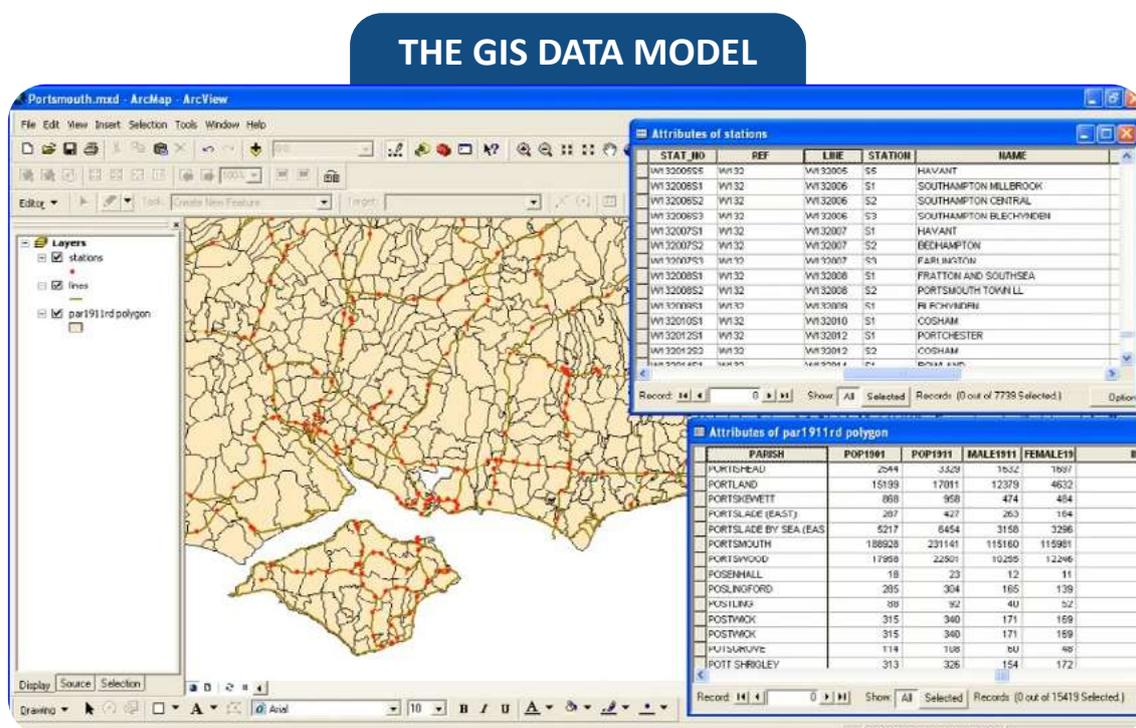
Ian Gregory (Lancaster University)

Responsável pela tradução: Rafael Laguardia

Muito bem, ainda não podemos nos encontrar pessoalmente, mas talvez em outra ocasião. Hoje, vou dar alguns exemplos do uso de SIG, em pesquisa histórica, com base em uma série de diferentes exemplos de projetos, em alguns dos quais participei. Se pensarmos bem, em essência, o SIG é, na verdade, uma tecnologia muito simples e básica. A figura abaixo mostra o básico do SIG.

No lado esquerdo, há a imagem do mapa com os dados espaciais. Existem alguns pontos representando as estações ferroviárias, algumas linhas representando as linhas ferroviárias e alguns polígonos representando as divisões territoriais em 1911. Essa é a representação da costa sul da Inglaterra. Para quem não sabe, ali fica a Ilha de Wight; Southampton, fica mais ao norte e Portsmouth, mais ao leste. Vinculado a cada recurso de dados espaciais, há, também, uma tabela de dados de atributos, que especifica as informações. Os dados espaciais informam a localidade e os dados de atributo, o que é cada coisa. Essa tabela contém dados de atributos para estações

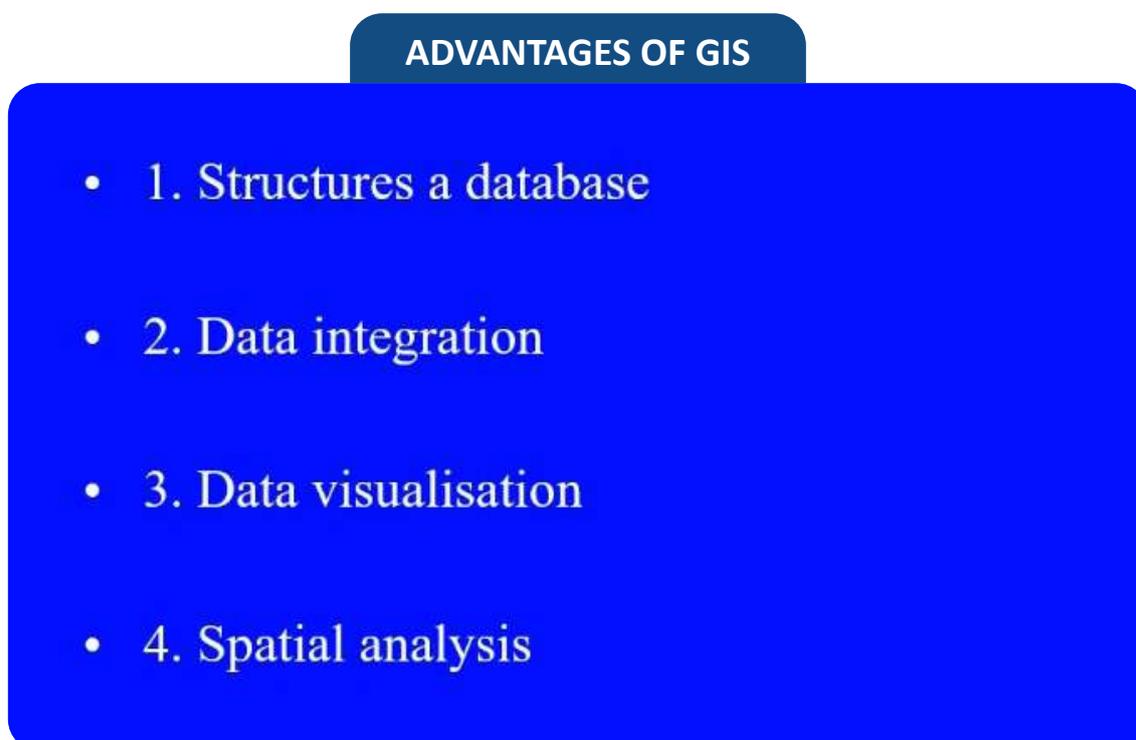
Figura 1



Fonte: imagem produzida pelo autor, a partir do SIG.

ferroviárias, ela mostra itens como o nome da estação. A tabela de baixo contém atributos das divisões territoriais, dados do polígono, e alguns dados do censo de 1911. Deste modo, existe o nome da divisão territorial, a população, o número de homens e de mulheres, e assim por diante. Tudo bem padronizado, mas também muito simples. É uma forma de representar a geografia no passado. Se pensarmos bem, é muito notável que uma maneira tão simplista de representar o mundo em um computador tenha levado a uma grande mudança na forma de fazemos pesquisa histórica, particularmente, pesquisa de geografia histórica. Parece que o SIG foi cada vez mais associado aos dados históricos espaciais ou dados da humanidade, os quais refletem a maneira como podemos usar esse tipo de tecnologia para compartilhar insights sobre tópicos históricos e sobre tópicos geográficos históricos. Isso é o que quero abordar hoje: falar sobre os tipos de coisas que essa plataforma tecnológica nos permite fazer e, como historiadores abrirá portas para novos tipos de pesquisa. Assim como, falar de alguns trabalhos dos quais fiz parte. A mensagem que quero passar diz respeito às vantagens dessa tecnologia, que nunca foi buscada pelos historiadores, mas as vantagens que ela tem a oferecer para pessoas que querem fazer pesquisa histórica. O que essa estrutura básica de dados espaciais e de atributos realmente oferece aos historiadores? Acho que isso pode ser resumido em quatro coisas.

Figura 2

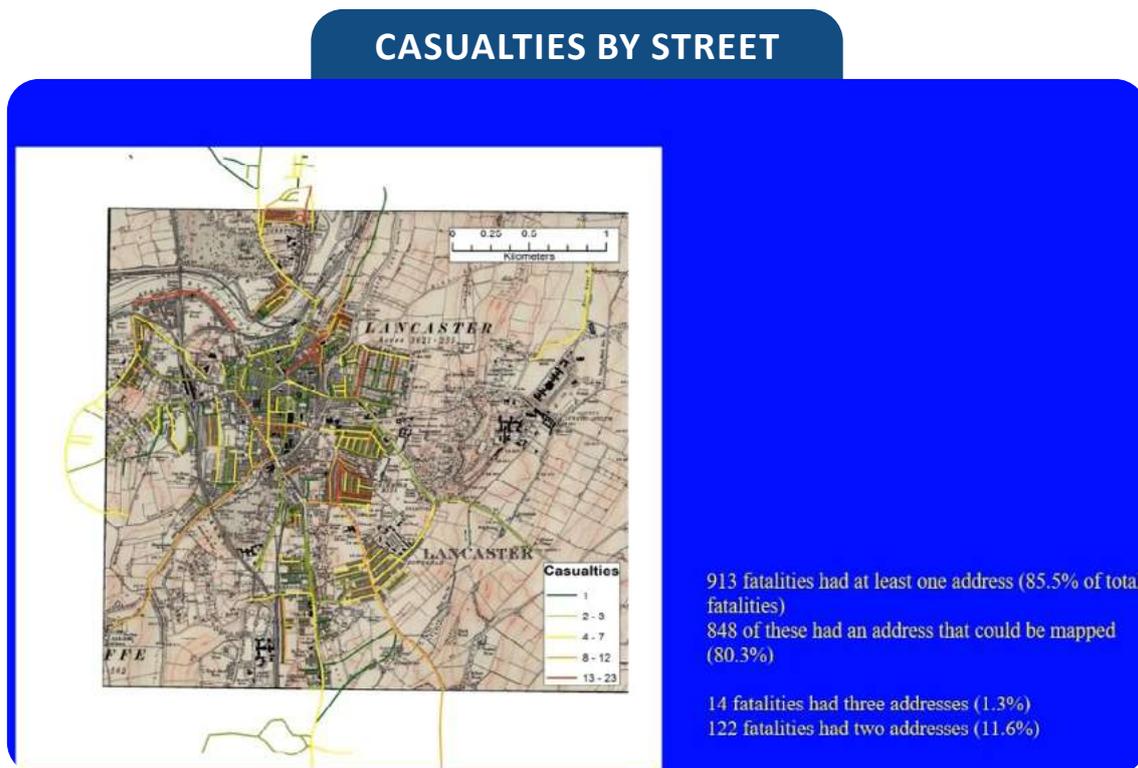


Fonte: imagem produzida pelo autor.



Este é um exemplo de um projeto do qual fiz parte. Ele trata do centenário da Primeira Guerra Mundial. A Primeira Guerra Mundial ocorreu entre 1914 e 1918. Então, seu centenário é muito recente. Esse projeto baseou-se em alguns dados que foram reunidos pelo grupo de patrimônio histórico chamado Lancaster Military Heritage. Para quem não sabe, para a Grã-Bretanha, a Primeira Guerra Mundial foi a mais marcante quanto ao número de vítimas nos conflitos entre as quais a Grã-Bretanha já havia participado. Todas as cidades e quase todos os povoados têm seu Memorial de Guerra com os nomes das vítimas, que são, geralmente, militares mortos em combate. Mais tarde, os nomes das vítimas de outras guerras foram adicionados. Mas tudo começou com os nomes da Primeira Guerra Mundial. A cidade de Lancaster não é uma exceção. Seu principal Memorial de Guerra traz os nomes de mais de mil homens que foram mortos na guerra. O grupo Military Heritage, em um projeto anterior, pesquisou quem foram esses homens e encontrou mais informações sobre eles. Os resultados da pesquisa encontram-se nessa figura. Esse é um registro de Arthur Atkinson, soldado da infantaria Durham Light. Ele foi morto em janeiro de 1916, aos 18 anos. Esse registro também mostra algumas informações sobre seus pais. Muito trabalho foi feito para coletar essas informações. Há muitas informações sobre como a guerra afetou a cidade e assim por diante. Mas o problema foi a maneira como o grupo organizou esses registros. Eles criaram esses registros como páginas estáticas na internet, em que o nome das vítimas era organizado por ordem alfabética, a partir do sobrenome. Em outras palavras, se você é um geógrafo e está interessado em uma família específica, então esse é um recurso muito bom. Você pode descobrir de forma rápida, quais membros dessa família foram mortos e saber mais informações. Mas se você estiver interessado em outros aspectos, por exemplo, em como a guerra afetou a cidade, quem foram esses homens, onde moravam, esse tipo de coisa, é preciso ir além de uma página estática organizada por sobrenome e começar a procurar outras formas de estruturar os dados. Se analisarmos esses registros, há muitas informações geográficas. Por exemplo, em vermelho está o endereço dos pais do Arthur: Derby Rd., Skerton, Lancaster. Um pouco mais abaixo, também em vermelho está o endereço dele: Derby Rd., Skerton, 20, Lancaster; a rua de seus pais. Outro registro inclui o endereço dele. Depois, em verde está o nome do cemitério no qual ele foi sepultado. Também tem o endereço do cemitério. Em roxo está a escola onde ele estudou e o endereço dela. Ele trabalhou na gráfica Rembrandt, na Queen Street; seu endereço está no registro. Há muita informação geográfica potencial nesse registro. Então, pegamos essas informações e mapeamos os endereços das ruas como dados de pontos, ou, como fizemos no mapa mostrado na Figura 4, como dados de linha. Calculamos o número total de vítimas de cada rua. Podemos ver as ruas destacadas em vermelho: Elas têm o maior número de vítimas. Essa rua específica tem mais de 13 vítimas. Algumas ruas têm menos vítimas. Também foi disponibilizado um mapa de Lancaster do início do século 20 embaixo desses dados, de forma a contextualizar os dados.

Figura 4



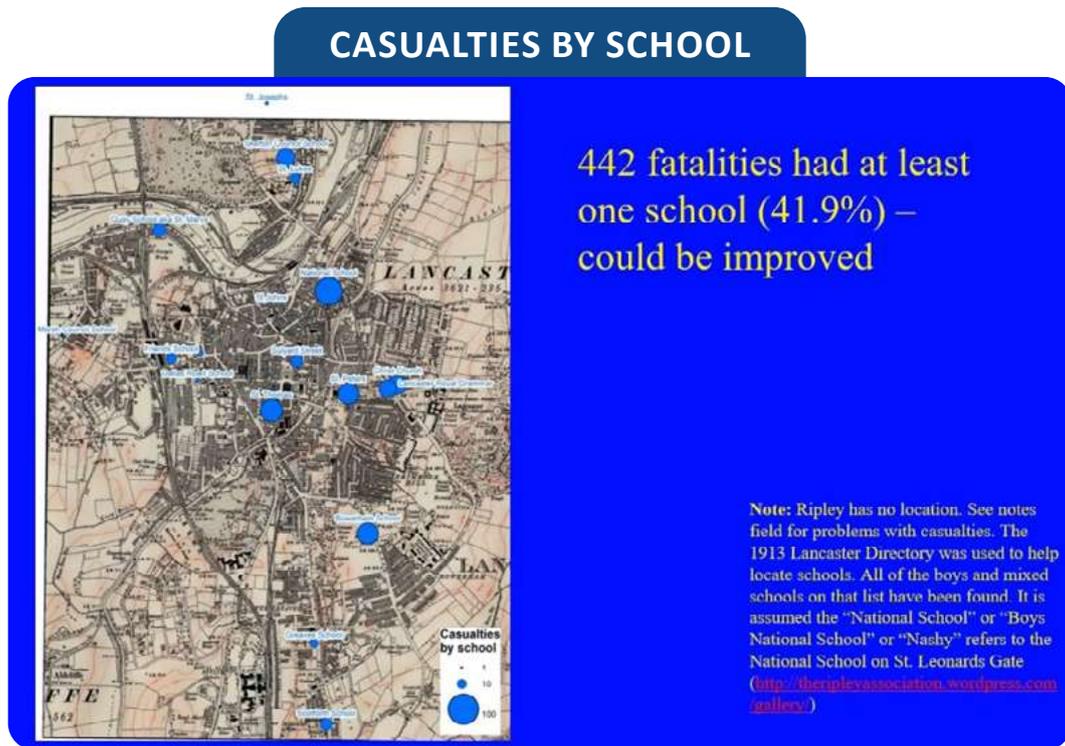
Fonte: imagem produzida pelo autor.

Claramente, vemos que há um padrão de vítimas e algumas partes da cidade foram mais afetadas que outras. Essa área, Primrose, tem um número alto de vítimas, ao passo que a área vizinha parece ter um número mais baixo. Na área de classe média, há uma rua com alto número de vítimas. Outras ruas têm números muito baixos de vítimas. A área da classe operária teve muitas vítimas. Há outro aglomerado de vítimas em Skerton, onde morava Arthur Atkinson. Outras partes da cidade, particularmente no lado oeste, parecem ter sido muito menos afetadas. Então, o que isso fez?

Em primeiro lugar, deu-nos um mapa de onde moravam as vítimas. E também levanta algumas questões para os historiadores: por que esse foi o padrão? Por que algumas partes da cidade foram muito mais afetadas que outras? Como historiador, você precisa começar a pensar e a usar o conhecimento histórico para levantar algumas questões que até agora não foram analisadas. De muitas maneiras, esse é mais um projeto de engajamento público do que de pesquisa acadêmica. Mas, no entanto, do ponto de vista histórico, por que algumas partes da cidade foram mais afetadas do que outras?

No mesmo mapa, esses são os dados por escola. Os círculos proporcionais representam o número de vítimas em cada escola. Algumas escolas registraram um número muito maior de vítimas. Essa informação também pode ser transformada em taxas de vítimas.

Figura 5



Fonte: imagem produzida pelo autor.

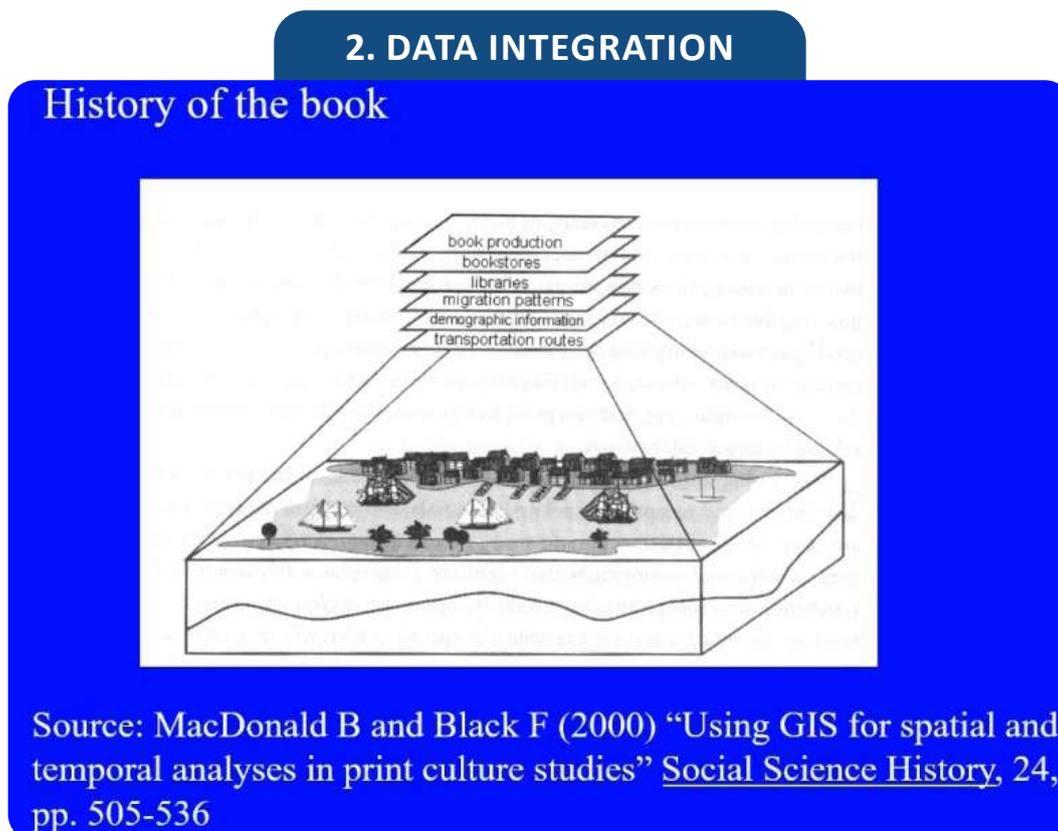
Figura 6



Fonte: imagem produzida pelo autor.

Não vou entrar em detalhes sobre como fizemos essa análise. Existe um capítulo de um livro que consta na lista que vou passar que fala mais sobre isso. O ponto principal desse projeto não era tanto ser um projeto acadêmico, mas, sim, um projeto de engajamento público, voltado a ajudar pessoas na cidade analisada, a saber mais sobre o que aconteceu na Primeira Guerra Mundial. Tivemos muita cobertura da imprensa durante o período do centenário. Com base nessa plataforma, desenvolvemos um website interativo, no qual as pessoas podiam clicar em sua rua e conseguir uma lista de vítimas que moraram nela. Mas é muito perceptível que o interesse da imprensa estava na representação dos mapas da cidade. Podemos ver três artigos de jornais ou de websites aqui. Eles usaram especificamente esse mapa. Isso, porque as pessoas entendem os mapas. Eles ajudam a dar vida a esse tipo de história. As pessoas que andam pela cidade ou que a conhecem estão interessadas no que realmente aconteceu. Então, em vez de encontrarem uma lista abstrata de nomes em uma placa de metal, em um jardim, em algum lugar; na verdade, os mapas ajudam a entender como um evento como a Primeira Guerra Mundial foi significativo para sua cidade; assim como foi trágico. Não há muitas ruas históricas na cidade hoje que não tenha pelo menos uma vítima. Em muitos casos, muitas vítimas foram registradas em um curto espaço de tempo, naquela época. Reestruturar esse banco de dados que é apenas uma lista alfabética

Figura 7



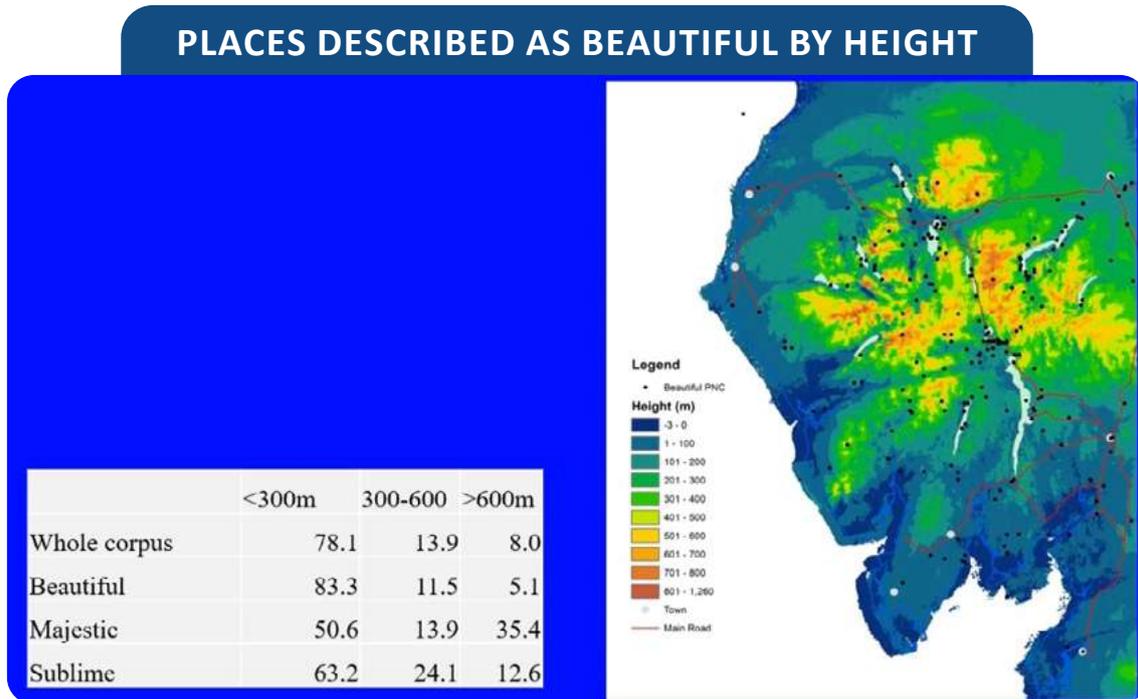
Fonte: imagem produzida pelo autor.

organizada por sobrenome e torná-lo algo muito mais geográfico, significa permitir que as pessoas levantem questões geográficas com base nele. Isso nos ajuda a explorar e entender essa fonte específica, esse conjunto de dados específico.

Para ir mais além, o fato de termos dados organizados por geografia abre a possibilidade de integrar uma ampla variedade de dados de diferentes fontes. Este diagrama diz respeito a Bertrum MacDonald e Fiona Black é um trabalho muito antigo sobre o SIG histórico. Eles analisaram a história do livro e a disseminação da alfabetização no Canadá, no século XIX. O ponto que tentam provar através desse diagrama está na parte inferior dele, onde está demonstrado como era o mundo no século XIX; assim como ele mudou ao longo do século XIX. Isso é uma coisa muito complicada, a qual não temos mais acesso, porque o mundo mudou. Tudo a que temos acesso são as fontes que nos mostram como era o mundo naquela época. O SIG nos permite reunir várias fontes para melhor entendermos essa área de estudo. Nesse exemplo, eles estão interessados na história do livro, na disseminação da alfabetização. Se algo vai se disseminar, a primeira coisa a nos interessar deve ser a rota de transporte da época. Onde conseguimos rotas de transporte? É a primeira aba de baixo para cima. Onde conseguimos rotas de transporte? Em dados baseados em mapas, em mapas com dados geográficos. Logo, podemos colocá-los em nosso banco de dados. Eles tinham interesse nas pessoas, em onde elas moravam e em como se espalhavam; e, talvez, em informações sobre quem elas eram. Onde encontramos isso? São informações demográficas encontradas em censos. Como mostrei há pouco, os censos geralmente são organizados geograficamente. Eles usam áreas administrativas e contam o número de pessoas que viviam nessas áreas. Informações demográficas também são geográficas. Elas podem ser adicionadas ao nosso banco de dados. Depois, houve o interesse na produção de livros, em bibliotecas, em livrarias, nesse tipo de coisa. Encontramos essas informações de várias fontes, principalmente, de diretórios comerciais, de jornais, desse tipo de coisa. Contanto que tenham endereços, podem ser qualquer coisa, de nome de ruas a cidades, e livrarias ou bibliotecas. Se tiverem endereço, podemos encontrá-las nas localidades. Podemos colocar tudo isso no banco de dados. Ao endereçar tudo isso, com base em localização, podemos começar a construir um padrão para a área de estudo, para como era e como mudou ao utilizarmos fontes diferentes, e muito díspares. Para dar mais detalhes, essas informações vieram do trabalho que fiz sobre a representação do Lake District, com base em escritores do pré-século XX. O Lake District é esta área aqui, uma parte montanhosa do Noroeste da Inglaterra e ficou famosa através de escritores como William Wordsworth e Samuel Taylor Coleridge, os quais viveram lá e escreveram extensivamente sobre suas paisagens; uma das mais rurais do mundo.

Reunimos um corpus com, aproximadamente, 80 textos diferentes que descreviam o Lake District, e que foram escritos por autores como Wordsworth e Coleridge. Eles são menos conhecidos, mas, muito bons guias turísticos. Nosso interesse nesse trabalho foi a forma como diferentes palavras, como belo, majestoso e sublime, que têm significados aparentemente muito semelhan-

Figura 8



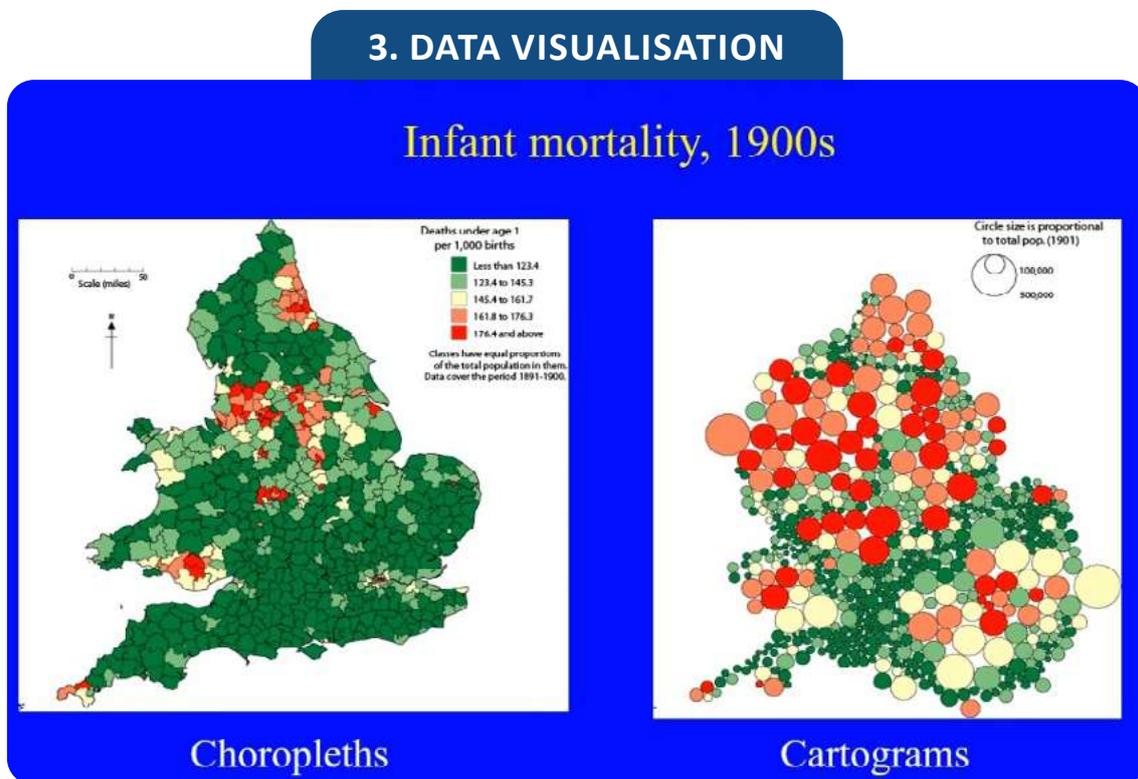
Fonte: imagem produzida pelo autor.

tes, foram usadas para descrever paisagens muito diferentes. Conseguimos identificar os tipos de paisagens associadas a essas diferentes palavras. Percorremos o corpus procurando termos de pesquisa, como belo, ou um lugar nomeado, próximo a isso, no texto, que definimos como sendo dentro de um conjunto de dez palavras. Presumimos que esse lugar estava sendo descrito, nesse caso, como belo. Como tínhamos o nome do lugar, conseguimos identificá-lo através de uma coordenada. Podemos ver muitos pontos pretos no mapa. Esses lugares estão descritos no corpus como “belos”. Também vemos nesse mapa que ele representa a altura. As áreas em marrom, são as montanhosas. Não há muitas áreas assim em Lake District. Elas não estão muito acima de 900 metros. Não são tão altas, mas, mesmo assim, são áreas montanhosas. As áreas mais baixas, vão até as costas Sul e Oeste e estão sombreadas de azul e são mais escuras também. Esse é o Modelo Digital de Terreno, cada pixel tem uma altura associada; é assim que fazemos o mapeamento. Mas porque ambos os conjuntos de dados usam o British National Grid? Pode ser latitude e longitude, mas, nesse caso, é o British National Grid. Porque ambos usam o British National Grid, foi possível fazer a operação de sobreposição, através da qual estamos efetivamente marcando a altitude com base no modelo de terreno até os pontos que representam os lugares descritos como belos ou qualquer outra coisa. A partir disso, podemos gerar a tabela que se encontra no canto inferior esquerdo da figura. Ela mostra a relação de palavras definidas com a altitude dos locais, nas quais encontramos os diferentes lugares descritos. Como resultado, temos a palavra “belo” usada para descrever lugares de várzea; 83% das referências de lugares “belos” estão a menos de 300 metros

de altitude. Apenas 5% delas está acima de 600 metros; o que é visivelmente mais voltado para lugares mais baixos do que o corpus como um todo. ‘Majestoso’, por outro lado, está muito associado a lugares altos, em particular, àqueles acima de 600 metros de altitude. Mais de um terço das referências são de lugares localizados acima de 600 metros de altitude. Muito superior ao do corpus como um todo. Já “sublime” fica em algum lugar no meio, com leve ênfase no extremo superior, mas não tanto quanto “majestoso”. A partir dessa análise simples, que baseia-se na integração de dados por local, podemos identificar como as palavras estão sendo usadas de forma a descrever diferentes tipos de paisagem com base na integração de dados, nesse caso, no local.

O SIG é mais conhecido pelo seu potencial de mapeamento; ele é muito bom em criar mapas, como a próxima figura.

Figura 9



Fonte: imagem produzida pelo autor.

Este é um mapa coroplético que representa dados de polígonos. Os dados referem-se à mortalidade infantil na Inglaterra e no País de Gales nos anos 1900. Para estabelecer um pouco de contexto histórico, a mortalidade infantil foi um grande problema durante o século 19 na Grã-Bretanha, assim como em muitos outros lugares. As regiões intermediárias no mapa taxam cerca de 150 por mil. Isso significa que para cada mil nascimentos, 150 bebês morriam antes do primeiro ano de vida. Aproximadamente, 15% dos nascimentos terminavam em morte no primeiro ano de

vida. É uma taxa muito maior do que a que temos hoje. Escolhemos os anos 1900 pois foram eles que marcaram o início da diminuição da mortalidade infantil. Ela começou a diminuir no século XX e continua a diminuir até hoje. Logo, a mortalidade infantil passou de algo muito comum a relativamente raro. É uma grande história de sucesso da saúde pública, mas sabemos muito pouco sobre onde e por que isso começou e quais são, realmente, suas causas. Estávamos interessados em explorar isso, nesse trabalho. Voltarei nesse assunto daqui a pouco, mas, por enquanto, a primeira coisa a fazer é simplesmente estabelecer onde estavam as áreas com maior taxa de mortalidade infantil e as áreas com a menor taxa registrada para essa variável. Isso é o que este mapa faz. As áreas com a maior taxa de mortalidade infantil estão sombreadas em vermelho, as áreas com a menor taxa, estão sombreadas em verde-escuro. O mapa nos dá um padrão muito claro. Se você conhece a geografia da Inglaterra e do País de Gales, sabe que áreas com as maiores taxas, são aquelas como South Wales Coalfield, Midlands, a área industrial de Lancashire, Liverpool, Manchester, a área industrial do Oeste e do Nordeste de Yorkshire, e Newcastle - todas têm altas taxas de mortalidade infantil. Com isso, parece muito claro que existe um padrão geral de taxas elevadas de mortalidade infantil nas áreas industriais e urbanas.

A partir disso, menores taxas de mortalidade infantil são encontradas em áreas rurais do país, tanto no Sul quanto no Norte e na área rural do País de Gales. Se você olhar mais atentamente, a situação é um pouco mais complicada do que isso. Norwich tem taxas muito elevadas e é uma cidade relativamente pequena, situada em uma área rural. Há também taxas muito elevadas no extremo Sul de Cornwall, uma área muito rural, embora com mineração. Tais dados podem nos levar a especular que a mineração está associada à mortalidade infantil. Há também um problema relevante em Londres. Uma parcela significativa da população vivia lá. É muito difícil ver nesse mapa o que estava acontecendo em Londres. Essa é uma maneira útil de representar esses dados. Parece nos indicar a hipótese de que a mortalidade infantil era um problema urbano-industrial. Mas havia exceções, porque algumas áreas rurais também tinham taxas surpreendentemente elevadas para essa variável. O problema com este mapa está no fato de que a população não estava distribuída uniformemente pelo país. Como indicado, as pessoas geralmente moravam em centros urbanos. Esse mapa chama a atenção para as áreas maiores, que costumavam ser áreas rurais pouco habitadas.

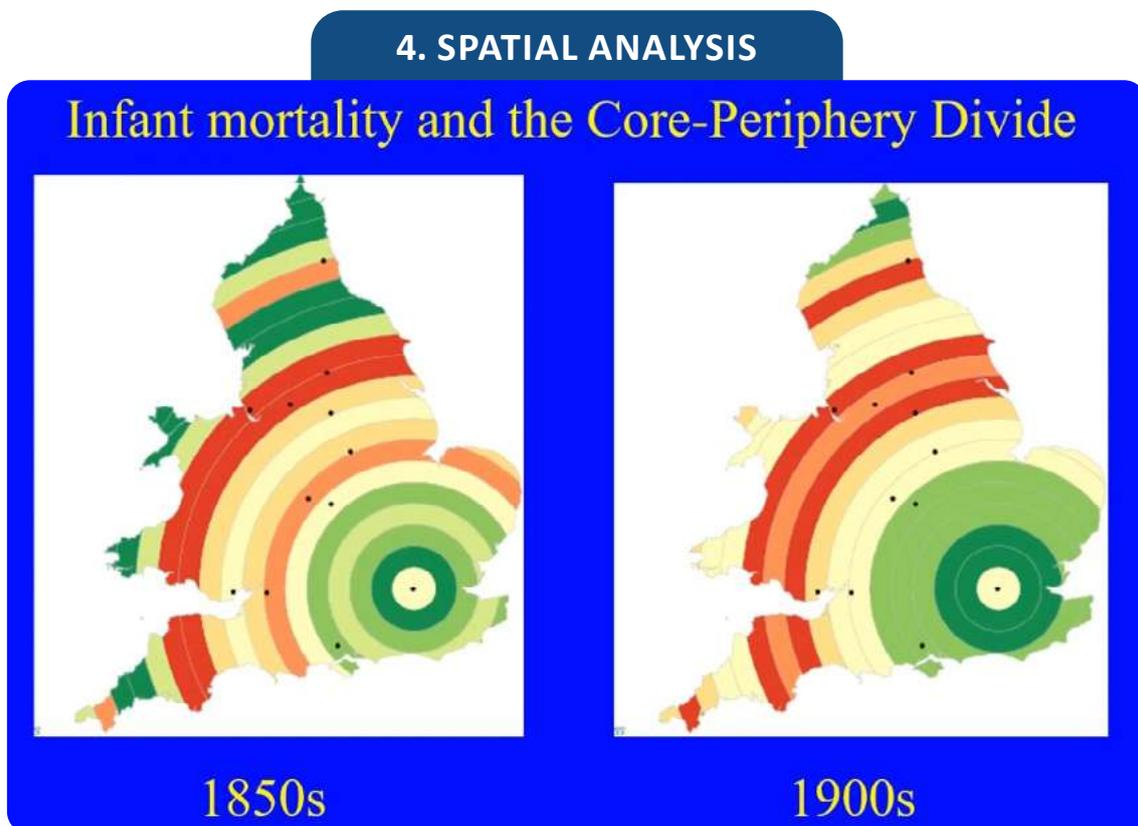
O segundo mapa traz exatamente os mesmos dados, sombreados exatamente da mesma maneira. A única diferença é que distorcemos cada um dos polígonos no mapa coroplético para torná-lo proporcional ao tamanho da população em 1911. As áreas com grandes populações cresceram significativamente; as áreas com menores populações diminuíram. Isso muda o padrão de forma muito significativa. Primeiro, podemos ver Londres, com taxas muito elevadas no Leste, em particular, e menores taxas em outras partes de Londres. No geral, a taxa nas áreas urbano-industriais cresceu bastante. Com destaque para a área rural, em verde-escuro, onde a taxa diminuiu consideravelmente. Suponho que a razão para tal, está no mapa coroplético à esquerda subestime

a importância das taxas elevadas de mortalidade infantil e faça parecer que a maior parte do país era relativamente saudável. Considere que, de fato, a maioria dos lugares onde as pessoas viviam eram muito insalubres. O problema era muito mais difundido do que talvez o mapa coroplético faça parecer. Isso é uma coisa importante a se pensar, sempre que vemos um mapa feito no SIG. Sim, ele é uma boa representação da realidade, mas distorce um pouco os fatos. Obviamente, nossos olhos são, de maneira geral, atraídos para áreas maiores. Ao lidar com dados de censos, com dados demográficos, grandes áreas tendem a ser pouco habitadas. Portanto, nossos olhos são atraídos para os lugares errados.

Vamos seguir em frente com esse mesmo conjunto de dados, tenhamos interesse em como a mortalidade infantil havia mudado ao longo do século XIX. Aqui está o crescimento das ferrovias, que começou na Grã-Bretanha por volta da década de 1840 com o crescimento da indústria pesada, com a Revolução Industrial e assim por diante.

Uma questão importante na história econômica e demográfica britânica tem sido a chamada divisão Norte-Sul ou Centro-periferia, que, geralmente, tem sido associada a áreas do Sul e do Leste do país, em particular, às centralizadas em Londres; por serem mais ricas e mais saudáveis, do que áreas no Norte e no Oeste, as quais são vistas como mais pobres, e menos saudáveis.

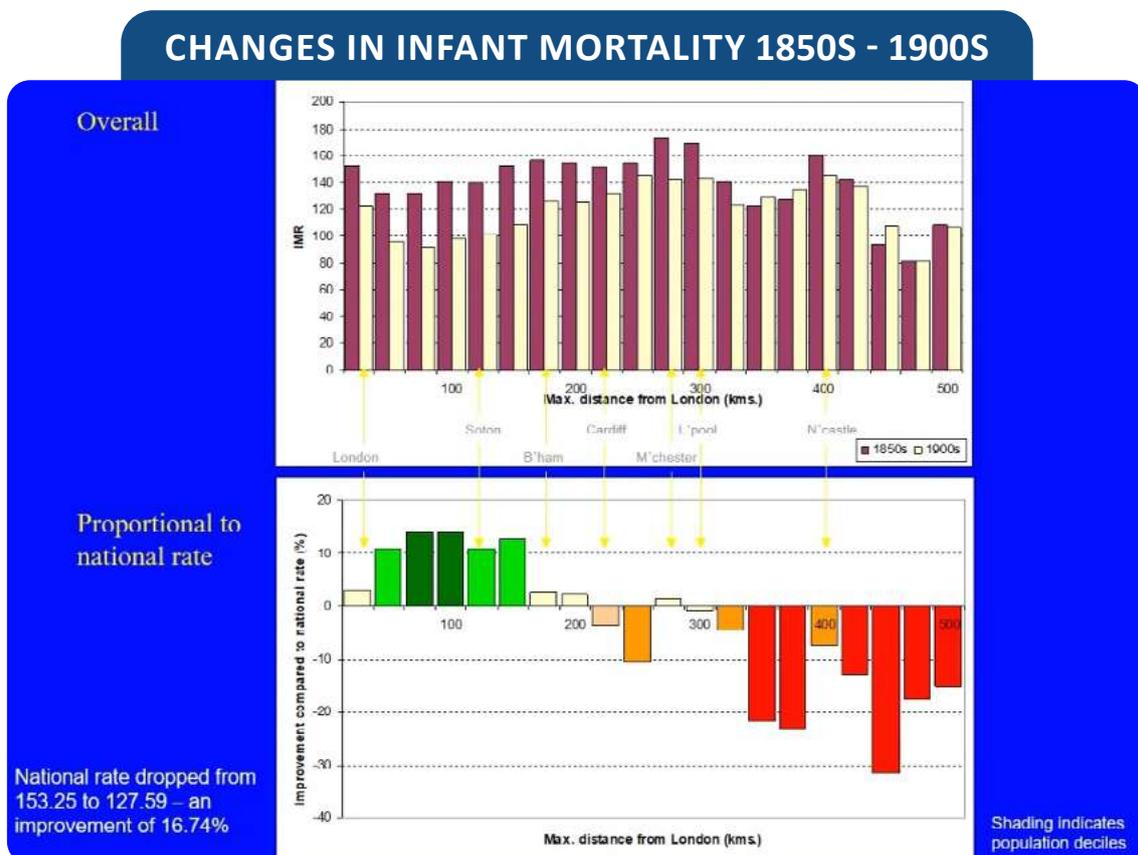
Figura 10



Fonte: imagem produzida pelo autor.

O que nos interessava era como esse cenário mudou ao longo da segunda metade do século XIX até o início do século XX. Aqui temos dois mapas traçados da mesma maneira. Em vermelho, estão as áreas com as maiores taxas de mortalidade infantil; em verde, estão as áreas com as menores taxas. Um mapa é dos anos 1850 e o outro é dos anos 1900. Como a mortalidade infantil mudou durante esse período? E, em particular, como a divisão Norte-Sul, e Centro-Periferia tornou-se melhor ou pior durante esse período? Talvez, em resposta à especialização industrial, à melhoria do transporte, e assim por diante. Se colocarmos os dois mapas lado a lado, veremos que, certamente, houve mudanças ao longo do tempo. Parece que o Sul da Inglaterra ficou mais saudável. Também há algumas mudanças nas taxas elevadas; e em onde elas estão localizadas. Mas é muito difícil ter uma boa noção do que estava acontecendo, mesmo se compararmos esses dois mapas. Em particular, como a divisão Centro-periferia desenvolveu-se e foi afetada ao longo do tempo. Trabalhamos com a suposição de que, se houvesse uma divisão Centro-periferia, as taxas de mortalidade infantil no centro, em Londres deveriam ser menores. Conforme nos afastamos de Londres, seja para o Norte, o Oeste ou o Leste, as taxas deveriam aumentar. Para tentar fazer esse cálculo, usamos o que é chamado 'operação de buffer' e 'operação de sobreposição', para transformar o país em uma série de anéis concêntricos, com base na distância do centro de Lon-

Figura 11



Fonte: imagem produzida pelo autor.

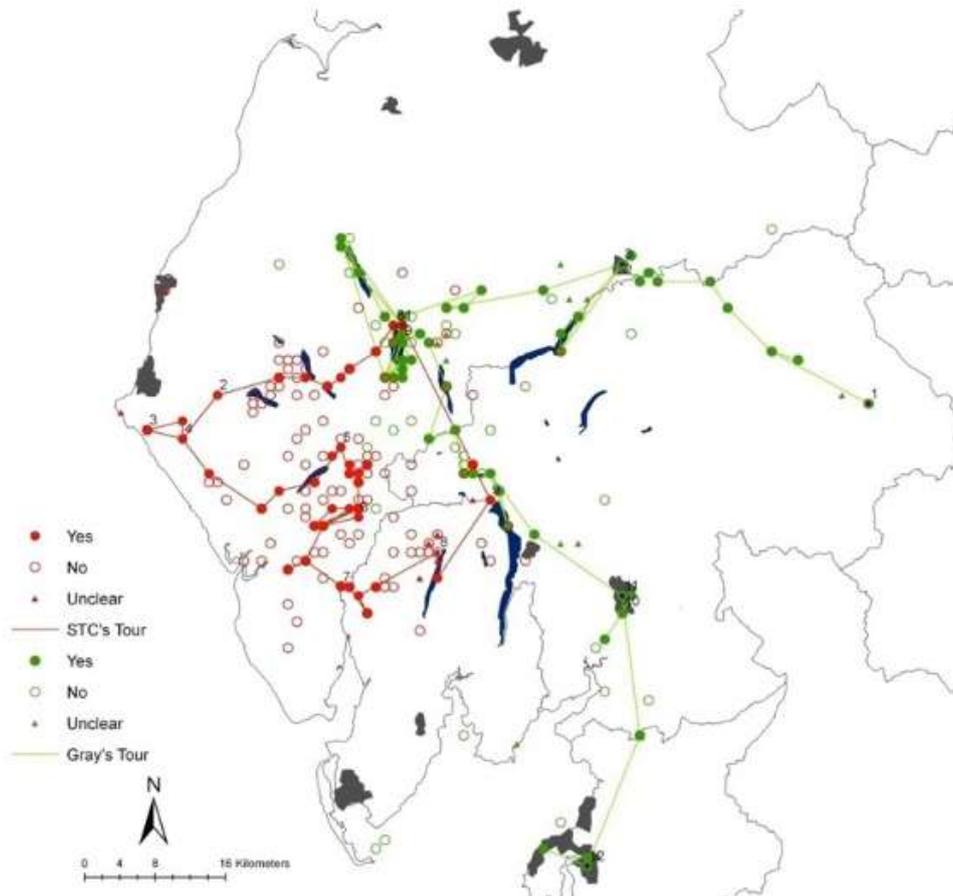
dres e calculamos a taxa de mortalidade infantil para cada um desses anéis. Podemos ver que nos anos 1900, temos uma divisão Centro-periferia quase perfeita. Em Londres, segundo o mapa, há taxas médias, mas isso está um pouco equivocado. Na verdade, essa área tem uma das melhores e piores taxas; mas à medida que nos afastamos de Londres, temos algumas regiões mais saudáveis e a situação vai ficando um pouco pior. Depois temos algumas regiões da periferia que são menos saudáveis. Isso também está um pouco equivocado, porque os três buffers bem no extremo Norte parecem ser visivelmente mais saudáveis. Isso é um equívoco, porque são números populacionais muito baixos. Parece que por volta dos anos 1900 existia uma divisão Centro-periferia muito forte. Se voltarmos para a década de 1850, a evidência disso é menos clara. Claramente, não há um padrão, mas ainda há taxas muito elevadas em regiões que cruzavam Liverpool, Manchester e grandes cidades industriais, bem como o Sul do País de Gales. Não é um padrão muito claro. Há evidências de uma divisão Norte-Sul, de uma divisão Centro-periferia, mas não é um padrão claro. Para deixar mais claro, podemos passar de dados no mapa para dados no gráfico.

São os mesmos dados: locais afastados de Londres no eixo X; e taxa de mortalidade infantil no eixo Y. Temos a taxa de mortalidade infantil na década de 1850 de cada buffer em roxo; os anos 1950 estão em amarelo. Esses dados deixam clara a diferença nas mudanças ocorridas, em comparação às áreas que apresentaram melhorias relativas, em comparação à média no gráfico inferior. O resultado parece positivo, mas as áreas que pioraram são mostradas como negativas. O que vemos aqui é uma divisão Norte-Sul muito clara, que está crescendo até a segunda metade do século XIX. As áreas próximas a Londres, geralmente melhoraram mais; as áreas distantes de Londres ficaram relativamente piores. Em alguns casos, ficaram realmente piores. De acordo com a literatura, a razão óbvia para isso seria que essas são cidades industriais do Noroeste: Liverpool, Manchester e Newcastle, mas não é esse o caso. Mas esses locais não são onde as taxas apresentaram maiores reduções, ou que apresentaram melhorias. Isso, novamente, nos levanta uma questão: por que a região Noroeste não está melhorando? E por que as áreas rurais do Sul estão mostrando mais melhoria? Foi uma descoberta bastante inesperada quando fizemos o trabalho. Ainda não tenho a resposta para isso, porque a maioria dos trabalhos, até então, tinha como foco a mortalidade infantil urbana, não a mortalidade infantil rural. Se estivéssemos tentando descobrir as causas da mortalidade ou a diminuição da mortalidade infantil, as pessoas estariam procurando no lugar errado. Ao poder reunir os dados SIG e fazer análises espaciais esperamos procurar algo mais próximo do lugar certo com base nesses dados. Há vários exemplos diferentes de análise espacial. Isso remonta ao nosso projeto de Lake District.

Tínhamos interesse em dois escritores: Samuel Taylor Coleridge e Thomas Gray. Thomas Gray escreveu sobre uma viagem pelo Lake District em 1760. Essa era considerada uma abordagem de escrita pitoresca. Escritores do movimento pitoresco geralmente passavam do local de observação para uma paisagem bonita. Analisavam a paisagem de uma maneira muito individual e estilizada. Por outro lado, Samuel Taylor Coleridge foi um romancista que, junto com o contemporâneo

Figura 12

## LAKE DISTRICT LITERATURE GIS: COLERIDGE &amp; GRAY



Fonte: imagem produzida pelo autor.

Wordsworth, e o romantismo que sucedeu o pitoresco, reagiu contra isso. Foi criado a partir do pitoresco, mas reagiu contra ele. O observador, em particular, não deveria ser tão exigente, ou pelo menos, tão detalhista quanto a uma paisagem bonita. Não deveria ser um observador exigente, porque o escritor se tornaria parte da paisagem. Então, pegamos esses dois textos diferentes. Encontramos todos os nomes de lugares e os mapeamos.

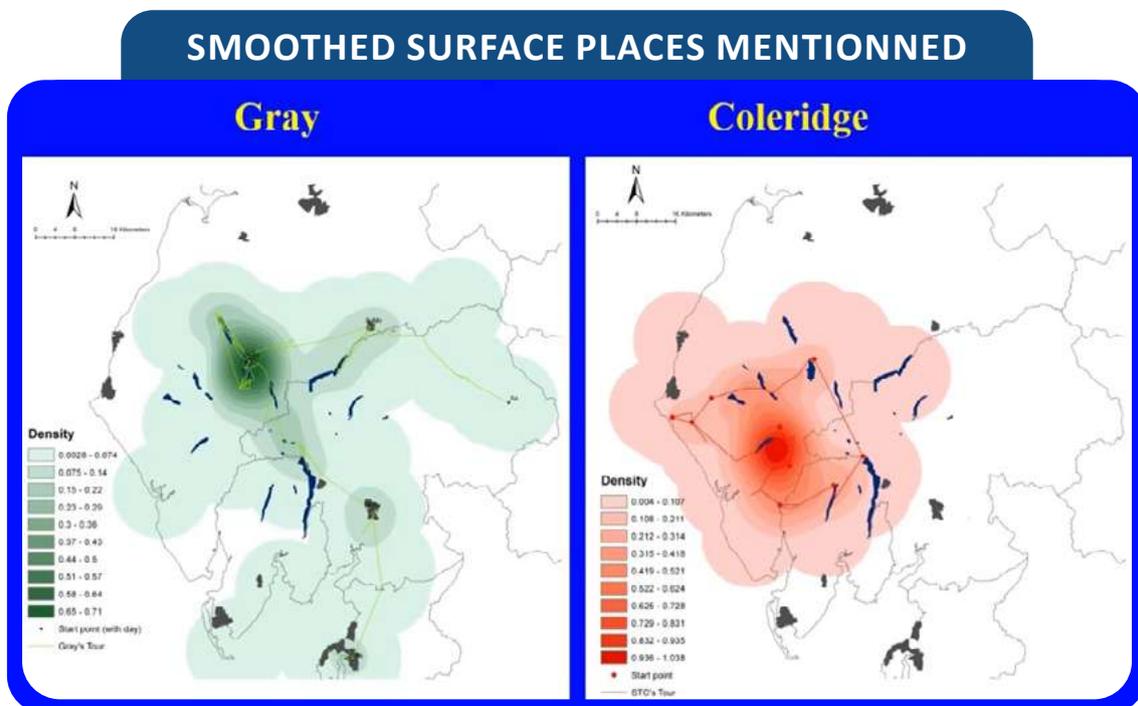
Aqui está a viagem de Gray: Ele começou em Brough, passou um dia viajando para Penrith, dormiu por lá. Passou um dia viajando até Ullswater e voltou a Penrith. Depois, viajou para Keswick, onde passou vários dias passeando, retornando para lá à noite. Depois de alguns dias em Keswick, ele viajou para o Sul, para Dunmail Raise, chegou a Kendal, passou a noite lá e foi para Lancaster. Fizemos círculos no mapa para indicar os lugares que ele visitou; os círculos não sombreados indicam lugares dos quais ele fala, sem ter visitado. Geralmente, os mais distantes.

Coleridge, por outro lado, morava em Keswick. Ele começou sua descrição por Keswick, viajou para o Oeste, de lá passou por Buttermere, foi até perto de Wasdale Valley, onde passou dois ou três dias. Depois, viajou de volta para Lake District, foi até Wasdale, escalou a Scafell, que é a montanha mais alta do Lake District, muito famosa por passeios de escaladas. Passou alguns dias na região Sul de Lake District, depois viajou para o Norte, de volta a Keswick, passando por Dunmail Raise, na direção oposta a Thomas Gray.

Podemos mapear os dados. Isso é bom. Podemos mapear o texto, analisando onde estavam os nomes dos lugares, identificando os nomes dos lugares e estabelecendo onde estão no mapa. Mas, ao analisar o mapa assim é muito difícil discernir seu padrão. Na próxima figura, demonstramos a técnica chamada 'parâmetro de suavização'. O objetivo é apontar os locais dos quais os escritores estão falando.

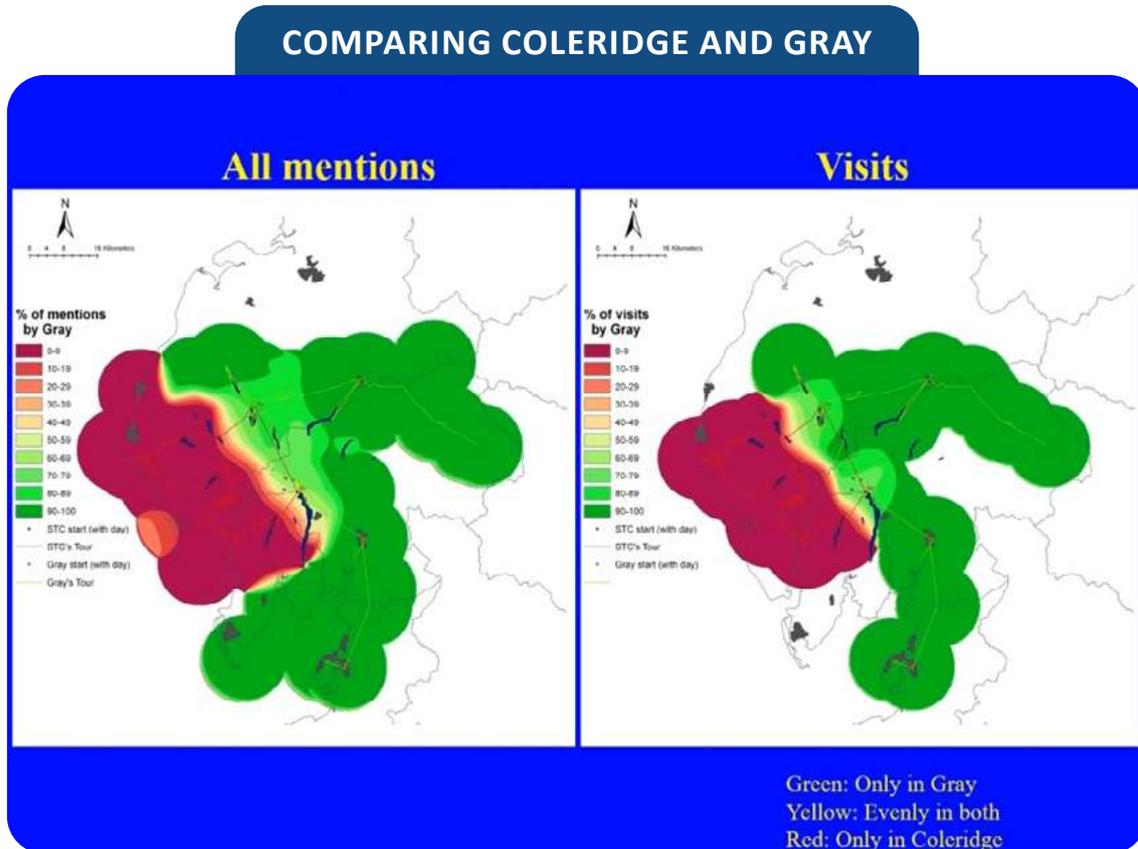
Basicamente, quanto mais escuro o sombreado, mais vezes o escritor menciona o nome do lugar. Podemos ver que Thomas Gray tem um padrão muito claro. Ele fala particularment, sobre Keswick e sobre as regiões ao redor dela. Mas também há aglomerados ao redor de Penrith e de Ullswater. Há outro em Kendal, mais ao sul, em Lancaster. Coleridge, apesar de ter se deslocado bastante, focava mais na área de Scafell. Isso aparece muito claramente no mapa de parâmetro de suavização. E ainda, muito mais claramente do que no mapa de pontos. Se seguirmos em frente, podemos ir mais além, e integrar essas duas superfícies.

Figura 13



Fonte: imagem produzida pelo autor.

Figura 14



Fonte: imagem produzida pelo autor.

O que esses dois mapas aqui mostram? São mapas combinados de todas as menções à esquerda. Os lugares que eles visitaram, à direita, com padrões muito semelhantes. A área sombreada em verde nesses mapas são as mencionadas apenas por Thomas Gray. Áreas sombreadas em vermelho-escuro são as mencionadas por Coleridge. As áreas no meio, em amarelo, são as mencionadas pelos dois. As áreas, em verde-claro, são mais mencionadas por Grey, e as em vermelho-claro, são mais mencionadas por Coleridge. Mas, o que realmente vemos, está além de um número baixo de áreas na região central do Lake District, em Dunmail Raise e em Keswick. Coleridge só fala sobre Keswick, porque morava lá, as se afastou por alguns dias. Além dessas áreas, eles falam de paisagens quase totalmente diferentes do Lake District. Coleridge fala sobre Western Fells, Grey fala sobre Southern e Northern Fells. Mas os dois, embora sejam vistos como escritores do Lake District, na verdade, falam de duas paisagens quase distintas. O fato de usarmos o mapeamento na análise espacial nos permitiu destacar isso e entender melhor o fenômeno.

## Conclusões

Em resumo, efetivamente, por um lado, o SIG é apenas uma ferramenta bastante simples que nos permite melhorar a gestão de dados de referência espacial. Faz isso permitindo-nos estruturar melhor os dados, integrá-los, visualizá-los e conduzir novas formas de análise espacial deles. Mas, ao fazer isso, abrimos para historiadores e pesquisadores históricos, uma nova compreensão aprimorada, do espaço, a partir de fontes históricas de uma nova maneira. Esse processo permite-nos entender a geografia histórica como ela muda, de forma mais detalhada e holística do que podíamos fazer. No entanto, uma coisa deve ser enfatizada: o SIG não possui respostas. Ele é muito bom em identificar padrões e talvez em sugerir hipóteses que possam criar esses padrões. Por exemplo, em identificar áreas em Lancaster com taxas elevadas de vítimas da Primeira Guerra Mundial; em identificar áreas da Grã-Bretanha com taxas elevadas de mortalidade infantil e em fazer você especular sobre áreas urbana-industriais, mas acrescenta outras que poderiam ser exceções. Ele nos permite identificar locais em Lake District descritos de forma específica por certos autores. No entanto, não explica nenhum desses padrões. Ele desafia você como historiador, como pesquisador, a explicá-los. Isso é ser um historiador. Falamos sobre muitas coisas durante essa apresentação. Se você quiser saber um pouco mais sobre esse assunto, coloquei algumas indicações de leitura. Espero que tenham gostado muito obrigado pela atenção.

Figura 15

### FURTHER READING

- **General:**
  - Gregory I.N., DeBats D. and Lafreniere D. (2018) *The Routledge Companion to Spatial History*. Routledge: London
  - Knowles A.K. (ed.) *Placing History: How maps, spatial data and GIS are changing historical scholarship*. ESRI Press: Redlands CA
  - Gregory I.N. and Ell P.S. (2007) *Historical GIS: Technologies, methodologies and scholarship*. Cambridge University Press: Cambridge
- **Lancaster in the First World War:**
  - Gregory I. and Peniston-Bird C. (2018) "The Second Battle of Ypres and a Northern English Town: Digital Humanities and the First World War" in Gregory I.N., DeBats D. and Lafreniere D. (eds.) *The Routledge Companion to Spatial History*. Routledge: London. pp. 567-586
- **Data integration:**
  - MacDonald B and Black F (2000) "Using GIS for spatial and temporal analyses in print culture studies" *Social Science History*, 24, pp. 505-536
- **GIS and Lake District Literature**
  - Cooper D. and Gregory I.N. (2011) "Mapping the English Lake District: A literary GIS" *Transactions of the Institute of British Geographers*, 36, pp. 89-108
  - Donaldson C., Gregory I.N. and Taylor J.E. (2017) "Locating the beautiful, picturesque, sublime and majestic: Spatially analysing the application of aesthetic terminology in descriptions of the English Lake District" *Journal of Historical Geography*, 56, pp. 43-60
- **Infant mortality change**
  - Gregory I.N. (2008) "Different places, different stories: Infant mortality decline in England & Wales, 1851-1911" *Annals of the Association of American Geographers*, 98, pp. 773-794

Fonte: imagem produzida pelo autor.



**Uma linguagem válida:  
os mapas de historiadores**

# Uma linguagem válida: os mapas de historiadores

Tiago Gil (UnB)

De modo geral, a cartografia digital entre historiadores é uma abordagem que tem crescido bastante nos últimos anos. Nós já trabalhamos há mais de 10 anos com essa temática e, lá atrás, eram poucos os que faziam esse tipo de pesquisa, mas tenho notado um crescimento nesse segmento nos últimos anos. Cresceu bastante no exterior, podemos quase dizer que disparou. Há um número enorme de pessoas trabalhando com essa metodologia na Europa e nos Estados Unidos, mas também cresceu bastante em outras partes do mundo. No Brasil ela tem crescido discretamente, mas tem crescido.

Os historiadores tem um olhar sempre muito crítico e desconfiado. Isso é positivo, em certo sentido, porque ajuda-nos a evitar modismos que podem ser prejudiciais na medida em que as pessoas vão fazer as coisas não porque elas fazem sentido, mas porque simplesmente querem fazer; não é isso, exatamente, o que a gente faz em História. É bom falarmos sobre isso. Vou mostrar para vocês um projeto que já completou 10 anos: o Atlas digital da América Lusa. Vai ser um pouco o mote para discutirmos a adesão a certas metodologias e alguns elementos que estão em debate na atualidade.

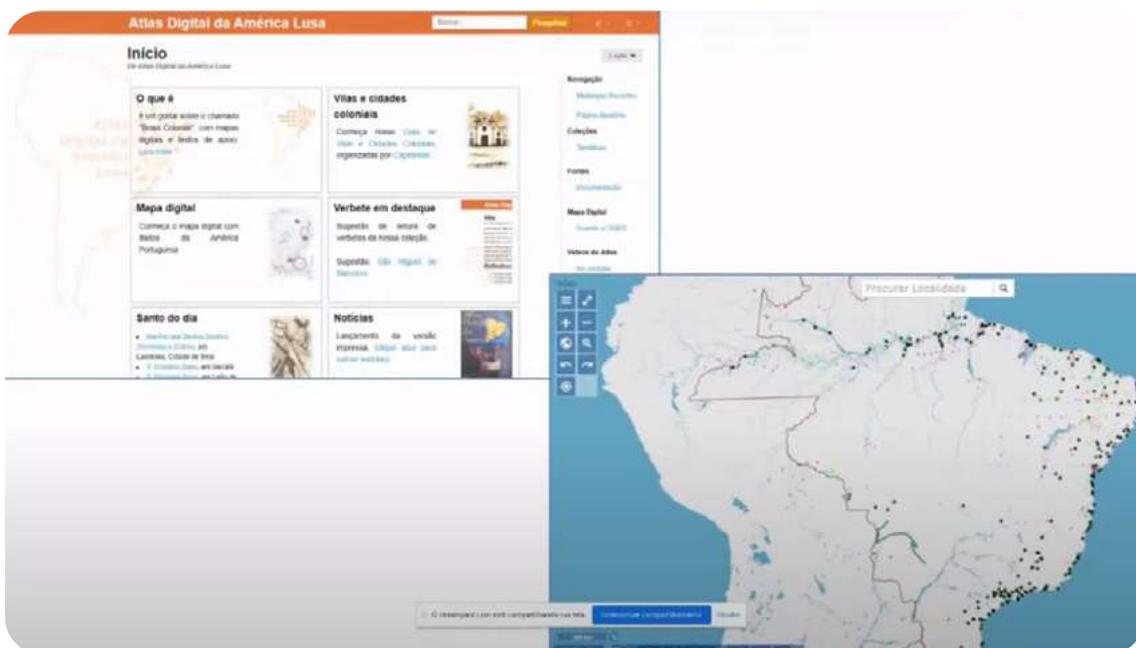
Discutiremos até que ponto a linguagem cartográfica é relevante para o historiador. Isso significa pensar outras formas de comunicar o conhecimento histórico; e não está associado a simplesmente fazer mapas ilustrativos, mas produzir imagens com a finalidade de produzir análises. Embora haja mapas descritivos e analíticos, nossa bandeira, nos últimos anos, tem sido ir além das descrições, as quais podem ser muito úteis, mas convém também pensar em mapas analíticos que convidem à uma reflexão que exija um olhar mais atento e interrogativo sobre os processos históricos. Nesse sentido, devemos pensar essa linguagem cartográfica como uma forma de comunicação proveitosa para o Historiador.

Muitas vezes, mapas podem dizer coisas que textos teriam muita dificuldade em dizer. Em geral os historiadores são muito ligados ao texto e poucos conectados com outras formas comunicativas. A História Oral - embora tenha crescido muito nas últimas décadas - ainda assim, ela é pouco feita em história. Em comparação com o uso de textos, as imagens são pouquíssimo usadas por pesquisadores. Muitas pessoas usam imagens, é claro, mas poderíamos usar muito mais. Poderíamos fazer usos híbridos, no sentido de usar-se relatos orais e imagens; outras formas além da textual; no sentido de pensar a comunicação como forma de expor ideias, não só através de textos, mas de outros mecanismos visuais. Gráficos são muito conhecidos, mas ainda pouco usados por historiadores.

Vamos conversar um pouco sobre os mapas. Esse é um campo muito proveitoso a ser pensado. Vou começar falando do projeto que coordeno há 10 anos: o Atlas Digital da América Lusa. Ele é uma proposta que, desde o início, visava a produção da cartografia digital online. É uma ferramenta que funciona na internet há 10 anos e ele tem um pouco mais de 12 anos. Como projeto online, está disponível há mais de 10 anos. Buscamos criar um Google Maps do Brasil colonial. Tudo começou quando eu estava no doutorado e me dei conta de que precisava saber onde ficavam os lugares que apareciam na minha documentação, pois não fazia ideia da geografia daqueles processos históricos. Seria possível existisse e estivesse disponível? Procurei por muitos mapas e nada encontrei. É claro, havia a cartografia histórica, mas era limitada. E a informação geográfica começava a se revelar muito importante para minha pesquisa. Meu problema de pesquisa era sobre o crédito. Eu tinha a impressão de que o crédito variava, conforme as pessoas; parte do crédito, do credor e do devedor ficavam mais próximos ou mais distantes. Isso representava uma geografia da economia. Neste caso, e isso é importante, foi o desenvolvimento da pesquisa, com suas idas e vindas, que demandou essa abordagem.

Comecei a fazer as buscas sobre como criar a ferramenta. Tive a oportunidade de fazer curso com uma professora italiana chamada Marguerita Azzari, a qual trabalha desde os anos 2000 com cartografia digital histórica. Comecei a aprender o básico e descobri uma ferramenta. Na época havia poucas ferramentas com essa finalidade e acabei utilizando uma destas poucas, chamada ArcMap. Essa ferramenta possibilitava a criação de mapas, permitia utilizar conteúdos baixados da internet e depois povoar o território de acordo com informações que eu dispunha.

Figura 1



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

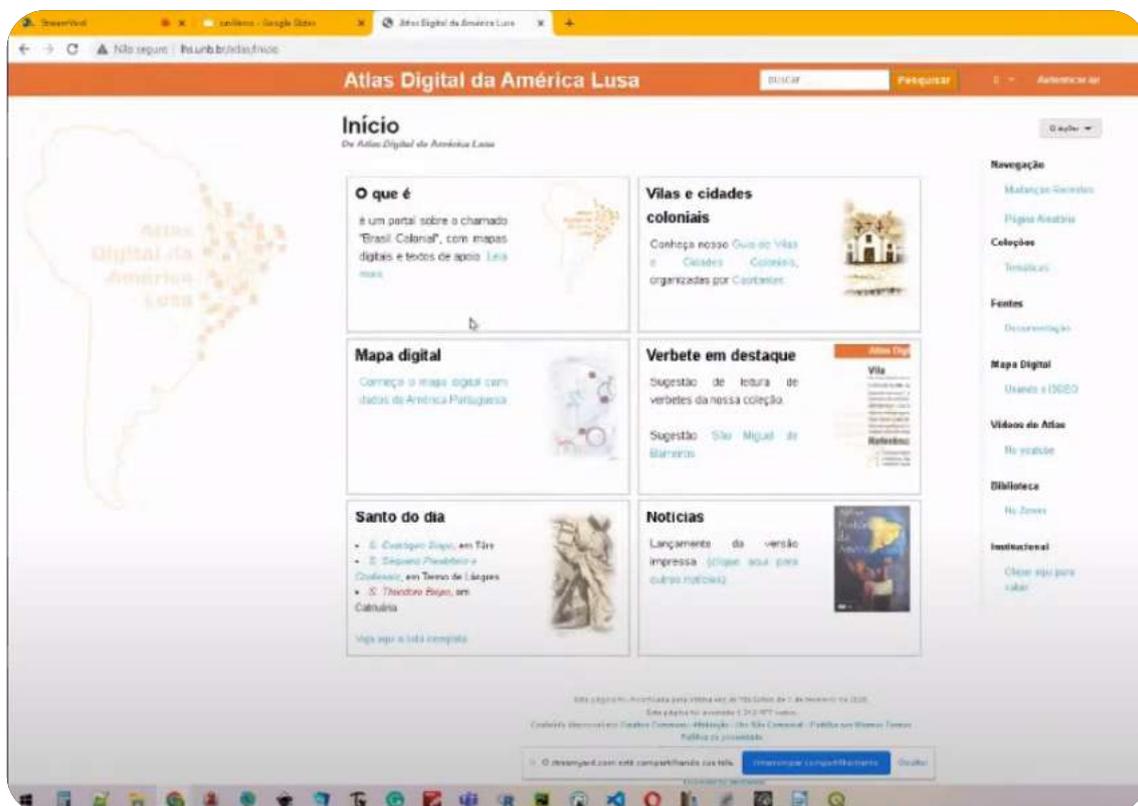
Assim, fiz o que podia fazer com os materiais que mapeei: todo o centro-sul da América portuguesa. Consegui, inclusive, alocar a população desses lugares. Era importante para minha pesquisa e pude, dentro das possibilidades, resolver esse problema.

Uma vez empregado na UnB, iniciei esse projeto para tentar ir além e oferecer aos interessados um conteúdo acabado e para todo o território da América Portuguesa. Sendo bem honesto com vocês, poucas pessoas usaram o Atlas até o momento e, embora ela permita muitas pesquisas, pouco ainda foi explorado. Apesar disso, o atlas é muito usado, principalmente em sua parte textual; muito mais que sua parte cartográfica. É interessante que as pessoas usem muito mais o texto que o mapa. Elas aventuraram-se um pouco pelos mapas, mesmo que tenham sido oferecido um produto praticamente pronto.

A ideia é mostrar para vocês, de imediato, a página do nosso projeto.

Essas são as principais páginas de entrada do Atlas. Essa página foi feita com recurso ao sistema MediaWiki, o mesmo sistema digital que se utiliza na Wikipédia, ainda que tenha sido feita a instalação do zero para o nosso projeto. Podemos fazer buscas por qualquer lugar, no caso, vejamos o Rio de Janeiro. O site me oferece várias alternativas sobre o Rio de Janeiro; por exemplo: há o verbete São Sebastião do Rio de Janeiro, que mostra onde fica a cidade.

Figura 2

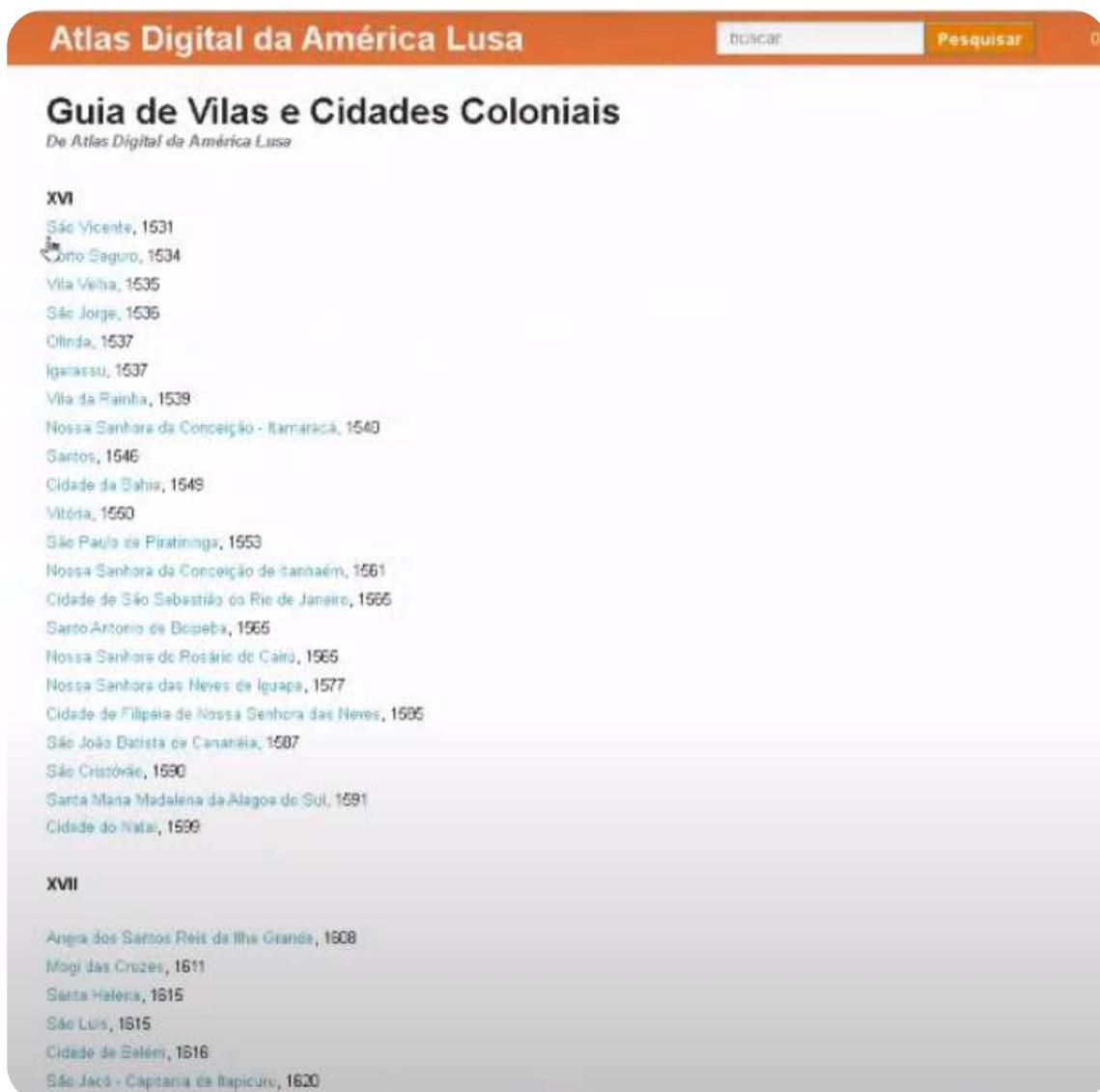


Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Ele foi feito por Victor Oliveira, um pesquisador do Rio de Janeiro, como doutorado na UFRJ. Ele fez toda uma história do Rio de Janeiro no Atlas. Isso, só para mostrar as ferramentas de busca, as quais são iguais às da Wikipédia. Acho que é interessante mostrar que temos um guia das vilas e das cidades do Brasil colonial. As Vilas que foram fundadas por séculos. Se formos ao verbete de Guarapari, por exemplo, feito por outro pesquisador, este explica a história dessa Vila e onde ela fica.

Mas o carro-chefe, como falei, não são esses verbetes textuais; nosso produto principal, é o Atlas. Ele é como um Google Maps, um navegador de cartografia.

Figura 3



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Figura 4

**Atlas Digital da América Lusa**  **Pesquisar**

## Guarapari

De Atlas Digital da América Lusa

por Vinícius Maluly

Os primeiros registros nessa localidade provêm de um povoado jesuíta fundado em 1565, pelo padre José de Anchieta, com o nome de *aldeia do Rio Verde* e, posteriormente, de *Santa Maria de Guarapari*. A produção de açúcar, madeira e pesca dominavam a economia de Guarapari à época.<sup>[1]</sup> A Vila de Nossa Senhora da Conceição do Guarapari, ou Vila do Guarapari, foi fundada no ano de 1679 por Francisco Gil de Araújo, então Governador da Capitania do Espírito Santo.<sup>[2]</sup> Segundo a proleção em que foi erigida a vila, denota-se que era buscado um posicionamento náutico favorável junto à Barra do rio Guarapari.<sup>[3]</sup>

### Referências

- ETCHEBÉHÈRE JUNIOR, L.; JUNGER, A. P. O Lado Turístico de Guarapari: tradições e cultura. Pesquisa em Debate (São Paulo), 2004, v. 6, p. 1-22, 2008.
- OLIVEIRA, J. T. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 181.
- LEAL, J. E. F. Espírito santo: Documentos administrativos coloniais. Vitória: Fundação J. S. Neves, 1979. p. 56.

Denominação	Início	Término
Aldeia do Rio Verde <i>Popado - Aldeia</i>	1565	1679
Guarapari <i>Popado - Vila</i>	1679	1908

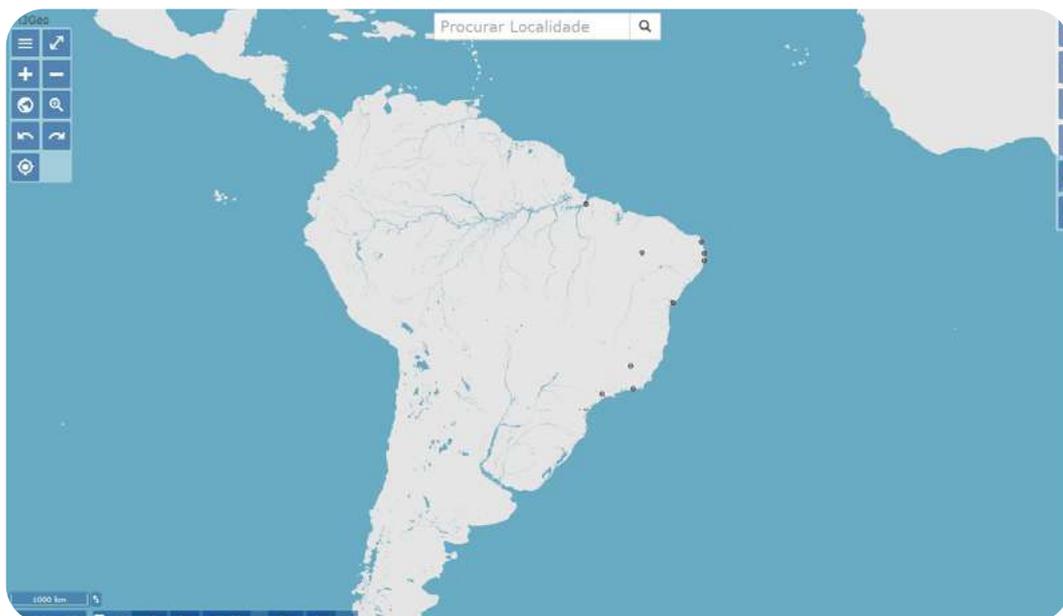
*Citação deste verbete*

Auto do verbete: Vinícius Maluly

Como citar: MALLUY, Vinícius. "Guarapari". In: Bibliotecas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://atlas.dia.ufr.br/pt-br/pt-br/pt-br/Guarapari>. Data de acesso: 20 de setembro de 2022.

Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Figura 5

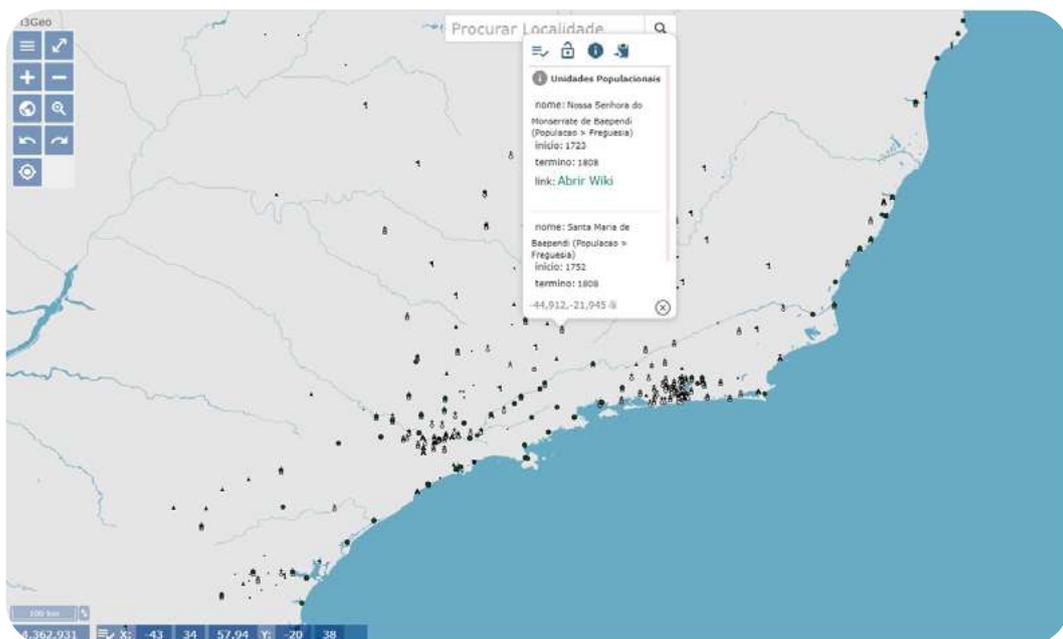
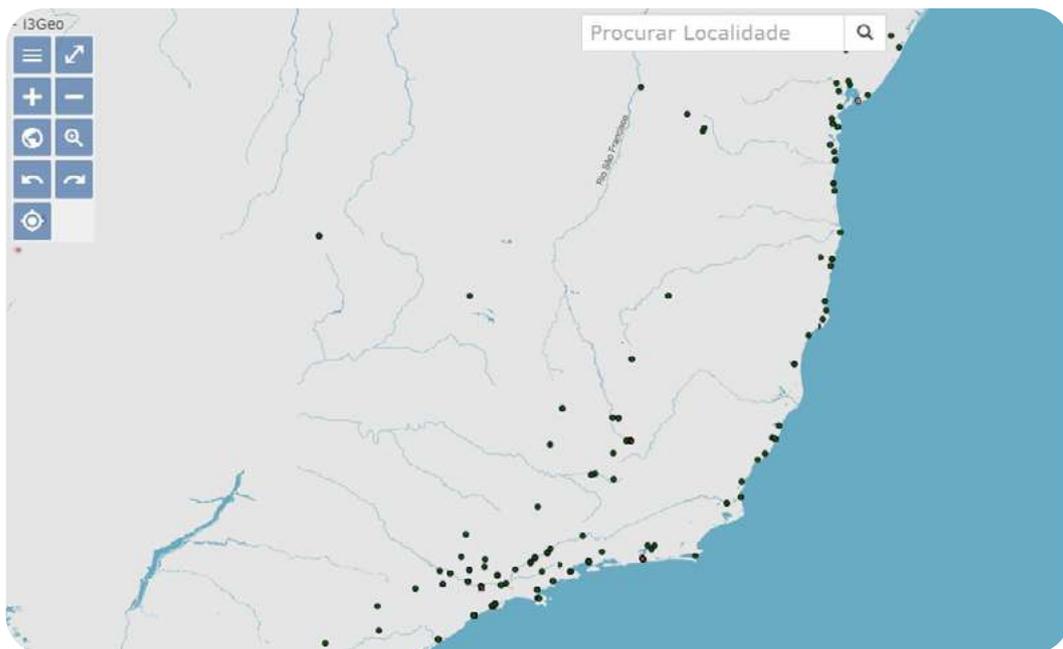


Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Temos o continente da América do Sul, assim como as primeiras informações das cidades do Brasil colonial, em municípios que já tinham status de cidade. Porém, quando damos um zoom, aparecem outras informações. Aparecem as Vilas e municípios que tinham status de Vila. São praticamente a mesma coisa que cidades; porém, com menos prestígio.

Podemos avançar para outras informações. Aparecem, também, as freguesias, as capelas. No caso, a freguesia de Santa Maria do Baependi.

Figuras 6 e 7



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Quando clico nela, aparece uma ficha com sua história: ela foi uma Freguesia todo o tempo de sua existência. Vamos usar outra Vila; por exemplo, vamos a Guaratinguetá. É a mesma coisa, podemos abrir o verbete de Guaratinguetá.

Figura 8

**Guaratinguetá**  
Do Atlas Digital da América Lusa  
por Lana Sato

A Vila de Guaratinguetá, também chamada de Vila de Santo Antônio do Guaratinguetá, foi fundada em 1651. Essa vila estava sob a jurisdição da Capitania de Itanhaém.

**Histórico**

Benedicto Calixto aponta que, segundo informações encontradas no Livro do Tombo, a povoação de Guaratinguetá teve início no ano de 1630 [1]. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, em sua obra História da Capitania de São Vicente, conta que Jaques Fellu entrou nesta região por volta de 1645. O principal objetivo desta expedição era o descobrimento de minas e obteve provisão datada de 1646 no Rio de Janeiro de Duarte Correia Vasques Anas, administrador das minas [2].

Pedro Taques informa que o fundador da vila de Guaratinguetá foi o Capão Domingos Leme, em nome do donatário D. Diogo Faro e Sousa, no dia 13 de fevereiro de 1651. Já José de Sousa Azevedo Pizatto e Araújo, na obra Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, indica apenas Dionísio da Costa, Capitão-Mor e loco-tenente do donatário, como fundador desta vila em 1651.

Na vila de Guaratinguetá foi onde surgiu o culto a imagem de Nossa Senhora de Aparecida.

**Referências**

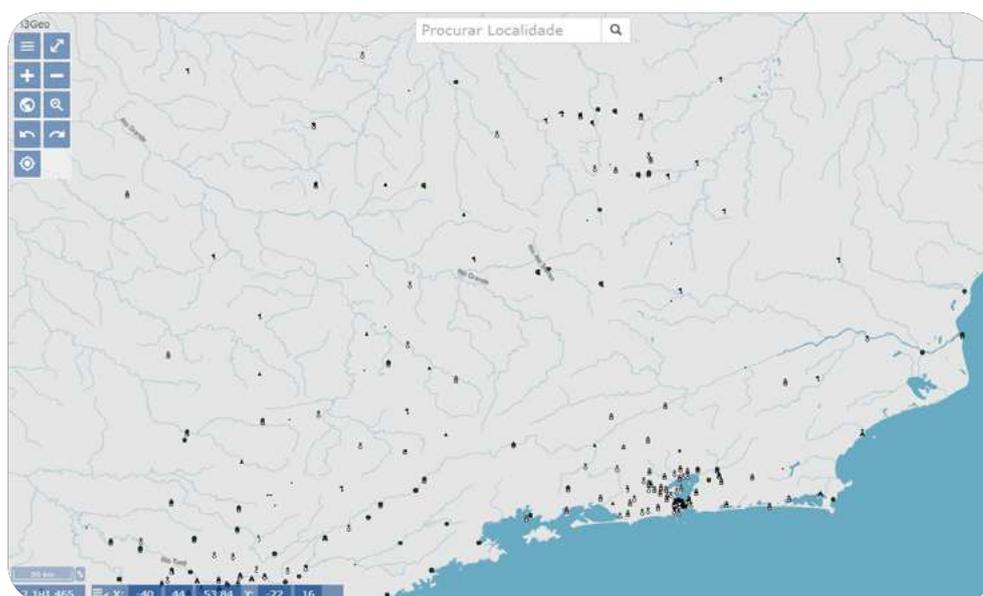
1. CALIXTO, Benedicto. A Capitania de Itanhaém. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 20, 1915, p. 572.
2. LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. História da Capitania de São Vicente. Brasília: Senado Federal, 2014, p. 134.

Denominação	Início	Término
Guaratinguetá Povoado - Província	1630	1651
Guaratinguetá Povoado - vila	1651	1700
Guaratinguetá Povoado - vila	1700	1720

Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Podemos seguir navegando para encontrarmos alguns Rios; aparece o nome Rio Grande, por exemplo, como vemos no centro da tela abaixo.

Figura 9



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

São rios importantes, como o Rio Tietê; segundo critérios da época. Usamos como critério o número de referências na documentação do projeto Resgate; quanto mais um rio era referenciado como Resgate, maior sua importância em nossa classificação. Eram classificados por sua relevância à época, não pela relevância de hoje. Agora vejamos um pouco de cartografia urbana. Vamos nos aproximando do meio da Guanabara, vemos todas as freguesias e capelas da época. Vamos nos aproximando até chegarmos na Cidade do Rio de Janeiro e em seu 'layout' à época.

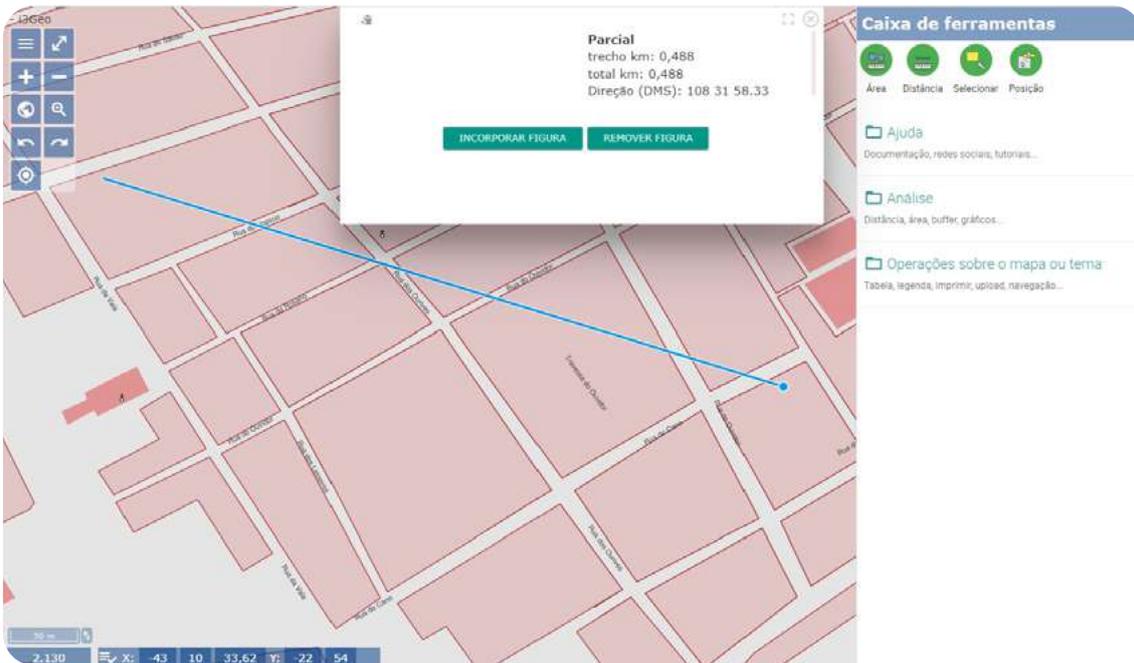
Ainda não existiam os aterros posteriores, como o Aterro do Flamengo, por exemplo. , temos as ruas e as quadras que compunham a cidade; inclusive os nomes das ruas, que aparecem como orientação.

Figuras 10 e 11



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Figura 12



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

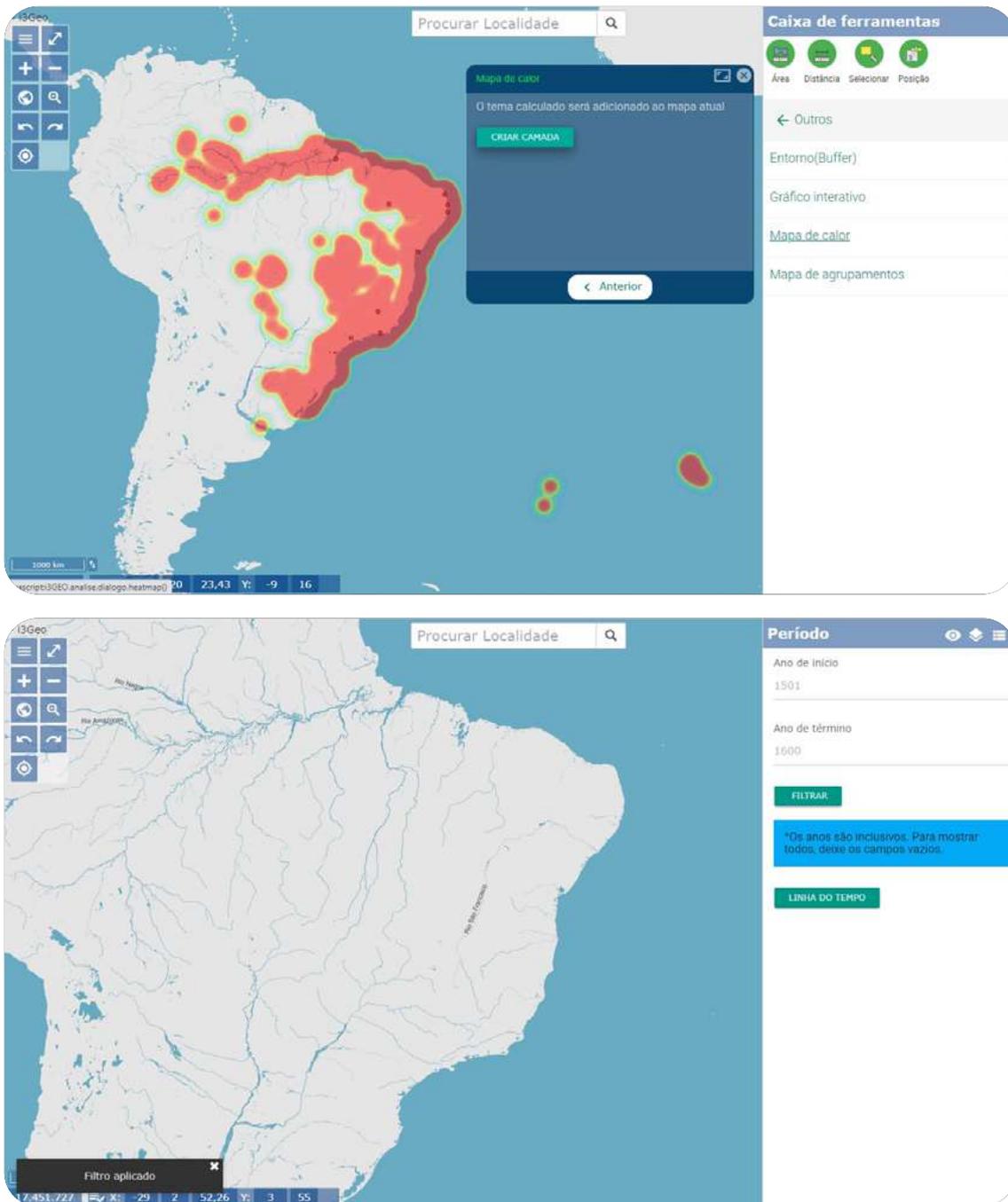
Conforme avançamos, vai se configurando essa geografia urbana. Deste ponto de vista, o Atlas não é só um Atlas – no sentido de ser uma cartografia do conjunto América Portuguesa – pois ele também propicia uma análise de nível urbano, pois temos mapas de época com um grande número de Vilas e cidades que pudemos georreferenciar.

Há várias ferramentas disponíveis para estudar a morfologia espacial: há uma aba só para esse tipo de análise. Podemos calcular a distância tanto em quilômetros quanto em Léguas, que era a medida da época. Também podemos calcular a área, o perímetro do Rio de Janeiro à época, por exemplo. Ele calcula os quilômetros quadrados em Hectares e o perímetro. Então, conseguimos estimar várias coisas.

Também temos outras ferramentas que são interessantes, no Atlas. Podemos fazer análises e uma delas é o mapa de calor, o qual permite-nos ver a concentração populacional ao longo da área do Brasil. Reparem que ele criou o local onde estão as povoações, onde estão as concentrações urbanas. Isso nos dá uma ideia mais apurada de onde estavam os portugueses durante sua ocupação na América. Essa imagem é muito diferente daquela de um país como um território fechado. Conseguimos ver ilhas de ocupação em meio a um grande espaço pouco ocupado. Isso é o conjunto todo.

Vejamos outras ferramentas. Também conseguimos filtrar por período, por exemplo, somente as Vilas fundadas no Século XVI, entre 1501 e 1600. Ele vai relançar e começar a filtrar; deixará somente aquelas do século XVI.

Figuras 13 e 14



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Ficaram só as do século XVI. Agora, se vamos até e fazemos aquela mesma análise de mapa de calor.

Pronto, há algumas opções residuais e muito circunstanciais, mas nós temos essa linha. Como disse Antônio Carlos Alberto de Moraes: um formato 'filiforme' visível nesta linha costeira do século XVI. Podemos fazer muitas coisas com essa ferramenta; inclusive, podemos adicionar

outras camadas que já estão preparadas, mas que não estão disponíveis o tempo todo. Temos que ativá-las. Por exemplo, grupos indígenas: ativada a camada, começam a aparecer esses pontos coloridos que representam as centenas de grupos indígenas que foram mapeados pelo antropólogo Curt Nimuendaju nos anos 1940.

Figuras 15 e 16



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

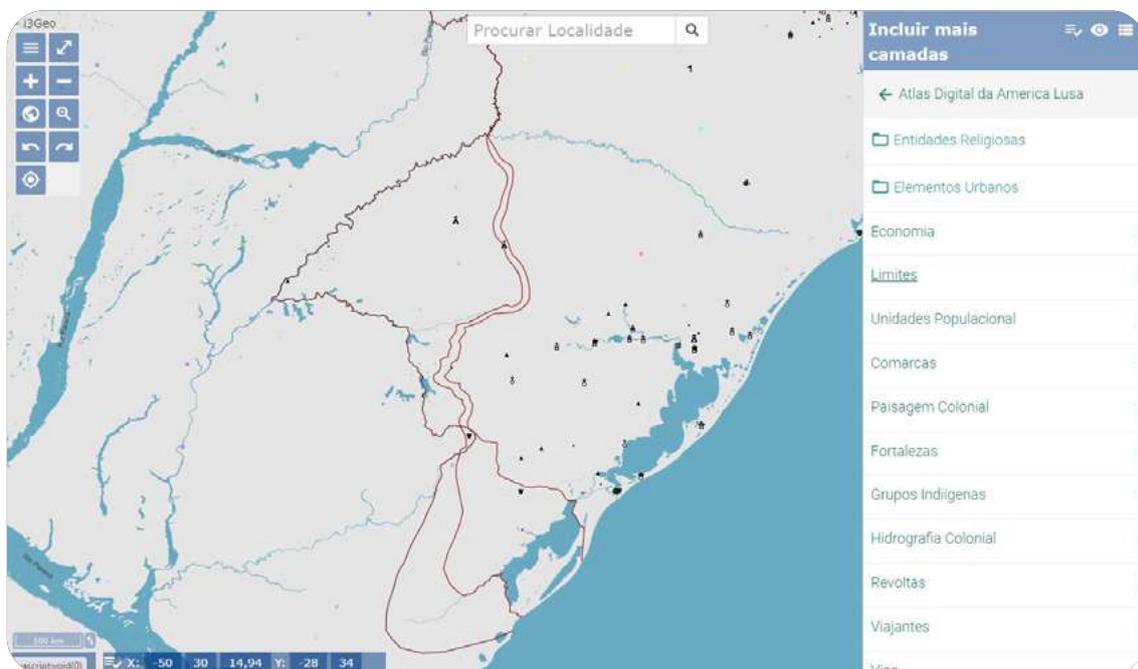
Clicamos em um certo ponto e aparecem informações sobre algum destes grupos, por exemplo, os Pimenteiras, que foram “mapeados” pelo trabalho de Nimuendaju em diversos momentos do período. O material com os dados deste autor, contudo, em nosso atlas, vai somente até o século XIX.

Outra camada que pode ser adicionada é a de fronteiras e limites. Vejamos aquela prevista pelos tratados de Santo Ildefonso e Madrid.

Demos maior destaque a fronteira sul, onde os conflitos foram mais intensos, mas temos o desenho dos dois tratados para todo o conjunto. Também podemos encontrar outras informações, por exemplo, as modificações que existiam. Aparecem as fortificações militares que são esses pontos pretos mais escuros. Algumas estão muito concentradas no Nordeste, por exemplo, durante o século XVII, no tempo dos holandeses.

No sul, há muito mais concentração no século XVIII, tempo quando os espanhóis atacaram. Enfim, podemos ver várias ferramentas diferentes que estão disponíveis para análise dos pesquisadores. Também há várias coisas sobre grupos religiosos, revoltas e ocupações econômicas de vários tipos; inclusive por Viajantes etc. Tudo isso está disponível. As informações religiosas, por exemplo, estão divididas por grupo: franciscanos, clarissas, Carmelitas, etc.

Figura 17



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

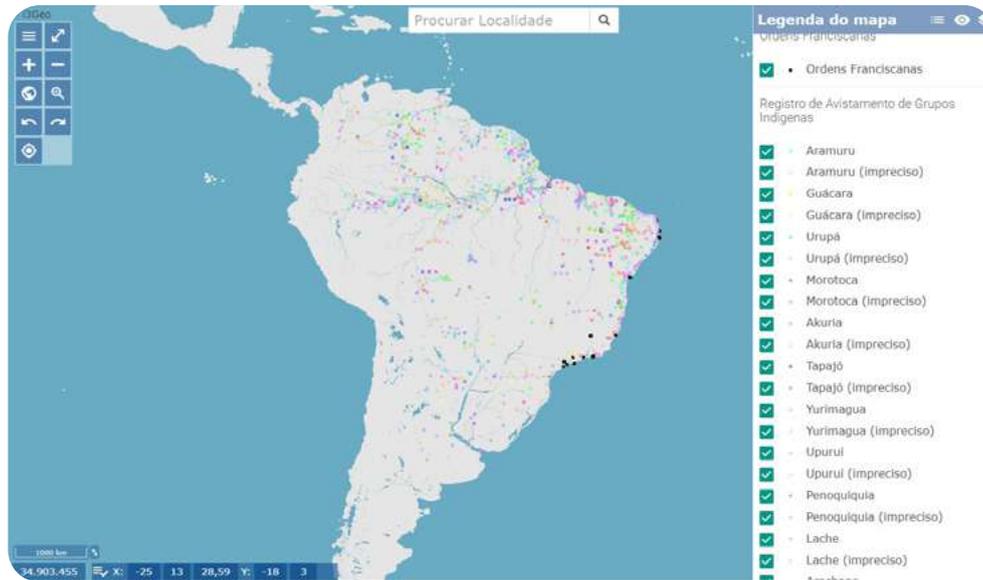
Figuras 18 e 19



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Ainda temos a legenda explicativa. Ela detalha tudo, por exemplo: grupos indígenas. Claro que com essa grande variedade de cores é difícil de distinguir, mas o que sempre destacamos quando falamos dos grupos indígenas não é exatamente a posição, mas a diversidade deles, a qual é muito notória. Temos uma lista enorme, com mais de 900 grupos.

Figura 20



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Se voltarmos um pouco para a parte textual do atlas, vemos que ele tem várias outras coisas, como as coleções temáticas. Só para ilustrar, há uma coleção sobre o Brasil holandês feita por um pesquisador do Rio Grande do Norte, chamado Levy Pereira, que tem uma coleção imensa de lugares da ocupação Holandesa. Há uma ficha para cada um deles, bastante bem documentada.

Figura 21



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Figura 22

**Atlas Digital da América Lusa**

## Devassa de 1787

De Atlas Digital da América Lusa

Em 1787, na chamada *Fronteira do Rio Grande*, foi realizada uma devassa para apurar uma série de denúncias feitas pelo então Capitão Manuel José de Alencastre. Foram ao todo vinte e uma testemunhas.

### A dinâmica dos testemunhos

No primeiro dia, foram quatro depoimentos, todos de militares das tropas regulares de Sua Majestade. Mais quatro militares depuseram em dias posteriores. Depois destes, foram os "negociantes", que testemunharam no mesmo dia, 22 de novembro de 1787. Logo após, foi a vez dos "lavradores" e "estancieiros" do "Cai" e "Sinos". Foram oito depoimentos destes no mesmo dia, 24 de novembro. Foram chamados ainda um condutor de canoas, que havia sido referido na devassa, um tenente de "Dragões" e um oficial da *Fazenda Real*.

Se os militares trataram principalmente de violências contra soldados e de contrabandos, os lavradores do "Cai" e "Sinos" trataram de ratificar as acusações feitas a Custódio Ferreira, que era comandante do distrito do "Cai". Os negociantes, por sua vez, falaram principalmente sobre algumas mazelas que tiveram em negócios com Rafael Pinto Bandeira, detalhando informações sobre contrabandos. Notamos que tal devassa fora minuciosamente dividida em três partes, sendo que cada segmento do processo envolveu grupos de testemunhas distintos que eram chamados a depor separadamente, prestando informações apenas no que a eles era referido de forma específica.

### Lista de Depoimentos

Joaquim José Proença (Sargento Maior e Comandante do Batalhão de Infantaria e Artilharia do Continente do Rio Grande) (depoimento em 1787 - Joaquim José Proença)  
 Tomé Pedro Vaz Mascarenhas da Costa Ramos (Capitão de uma das Companhias do Batalhão de Infantaria e Artilharia do Continente do Rio Grande) (depoimento em 1787 - Tomé Pedro Vaz Mascarenhas da Costa Ramos)  
 Fortunato Barbosa da Costa (Capitão de Dragões) (depoimento em 1787 - Fortunato Barbosa da Costa)  
 José Antunes da Perócincola (Alferes do Regimento de Dragões deste continente do Rio Grande) (depoimento em 1787 - José Antunes da Perócincola)  
 Manuel José Diógenes de Moraes (Alferes de Infantaria e Artilharia) (depoimento em 1787 - Manuel José Diógenes de Moraes)  
 Antônio José Feijó (Ajudante de Infantaria e Artilharia) (depoimento em 1787 - Antônio José Feijó)  
 José Vieira da Cunha (Negociante/Rio Grande) (depoimento em 1787 - José Vieira da Cunha)  
 Nicolau Casma dos Reis (Negociante/Rio Grande) (depoimento em 1787 - Nicolau Casma dos Reis)  
 Antonio Pinto da Fontoura (Fuzileiro de Dragões) (depoimento em 1787 - Antonio Pinto da Fontoura)  
 Inácio Xavier Maritano (Tenente de Auxiliares/Cai) (depoimento em 1787 - Inácio Xavier Maritano)  
 Elobão Machado de Araújo (Soldado de Auxiliares e vive de lavouras/Cai) (depoimento em 1787 - Elobão Machado de Araújo)  
 Antonio da Silva Barros (Vive de Lavouras/Sinos) (depoimento em 1787 - Antonio da Silva Barros)

Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Há também uma coleção sobre contrabando do século XVIII. Há os testemunhos sobre esses feitos publicados diretamente em nosso site.

Temos outras documentações também, por exemplo: a "História do Brasil", do Frei Vicente do Salvador, na integralidade. Podemos, inclusive, navegar por essa história. Há o trecho onde podemos fazer buscas e análises de alguns lugares.

Figura 23

**Atlas Digital da América Lusa**

## Fontes

De Atlas Digital da América Lusa

Veja abaixo as fontes disponíveis na BiblioAtlas (em construção)

- A História do Brasil**  
Frei Vicente do Salvador
- Uma devassa de 1787**  
na fronteira sul do Estado do Brasil
- TRATADO DO MODO O MAIS FACIL, e o mais exacto de fazer AS CARTAS GEOGRAFICAS.** Manuel de Azevedo Fortes
- Diário do Dr. Saldanha**  
Diários da Demarcação (1780 - 1800)
- Autos da Devassa contra os incios Mura**

Categoria: **Fontes**

Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Figuras 24 e 25

**Atlas Digital da América Lusa**  **Pesquisar**

## Frei Vicente do Salvador - A História do Brasil

De Atlas Digital da América Lusa

por Mariana Leonardo de Souza

Ações ▾

### O autor

Vicente Rodrigues Palha nasceu em Matuim, distante aproximadamente 6 léguas de Salvador. Durante a infância, estudou no Colégio Jesuíta de Salvador, seguindo para Coimbra, onde doutorou-se nos Direitos Civil e Canônico. Ordenou-se sacerdote ao regressar ao Brasil, exercendo cargos eclesiásticos importantes, como cônego. Viajou pelo Brasil com as missões da Ordem dos Frades Menores e ajudou a fundar a Santa Casa do Rio de Janeiro em 1607<sup>[1]</sup>. Por volta de 1618, frei Vicente retorna a Portugal, onde Capistrano de Abreu acredita que o frade tenha conhecido pessoalmente o erudito Manuel Severim de Faria, que teria pedido a frei Vicente que escrevesse um tratado "das cousas do Brazil", para figurar em sua biblioteca de obras que glorificam as ações do Império Português nos quatro cantos do globo, juntamente com obras sobre a presença portuguesa na Ásia, África e Índia<sup>[2]</sup>.

Acredita-se que o frade começou a escrever a obra entre 1619 e 1620, data atribuída por Capistrano de Abreu no prólogo à História do Brasil publicada pelos Anais da Biblioteca Nacional em 1888; ele afirma que a obra começou a ser escrita nessa época porque foi quando ofereceram ao frade um cargo importante, o qual ele recusou, provavelmente para ter tempo para escrever a obra.<sup>[3]</sup>

### A obra

A obra é dividida em cinco livros.

O livro primeiro trata do descobrimento da terra, da descrição da fauna e flora e dos costumes do gentio.

O livro segundo trata da criação das capitânicas.

Os livros terceiro e quarto tratam da sucessão de governadores do Estado do Brasil e das lutas contra invasores franceses e índios revoltosos.

O livro quinto e último ainda trata do tema dos dois capítulos anteriores, além de incluir a invasão holandesa na Bahia e da expulsão dos invasores.

A tese de Luiz Cristiano O. de Andrade, "A Narrativa da Vontade de Deus", faz uma análise da obra do franciscano, observando os elementos da retórica agostiniana presentes na narrativa de frei Vicente, o que era uma característica da produção intelectual dos Seiscentos, especialmente nesse caso, devido ao fato de o autor ser um membro da Ordem dos Frades Menores.

### Índice

História do Brasil, por frei Vicente do Salvador - Livro 1 - Do descobrimento do Brasil

**Atlas Digital da América Lusa**  **Pesquisar**

## Tratado do modo o mais facil, e o mais exacto de fazer as cartas geograficas

De Atlas Digital da América Lusa

Ações ▾

Abertura

Proêmio

Licenças

Modo de fazer as cartas geograficas, e tirar as plantas

Capitulo I - Do Petipê, e das mais coisas necessárias para fazer as Plantas, ou Cartas Geograficas

Capitulo II - Do Semicirculo, ou Circulo dimensório, e do seu uso para tirar plantas, ou Cartas

PROBLEMA I - Fazer sobre o terreno um ângulo de qualquer numero de graus

PROBLEMA II - Continuar uma linha reta sobre o terreno

PROBLEMA III - Medir um ângulo inacessível com o Circulo, ou Semicirculo

PROBLEMA IV - Sabida a distancia entre dois pontos, ou dois lugares sobre a terra, achar um terceiro ponto sem o medir

PROBLEMA V - Medir a distancia entre dois pontos inacessíveis

PROBLEMA VI - Medir a altura de uma Torre, a que se não pode subir

PROBLEMA VII - Medir uma altura inclinada ao horizonte

PROBLEMA VIII - Medir uma altura a plumo sobre um monte

PROBLEMA IX - Medir as posições de um terreno proposto

Capitulo III - Do instrumento chamado Prancheta

Primeiro modo de Prancheta Simples

Segundo modo de Prancheta Simples

Capitulo IV - Da Prancheta circular moderna

**TRATADO**  
DO MODO O MAIS FACIL,  
e o mais exacto de fazer  
**AS CARTAS**  
GEOGRAFICAS,  
ASSIM DA TERRA, COMO DO MAR, E TIRAR  
as plantas das Praças, Cidades, e edificios com  
instrumentos, e sem instrumentos,  
PARA SERVIR DE INSTRUCC,AM  
à fabrica das Cartas Geograficas da Histo-  
ria Ecclesiastica, e Secular de Portugal.  
TIRADO DOS MELHORES AUTORES,  
E COMPOSTO POR  
**MANOEL DE AZEVEDO**  
FORTES,  
ACADEMICO DA ACADEMIA REAL DA  
Historia, Cavalleiro professo na Ordem de Christo,  
Brigadeiro de Infantaria dos Exercitos de Sua  
Magestade, que Deos guarde, e Engenheiro  
mór do Reyno.  
LISBOA OCCIDENTAL,  
Na Officina de PASCOAL DA SYLVA  
Impressor de Sua Magestade. 1722.  
*Com todas as licenças necessárias.*

Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Figura 26



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Podemos ver onde o lugar fica, no caso: Olinda, que é muito conhecida. Nem sempre o local é tão conhecido assim. Há outras coleções, por exemplo, um diário de demarcação de limites, além de um tratado sobre “O modo mais fácil de fazer cartas geográficas”, o qual explica como se fazia cartografia no século XVIII.

Há os textos do livro, um navegador que nos permite navegar entre essas Histórias. Ainda, links para algumas ferramentas. Na realidade, é uma ferramenta usada para a categorização fina do século XVIII. Essa é a parte textual do Atlas. Temos, ainda, a parte de notícias e a parte dos Santos do dia.

É interessante, muitos dos lugares identificados pelos portugueses eram batizados com os nomes dos Santos e, por isso, temos essa referência. Ajuda a identificar o dia do santo para identificarmos as datas de fundação de muitos lugares.

Temos um canal no YouTube com vários conteúdos, inclusive demonstramos como produzir cartografia digital.

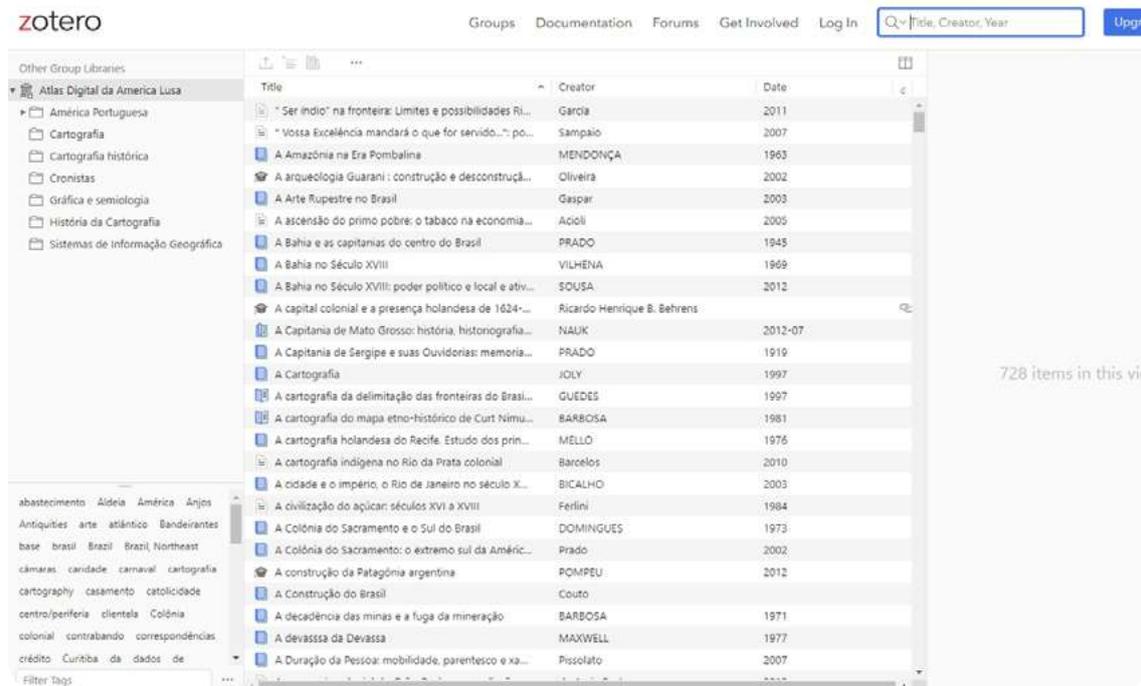
Explicamos isso em um vídeo sobre como trabalhar com cartografia. Temos pequenas aulas introdutórias que também são ferramentas interessantes para serem compartilhadas com outras pessoas. Por fim, temos a Biblioteca, que é uma ferramenta de gestão de dados bibliográficos.

Figura 27



Fonte: Canal Atlas Digital da América Lusa no YouTube.

Figura 28



Fonte: Grupo Atlas Digital da América Lusa no Zotero.

ficos. Temos a coleção completa de referências bibliográficas sobre o Brasil colonial, divididas por temática, como grupos indígenas. Temos uma bibliografia bastante vasta sobre o Brasil colonial.

É importante dizer isso: não são pdfs, são referências; ou seja, a pessoa pode buscar por certas temáticas. É uma ferramenta interessante do ponto de vista da pesquisa. De modo geral, esse é o projeto, como ele funciona hoje. Agora, vou seguir com a apresentação que preparei. O atlas também tem uma proposta para receber contribuições de pesquisadores.

Temos essa página de colaboração, para qual as pessoas podem enviar conteúdos preparados para publicação, sejam dados cartográficos ou conteúdos textuais. Ainda hoje, a imensa maioria de pessoas que nos mandam informações textuais, mandam em forma de verbetes sobre as histórias de algumas localidades, mas há muito poucas fontes cartográficas. As pessoas ainda estão aprendendo a fazer isso, mas estamos abertos para elas. Estamos sempre em busca de novos parceiros que possam mandar verbetes ou fontes para publicação.

É muito simples, basta adicionar o nome dela e gerar o texto. Mande-nos isso, nós publicamos diretamente no formato adequado da Wiki. Também é possível baixar referências usando o Zotero diretamente no computador da pessoa. Assim, ela estará compartilhando o

Figura 29

**Atlas Digital da América Lusa**  **Pesquisar** U Autenticar-se

## Como colaborar

De Atlas Digital da América Lusa Alças

**Revisando os conteúdos já publicados**

Uma proposta como esta envolve um grande risco de erro. Contribua avisando nossa equipe.

Você conhece geográfica e historicamente uma região? Identificou um erro em nossos conteúdos? Por favor, seja bem vindo! Para isso, basta utilizar o link: [INFORMAR ERRO](#)

**Escrevendo verbetes para a BiblioAtlas (wiki)**

Qualquer tema, agentes histórico, evento, processo ou teoria pode virar um verbete. Contribua com os resultados de sua pesquisa.

BiblioAtlas é o suporte textual do Atlas Digital da América Lusa. Ela procura apresentar um texto explicativo para cada ponto, linha e polígono exibido no mapa principal. Contudo, procuramos publicar conteúdos feitos por especialistas nos mais diversos temas. A BiblioAtlas já conta com mais de 3000 verbetes, feitos por diversos especialistas, a maioria, mestrandos e doutorandos. Você pode colaborar com qualquer verbete, seguindo as instruções da aba "Verbetes" deste website. Sua contribuição será muito importante e a autoria será toda sua, evidentemente. Para Colaborar, [basta clicar aqui](#).

**"Conquistando territórios"**

Se você trabalha com algum recorte geográfico, apresente sua proposta para "ocupar" uma região no tempo e no espaço colonial.

Se você é especialista em alguma região, pode se "assessorar" de dilatadas terras, capitânias, distritos ou vilas, visando melhorar a representação visual destes elementos no Atlas. Com isso, você mesmo poderá utilizar o resultado (na forma de mapas) em seus trabalhos acadêmicos, com uma cartografia feita sob medida para sua investigação. Para Colaborar, [basta entrar em contato conosco](#).

Você pode ter alguma ideia sobre isso [ao clicar NESTE LINK](#).

**Enviando conteúdos**

Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

conteúdo que pode ser usado em ferramentas como essa que eu falei. Elas são muito importantes para quem faz pesquisa ou para quem faz trabalhos acadêmicos, pois o uso é muito mais fácil que incluir notas de rodapé à mão; o que bem chato. Enfim, há a referência ao trabalho da pessoa etc. Estamos criando uma ferramenta que irá chamar “Roda dos Expostos”, onde as pessoas poderão adotar certos temas importantes que ainda não viraram verbetes. A pessoa pode se candidatar para essa atividade.

Vejamos agora o sistema de gestão do banco de dados do Atlas. Conhecemos a diferença entre a cartografia digital e a cartografia tradicional, basicamente, encontra-se no uso de camadas de informação organizadas a partir de bancos de dados, ou seja, não são um simples ponto no mapa, o ponto deve estar associado a uma informação ou a muitas informações. Isso nos permite cruzar dados, por exemplo, e saber onde estão as pessoas, quando chegaram, quando saíram. Tudo isso está implícito na ideia de usar a cartografia digital, ou o sistema de informação geográfica. Usamos um sistema feito sob medida para o nosso projeto. Por exemplo: temos uma ficha sobre um lugar, o Rio de Janeiro, a data de início desse mapa, e sua gestão da informação, se ele foi aprovado, ou não, por nossa equipe, a que grau de precisão, quem fez a pesquisa, dentre outras informações, como os registros que foram aprovados, ou não, o início e o fim de

Figura 30

Selecione o tipo de conteúdo

Verbetes

Nome do autor

Sobrenome do autor

Texto do verbete

Gerar conteúdo para o biblioAtlas

Instruções

Não cole direto do Word, procure utilizar os códigos da wiki para formatar seu texto, conforme se vê abaixo:

1. para criar link de outro verbete, usar `[[ ]]`  
ex: "no caso específico do `[[Brasil Colonial]]`..."  
\*\*Ficará: "no caso específico do [Brasil Colonial](#)..."

Se você desejar utilizar uma palavra diferente do verbete de destino, basta usar o formato seguinte: "veja como é fácil usar a `[[verbeta de destino|Palavra desejada]]`..."  
\*\*Ficará: "veja como é fácil usar a [Palavra desejada](#)..."

2. para criar nota de rodapé, utilizar texto da nota na parte desejada do verbete, conforme a codificação apresentada abaixo:  
Ex: "quando Assumar<sup>1</sup> Governador das Minas<sup>1</sup> chegou no Brasil, ele foi para São Paulo"  
\*\*Ficará: "quando Assumar<sup>1</sup> chegou no Brasil, ele foi para São Paulo"  
<sup>1</sup> Governador das Minas
3. Usar `==` para subtítulos.  
Ex: `==Parte 2==` \*\*Ficará: Parte 2
4. Usar `===` para divisões de subtítulos  
Ex: `===Parte 2.3===` \*\*Ficará: Parte 2.3
5. Usar `" "` (duas apóstrofes - NÃO ASPAS) para itálico  
Ex: Foi um período "difícil"  
\*\*Ficará: Foi um período *difícil*
6. Usar `" "` (três apóstrofes - NÃO ASPAS) para negrito  
Ex: Foi um período "difícil"  
\*\*Ficará: Foi um período **difícil**
7. Para incluir imagens, faça upload delas [neste link](#) e utilize a seguinte codificação para apresentá-la no artigo:  
`[[Arquivo Arquivo.png|200px|left|legenda]]`  
Você pode configurar detalhes entre os `|`, como o tamanho (em px), a posição (left, center, right) e a legenda.

[CLIQUE AQUI PARA ENVIAR O VERBETE \(é preciso copiar e colar\)](#)

Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

sua produção, a precisão e o autor da pesquisa, além das classificações, se um certo lugar era um aldeamento, ou uma aldeia, arraial, um bairro, enfim, uma série de possibilidades. A legenda correspondente àquela mesma classificação, o mesmo lugar pode ter vários pontos, porque esse lugar sofreu diversas alterações ao longo da história.

Vou dar o exemplo da vila de Rio Grande São Pedro, fundada em 1737, que foi ocupada pelos espanhóis e em 1747 virou Vila, entre 1747 e 1760 mudou de estatuto de novo; em 1763 foi ocupada pelos espanhóis e em 1777, voltou para os portugueses. Para contar essa história, que está desmembrada em itens, em um registro de um banco de dados, temos o verbete feito por uma pesquisadora especialista nessa vila: Martha Hamaister. Sempre damos para os especialistas no tema a possibilidade de fazer o artigo sobre suas pesquisas. Essa é uma forma de divulgação científica. Também temos publicação de dados de outros portais; por exemplo, existe um portal chamado fortalezas.org, onde há muitos conteúdo de fortalezas da história do Brasil; colocamos só as do Brasil colonial. Remetemos para o site deles colocamos o mínimo de informação. Há a referência a cada fortaleza, mas sempre mandamos para esse site, que é muito mais detalhado. Não queremos competir, mas colaborar com eles.

Figura 31



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Mais recentemente, temos feito um trabalho muito denso de mapear Vilas. Temos Belém, por exemplo, Alcobaça, Cananéia, Cuiabá, Diamantina, Desterro, e em Santa Catarina atual, Florianópolis; temos Goiás Velho, Guaratinguetá, Iguape, enfim, uma série de vilas coloniais. Uma série de informações sobre essas Vilas que são lentamente cartografadas no espaço. Reparem, inclusive, que há uma sombra do desenho atual da Costa do Rio de Janeiro.

Nosso trabalho indica a recomposição e a restauração de como ele era no século XVIII e início do século XIX. Tudo isso são aterros posteriores, alguns do século XIX, outros do século XX.

Nosso trabalho é feito a partir de mapas de época e, especialmente, a partir de fontes textuais. Destacarei, primeiro, os mapas de época, o trabalho de reconstituição para desenhar os mapas colocando-os no mapa atual para comparar e identificar lugares sobre os quais havia informações que haviam sido perdidas ao longo do tempo.

Como exemplo, o Rio de Janeiro do final do século XVIII, uma formação bastante preciosa, pois contava com muitos dados detalhados. Conseguimos muita informação e os referenciamos com bastante exatidão.

Figura 32



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Figura 33



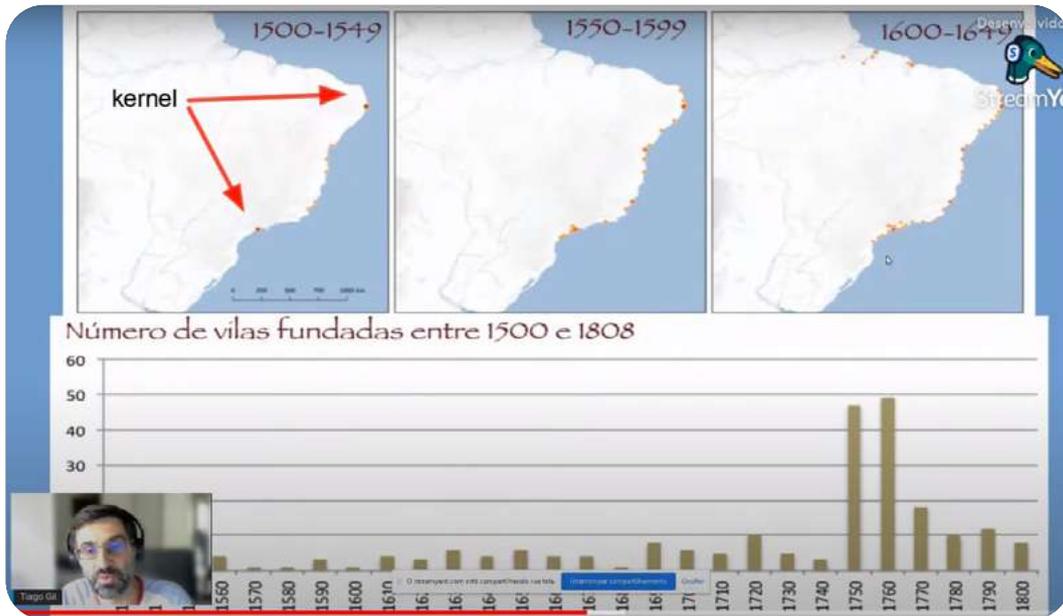
Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Vemos, em algumas partes, o encaixe quase perfeito, só há um pouco de distorção, mas essa é corrigível. A ilha grande está um pouco deslocada, mas o resto está mais ou menos no lugar. Há uma composição de vários mapas mostrando como comparamos mapas para chegarmos a algumas conclusões, o trabalho de identificação de mapas mostra que os pontos amarelos foram catalogados; estamos estudando para colocá-los no Atlas, no futuro.

Agora, entrarei na parte que eu queria problematizar, mostrar menos e problematizar mais. Um das coisas que criamos foi uma versão impressa do Atlas. Por várias razões, alguém pode perguntar qual é a vantagem de um Atlas impresso, quando há um digital, não é verdade? Há várias diferenças entre esses produtos; primeiro, um Atlas digital envolve uma série de dificuldades de leitura, a pessoa tem que imaginar o que se buscar; nem sempre as pessoas se colocam nesse desafio, a partir de dados que estão disponíveis. Assim, começamos a pensar o que nossa equipe enxergava nesse conjunto de dados. Pensamos em propor uma leitura nossa dos dados disponíveis no Atlas online, feita a partir do nosso ponto de vista e de nossas escolhas. Inclusive, destacamos as escolhas em cada mapa. Vou mostrar um pouco os dados. Olha que interessante, o número de vilas fundadas no período colonial; há uma grande concentração delas no século XVIII, entre 1750 e 1760. Vilas eram fundadas o tempo todo; porém, há um grande salto numérico na quantidade de Vilas. Boa parte delas, no Norte, o que sempre foi um pouco negado pela historiografia do Sudeste.

As Vilas do Norte sempre foram um pouco ignoradas; estamos tentando destacar esse fato neste trabalho. Há uma outra representação muito comum do Brasil colonial: as capitânicas

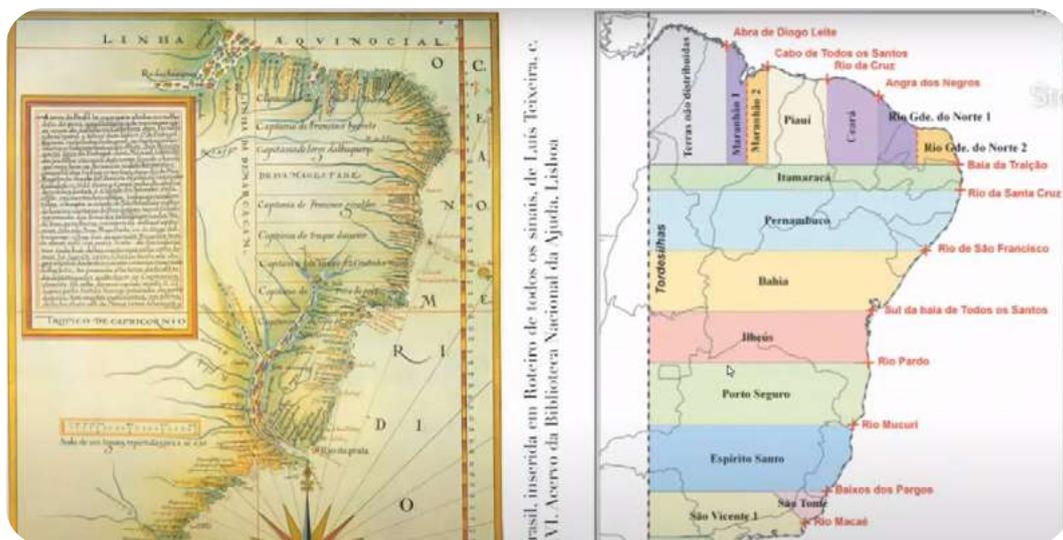
Figura 34



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

hereditárias, elas têm esse formato muito conhecido, muito divulgado em livros didáticos. Esse mapa do século XVI divide as capitanias, conforme o tratado de Tordesilhas. Recentemente, alguém propôs uma releitura desse mapa; porém, do nosso ponto de vista, as duas formas de representá-las são válidas somente para o século 16, quando imaginamos a conquista, na prática; depois, com o passar do tempo, isso mudou completamente de figura e uma outra fisionomia das capitanias emergiu.

Figura 35



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Figura 36

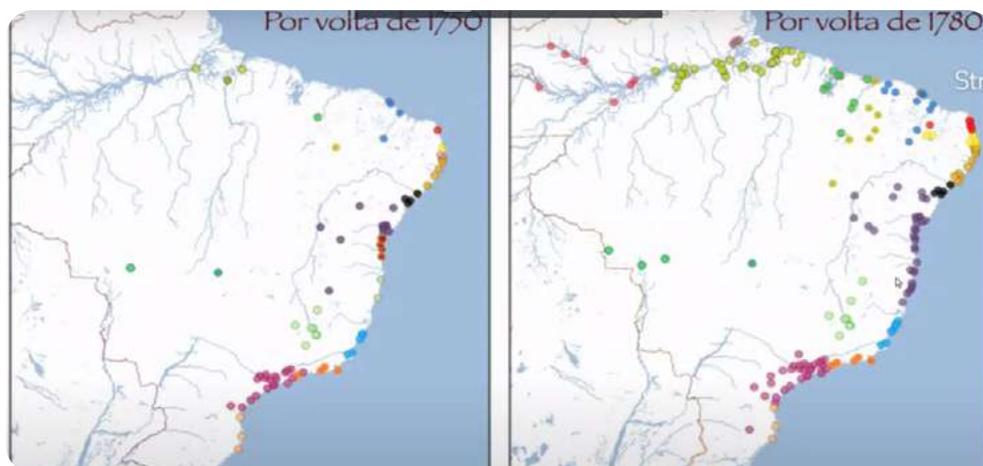


Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Resolvemos marcá-las com pontos coloridos para indicar cada capitania. Vejamos, por exemplo, a capitania Itanhaém e a de São Vicente, em marrom, que se misturam. Elas não têm uma continuidade territorial; há essa imagem, de polígonos de áreas fechadas que não corroboram com o que aconteceu ao longo da história do Brasil. Temos um cenário muito mais complexo, pois há um cruzamento muito maior; elas têm um desenho muito diferente daquele imaginado anteriormente. Uma ocupação muito diferente, o que nos faz pensar em outras geografias que não aquela geografia das áreas fechadas, como pensamos hoje os países.

Isso é um problema que se coloca, temos que pensar as cartografias de um outro modo não linear, baseado em nossa lógica de mapear o mundo. Mudando a fisionomia, vamos olhar as fortalezas, elas estão em toda parte, são aqueles dados que já mostrei no mapa digital. Agora, estou mostrando no mapa impresso, mas com outra forma de representação.

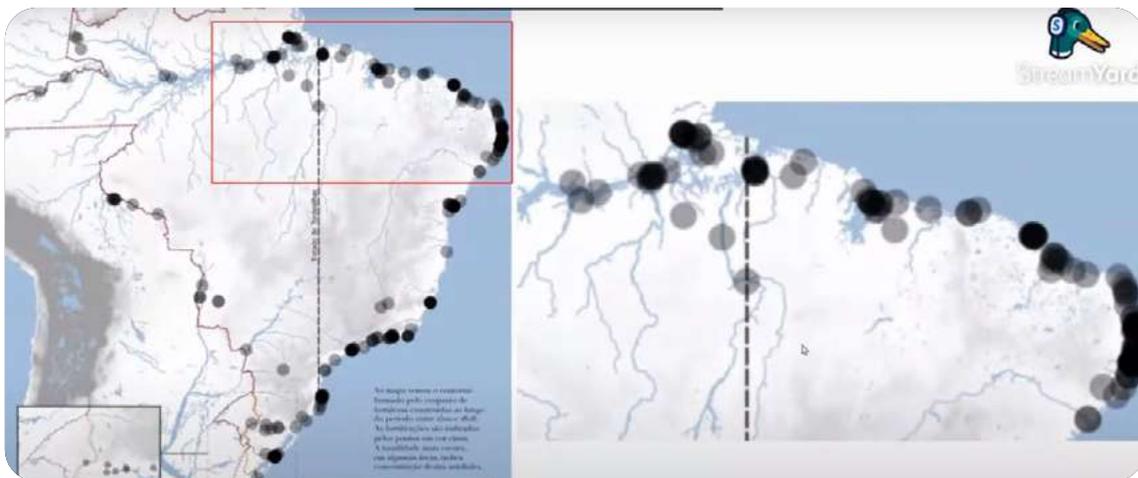
Figura 37



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Isso é um problema que se coloca, temos que pensar as cartografias de um outro modo não linear, baseado em nossa lógica de mapear o mundo. Mudando a fisionomia, vamos olhar as fortalezas, elas estão em toda parte, são aqueles dados que já mostrei no mapa digital. Agora, estou mostrando no mapa impresso, mas com outra forma de representação.

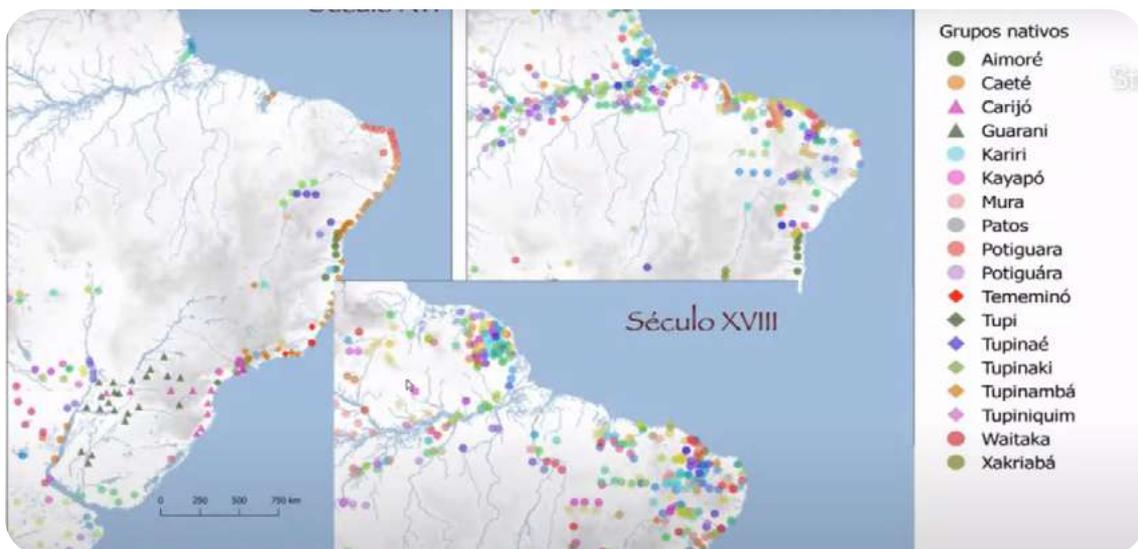
Figura 38



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Vocês podem ver que colocamos uma transparência de 50% nas Fortalezas; assim, quando há uma concentração delas, sabemos pela intensidade de cor, então, por exemplo, há o Nordeste do século XVII; há uma muralha durante o período da invasão Holandesa. O resto do território não apresenta esse cenário, que se torna visível pelo recurso cartográfico da transparência do ponto.

Figura 39



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

No Rio de Janeiro, se cria outra muralha, no XVIII, em função do ouro; no Rio Grande do Sul, não é bem uma Muralha, mas tem a ver com o avanço espanhol. Há concentração onde há maior presença de espanhóis; é sempre uma ameaça externa, mas isso tem historicidade e há concentrações diferentes em cada época.

Voltando ao tema dos grupos nativos, optamos pela forma quantitativa de representação de cores, enfatizando a diversidade dos grupos indígenas, mesmo sendo algo difícil de ler.

Paramos em 1800; porém, poderíamos avançar até os dias atuais, porque temos esses dados. Na verdade, não queremos colocar esses dados, porque o atlas só deve cobrir o período colonial. Analisando, por exemplo, o que temos de informação, reparamos que esses dados não são tão sintomáticos de onde estavam os grupos indígenas, mas são muito mais sintomáticos de onde os portugueses encontraram grupos indígenas. Quanto ao séculos XVI, por exemplo, não podemos supor que se fosse um vazio populacional. Na verdade, seria um vazio de informação portuguesa sobre os grupos indígenas. É interessante saber que os grupos indígenas aparecem na documentação a partir dos relatos portugueses; nesse sentido, essa análise acaba tendo uma carga de eurocentrismo que deve ser destacada, salientada, ainda que seja involuntária. Enfim, essas são algumas leituras que estamos fazendo com esses dados propostos. Ela é uma forma de ler os dados que colocamos online. Convido os ouvintes a tentar imaginar mapas que possam ser interessantes se pensarmos em problematizar a história do Brasil colonial.

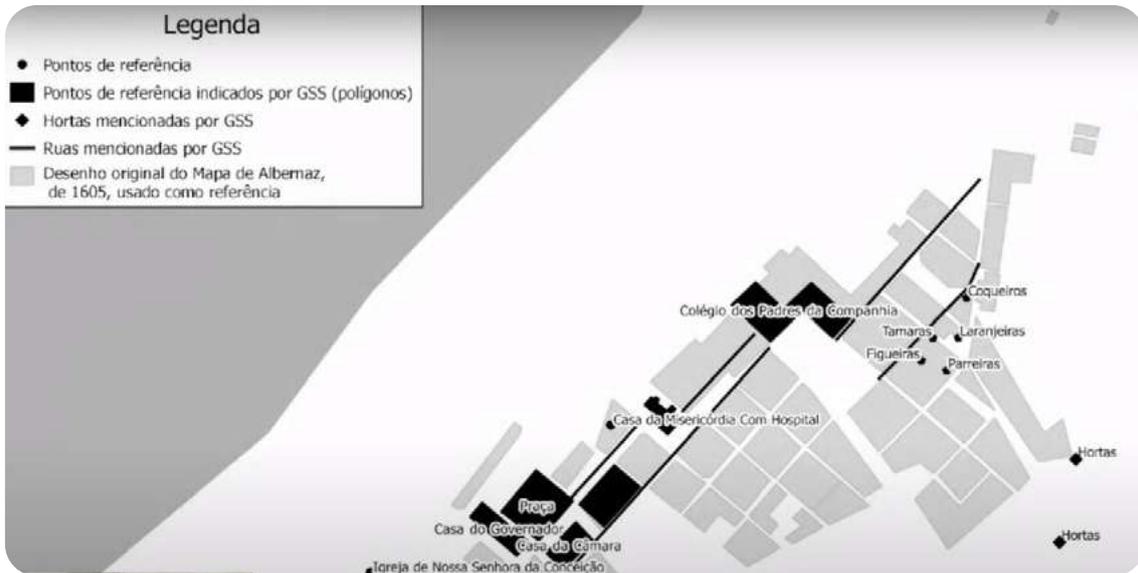
Antes de finalizar, eu queria mostrar, acho que tenho algum tempo ainda; que estamos fazendo experimentos com cartografia de movimento. Pegamos relatos em um texto, como esse, à esquerda, de Gabriel Soares de Souza, sobre a Bahia do século XVI, do final do século XVI; o percurso que ele fez, ele vai escrevendo sobre a Bahia, começa descrevendo a vila de Salvador. É interessante o que ele mostra e o que ele não mostra; o que está em preto foi o que ele descreveu; e o que está em cinza, é o que existia na época e que ele ignorou.

Figura 40



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

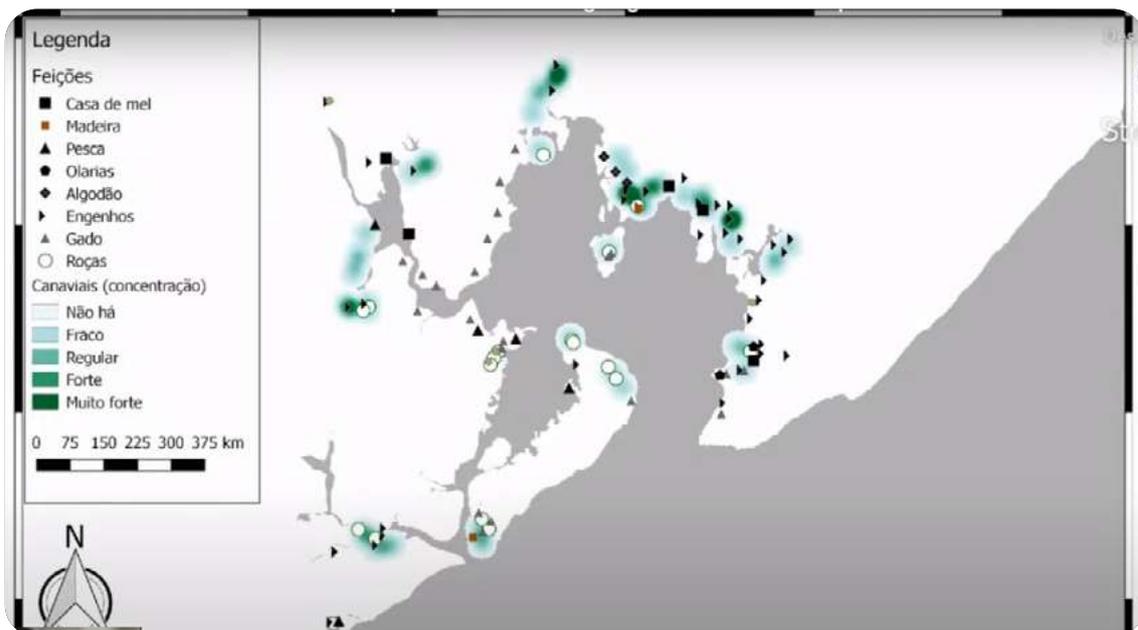
Figura 41



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

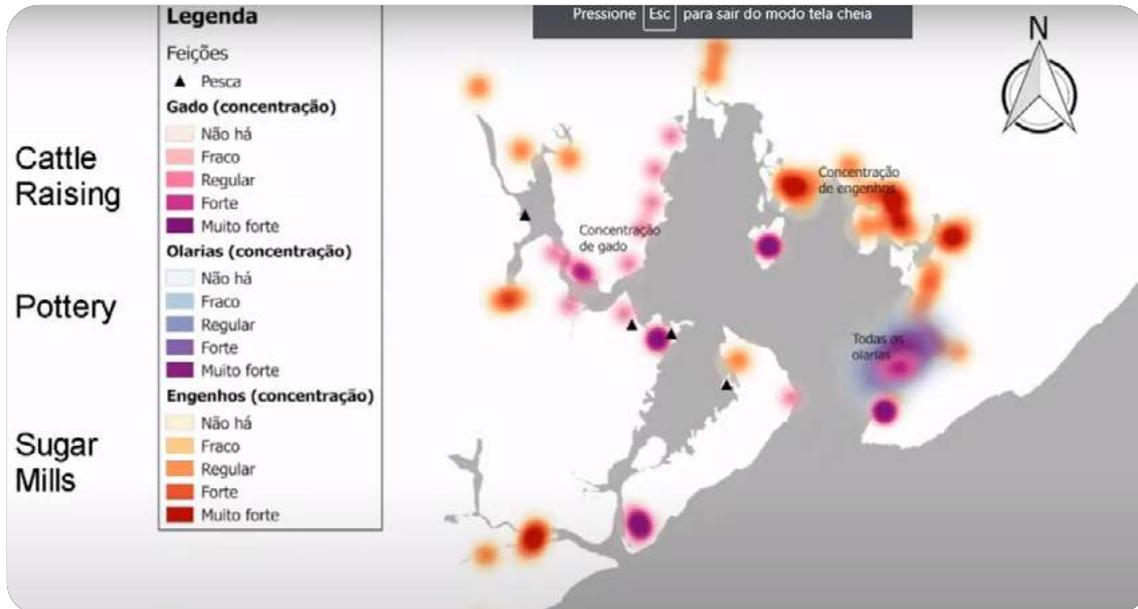
Reparemos o que ele enfatiza; ele ignorou boa parte da cidade, dando maior atenção a elementos estatais. Foi uma forma de cartografar o movimento, em câmera lenta, mostrando onde há engenhos, onde há coisas que ele vai descrevendo, mapeando todos os engenhos e propriedades. Tomamos todos esses dados de engenhos e cartografamos onde havia canaviais e engenhos; ele conseguiu mapear boa parte deles nessa região, que fica no Nordeste da baía todos

Figura 42



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

Figura 43



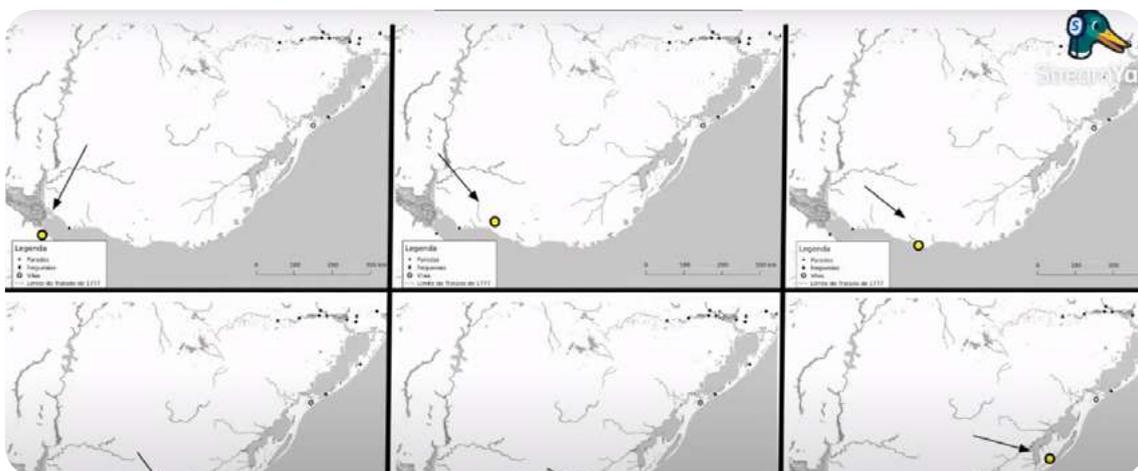
Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

os santos, ao norte e nordeste da baía. Um aluno acabou mapeando além do século XVI, ele pegou esses dados e foi até o século XVIII para mapear os engenhos.

Os engenhos da Bahia, do recôncavo da Bahia, estão visíveis neste mapa de calor. Em vermelho, estão os engenhos de Açúcar, em roxo o gado e, em lilás, onde havia a fabricação de potes de argila; a argila fica nesse canto, onde encontram-se todas as Olarias.

É necessário fabricar os potes usados nos engenhos para fazer açúcar; o engenho precisa do gado para mover a moenda e para carregar a cana. Nesse ponto, há uma circulação bastante

Figura 44



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

grande de mercadorias para fornecer materiais para os engenhos. Há um movimento de circulação de produtos na Bahia que é invisível na documentação, embora fosse fundamental para o funcionamento do engenho. A parte de pesca é importante, pois o oeste da baía fornece alimento para a Cidade da Bahia.

Vejamos outra tentativa de representar e e mapear um relato de viagem de um viajante que sai de Buenos Aires e vai até a vila de Rio Grande. Usamos linhas diferentes com materiais desse percurso para explorar a ideia de quadros como forma de representar a informação, o movimento, a partir de uma outra leitura, com mais quadros. Alguns movimentos muitos pequenos tiveram que ser repetidos, às vezes.

Com essa última imagem, encerro minha fala. Espero que duas coisas tenham ficado demonstradas: criamos ferramentas a partir das demandas da pesquisa, que é algo vivo, com uma dinâmica própria; não menos importante é a segunda conclusão: que os mapas podem ser ferramentas poderosas de comunicação e dizer coisas que dificilmente conseguiríamos expressar com palavras. Enfim, os mapas são uma linguagem válida. Obrigado.



**300 kilómetros en la distribución de  
esclavos en el Atlántico Sur, 1809-1833**

# 300 kilómetros en la distribución de esclavos en el Atlántico Sur, 1809-1833

Carlos Eduardo Valencia Villa<sup>1</sup> (UFF)

## 1. Introducción

La primera cosa que se tiene por delante cuando se hace un viaje es el espacio que se va a recorrer. Está tan presente, que el espacio es casi la misma definición del viaje. El espacio dice si el viaje será largo o corto, si será difícil o fácil, si se tendrán que cruzar frío y calor, si será monótono o si será arriesgado o temerario.

Es sobre el espacio que se construyen las otras cosas del viaje, por ejemplo, cuál medio de transporte se debe usar, qué tipo de comida o bebida será encontrada en el camino o cuáles viandas tendrán que ser llevadas y si podrán ser cargadas durante el viaje. El espacio también define las ropas y la protección con la que se debe contar y determina si en la práctica se pueden o no usar esas vestimentas. Incluso, también define los cuidados médicos o de salud que deben ser tenidos en cuenta antes, durante y después del viaje. El espacio también le da sentido a las expectativas sobre las personas que se conocerán, si ellas pueden ser hostiles o amigables, si en algunos puntos se espera encontrar oportunistas, en otros aprovechadores y en otros personas solidarias.

Si el viaje es una decisión libre del viajero, entonces, el conocimiento que se tenga sobre el espacio le será determinante durante el trayecto, pero, si el viaje es una decisión forzada que sobrepasa la soberanía del viajante, ya sea porque está sometido a presiones que lo llevaron a transformarse en inmigrante o sea porque está expuesto a mecanismos compulsorios directos por los cuales fue tomado en un lugar y colocado en otro, en cualquiera de esos dos casos, el conocimiento sobre el espacio es aún más relevante.

Un viaje forzado, sea por presiones o compulsorio, sólo tendrá éxito si se conoce el espacio. Esto es válido y evidente para todas las condiciones y momentos. Por ejemplo, así lo fue para los inmigrantes europeos del siglo XVII, o para los africanos del siglo XIX, o para los asiáticos del siglo XX o para los latinoamericanos del siglo XXI, para todos ellos el conocimiento espacial fue fundamental para tener éxito en la travesía. Por supuesto, es evidente, muchos no tuvieron ese éxito y no lograron cruzar hasta su destino. En esos casos, la falta de éxito en el viaje significó la muerte. En ese

---

<sup>1</sup> Este texto comenzó a ser realizado en coautoría con Manolo Florentino. Los datos y procesos de estimación estadísticos sobre volúmenes, clases y destinos fueron efectuados con él. Su muerte llegó cuando la investigación aún estaba en curso, por eso, este documento debe considerarlo coautor. Luego de su desaparecimiento la investigación continuó con Cacilda Machado. Ella participó del proceso de cálculos por destino y en la comprensión de los efectos regionales de la distribución de los cautivos. A ellos dos, todos mis agradecimientos.

sentido, el éxito no era un lujo, era la garantía mínima para sobrevivir y esa garantía deriva, en gran medida, del conocimiento espacial.

Sin embargo, este éxito no estaba sólo en las manos del propio viajero, pues dependía de una cadena -generalmente larga- de agentes logísticos y financieros que viabilizan los viajes. Estos operadores de logística y finanzas tenían sus propios intereses en los desplazamientos, pero, en términos del éxito de la operación de traslado, sus objetivos coinciden con los de los viajeros, es decir, que se llegue con éxito al destino les interesa a todos, viajeros y operadores.

Por ese motivo, buena parte de su esfuerzo pasa por conocer y entender el espacio que será cruzado y, por lo tanto, una parte (en ocasiones la mayor, en otras la menor) de las decisiones sobre cuáles medios y recursos usar será tomada por los operadores y no por los viajeros. En buena medida, la vida de los que viajan está en manos de los que operan el viaje. Aunque, dicho sea de paso, no necesariamente sea la vida lo que motive a estos operadores a tomar las mejores decisiones.

A pesar del interés por el éxito del traslado, estos viajes con frecuencia eran dramáticos. De ese dramatismo ha nacido el interés de los académicos por denunciarlos y exponerlos. En el caso de los desplazamientos en el pasado, lo más común es que la denuncia sea efectuada por historiadores que, a su vez, tienen sus propios intereses.

Se debe llamar la atención para un pequeño detalle: estos denunciantes no tienen el mismo interés en que el viaje llegue a su destino. Por el contrario, como en una especie de irónico tropo literario, estos académicos están en la búsqueda del desastre, de la falta total de éxito, con muertes, heridos y lacerados entre los inmigrantes para así intentar elevar la narración del drama humano de los viajeros y por ese efecto iluminar la elevada posición moral que se auto atribuye el académico denunciante.

Por eso se exaltan las imágenes más morbidas posibles. Objetos como cadenas y candados o las armas y látigos, o condiciones como hacinamiento y hambruna se colocan en la narración para que salten a los ojos del lector. Esos elementos existieron para propósitos mezquinos, no hay duda. Lo curioso es que en las denuncias contemporáneas el valor narrativo de esos objetos continúa siendo espurio, pues al elevar lo mórbido de esas cosas, se intenta elevar la posición moral del narrador.

Los candados y cadenas que aprisionaban viajeros en el pasado, en la historia contemporánea tienen el objetivo de aprender lectores. La mezquindad de la narración es tal, que el primer elemento que tenían por delante los inmigrantes para poder sobrevivir fue completamente olvidado por los denunciantes. El espacio, pieza fundamental, no es mencionado. Sólo aparece como una pequeña referencia al paño de fondo, pues no tiene la contundencia dramática de las cadenas y las armas.

## 2. Los 6.000 km mejor conocidos de la historia

La migración forzada de africanos para las Américas entre los siglos XVI y XIX tal vez sea la epopeya más narrada y denunciada entre todos los movimientos coercitivos de desplazamiento de comunidades humanas. Este éxito narrativo tal vez está vinculado a las campañas abolicionistas del siglo XIX que tuvieron bastante éxito (Davis 1996; Holt 1992).

Otros desplazamientos, por ejemplo, el de los indios al caribe (Singh 2013) o el de los asiáticos al Pacífico de las Américas (Ethington 2001; Yun 2008; Seijas 2014), o el de latinoamericanos a Norteamérica (Organización de Naciones Unidas 2018) no alcanzan a producir la misma cantidad de denuncias sobre los dramas humanos de estas poblaciones. No es que estos tres casos, entre muchos otros, no tengan las mismas características de horror que tenían las de los africanos decimonónicos, incluso, siendo difícil comparar horrores, se puede afirmar que en esa dimensión son, por lo menos, semejantes.

No obstante, las campañas contra la eliminación del desplazamiento de indios, asiáticos o latinoamericanos no llegaron a ser comparables con las que efectuaron los abolicionistas del siglo XIX. Por esto, es posible proponer que la cantidad de denuncias sobre el tráfico de africanos fue mayor que las de tráfico de indios, asiáticos o latinoamericanos como consecuencia de las campañas de abolición.

En el siglo XIX una de las estrategias recurrentes de los abolicionistas para denunciar la esclavitud era el tráfico negrero. Se narraba una situación que comenzaba con una captura en el África, luego un embarque y desplazamiento oceánico, para finalizar en un mercado en las Américas. Ese recorrido era contado y se repite insistiendo en las penurias físicas, en la vulnerabilidad emocional y en la angustia existencial de los cautivos (Horne 2007; Blackburn 2010; Johnson 2004).

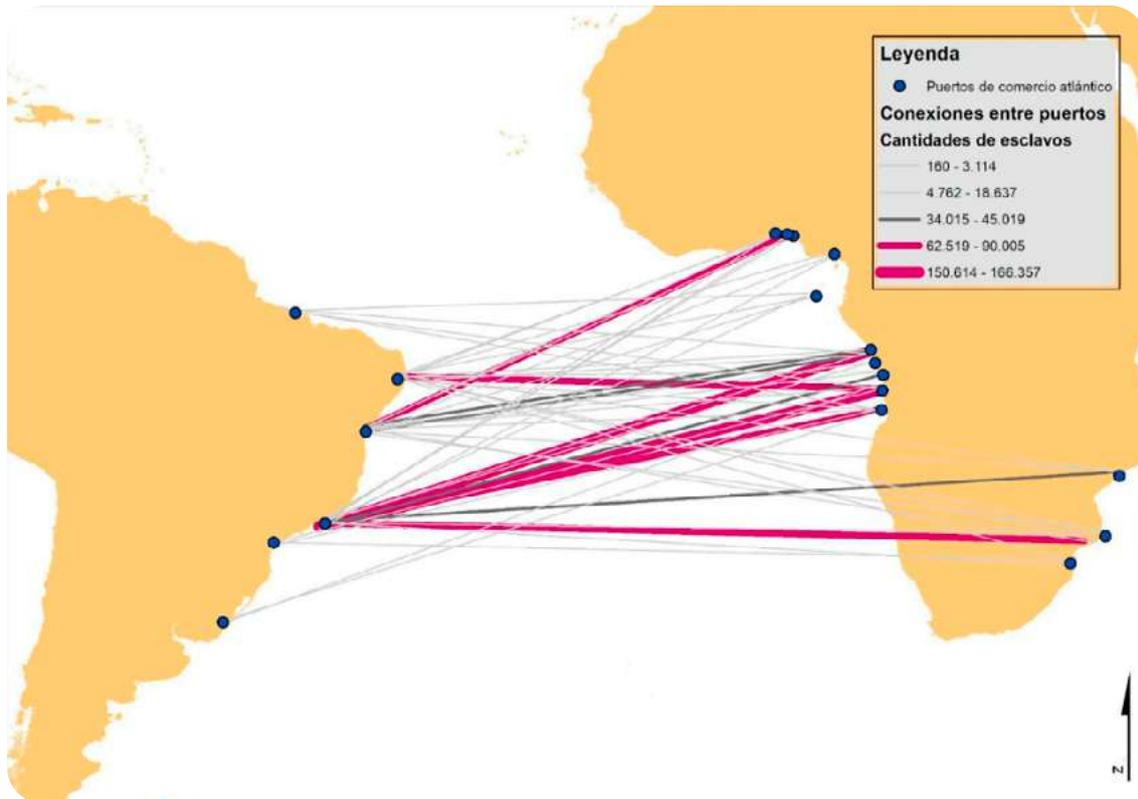
En el siglo XX esa narración ganó más elementos. Se amplió al incorporarse su volumen, pues se descubrió que fueron millones los que cruzaron el atlántico (Eltis 2000). También la narración creció al incluirse los detalles del viaje (Thomas 1999) o las pocas posibilidades de sublevación dentro de los navíos (Richardson 2001) y, más reciente, se ganó dramatismo al descubrirse que en las décadas finales de ese tráfico se dispararon las cantidades de niños que fueron llevados de forma compulsoria para las Américas (C. E. Valencia Villa & Florentino 2016).

A estas aristas del tráfico atlántico se le agregan muchas más, sean culturales (Ferreira 2012), etnográficas (Miller 2009), demográficas (Florentino 2002), financieras (Bohorquez 2020), judiciales (Pereira & Pessoa 2019) y de otros tipos, pero la geográfica continua olvidada. Lo que de nuevo, hay que repetirlo, es para dejar perplejo a cualquiera con sentido común, pues, ante todo, el tráfico negrero era un viaje y, como todo viaje, tenía por eje fundacional el conocimiento del espacio.

Del papel de ese espacio no se sabe nada, o casi nada. Lo que reemplaza ese conocimiento y da una falsa impresión de superación de la ignorancia son una serie de mapas en los que se informa la cantidad de embarcados y desembarcados, o se establecen los días en travesía, o los puntos por los que un navío pasó y varias otras cosas.

Todos estos mapas son más o menos iguales al que aparece como Mapa 1 de este texto. Allí se representan las cantidades de esclavos enviados de África para Brasil entre 1809 y 1835. La elección de estos años se corresponde a la transferencia de la Corte portuguesa para América en 1808 y el fin de la legalidad del comercio negrero en 1830. También se representan los puntos de exportación e importación, uniéndolos cada uno de ellos con una recta que representa los volúmenes movidos.

**Mapa 1:** Importación de esclavos de África para Brasil, 1809-1835



Fuente: slavesvoyages.com cálculos propios

Para estos años las líneas del Mapa 1 informan de 951.786 esclavos transferidos. Se puede observar que las conexiones de mayores volúmenes eran de Cabinda, Ambriz, Benguela y Luanda para Río de Janeiro, así como las de la Costa de Mina para Salvador Bahía o la de Luanda para Pernambuco o la de Quelimane para Río de Janeiro. Por el contrario, otros puntos parecen tener poco vínculo, por ejemplo, Belém do Pará tiene pocas conexiones o Rio Grande do Sul no parece tener una conexión directa con África.

Esta información sobre volúmenes y conexiones en el Mapa 1 es relevante, pero, sin lugar a dudas corresponde a lo que ha sido llamado como un mapa estúpido (Grava 2016), pues no se asume para nada el espacio, es decir, este espacio es irrelevante en la visión que propone el mapa.

El Mapa 1 es un tipo de artefacto, un tipo de sortilegio para engañar lectores y disfrazar ignorancias. Por desgracia, ese sortilegio se volvió común, corriente y manido en el llamado Spatial

Turn en historia (Guldi 2011; White 2010), esto es, en la supuesta o real retomada del espacio como variable en la investigación histórica, pues, lo que han aparecido son una serie de libros y artículos que usan palabras como cartografía, mapa y territorio que a veces vienen acompañados de figuras como mapas o croquis pero que en la práctica no emplean el espacio como variable de investigación.

En el caso del tráfico negrero en particular y de la esclavitud en general, lo que abundan son ese tipo de mapas, sortilegios que pretenden pasar la falsa idea que se incorporó el espacio en el análisis. Como ese tipo de mapas no emplean el espacio, lo que han efectuado es cambiar la representación que podría estar en una tabla por esta figura. Lo que antes era una intersección de una fila y una columna en la que aparecía la cantidad de esclavos enviados de un punto (columna) a otro (fila), ahora se representa como una línea recta en un mapa.

Siendo así, las preguntas pasan a ser: ¿Qué se sabe sobre esos 6.000 km que eran recorridos de África a Brasil? y más importante aún: ¿Cómo esos kilómetros influyeron en la historia del tráfico? No sólo se trata de discutir los días de viaje o el recorrido oceánico (Eltis & Richardson 2008), dos cosas importantes, pero insuficientes para explicar el funcionamiento de ese inmenso movimiento de población que fue el tráfico negrero.

Como se ha dicho, lo que los viajeros tienen por delante en su trayecto es el espacio a recorrer. En este caso, ¿Cómo este espacio participaba en la forma en que se llegaba a los navíos? ¿Cómo el océano podía ser cruzado con un contingente de esclavos? y ¿Cómo el territorio entre el puerto de desembarque y el lugar que se abastecía influía en las formas de distribución de esos trabajadores?, pero, sobre todo, ¿cómo fue que esos espacios fueron decisivos en la historia de esa migración forzada?

En este texto se asume la explicación sólo para la última parte del trayecto, esto es, se tiene el objetivo de responder a la pregunta de cuál fue el papel del espacio en la operación de redistribuir los esclavos al interior de Brasil luego de su desembarque en el lado occidental del Atlántico. Otras investigaciones podrían ayudar a comprender el papel espacial en la trata negrera en su fase africana y oceánica. ¿Quién sabe, tal vez en esa geografía se puedan encontrar más elementos dramáticos para elevar la posición moral de los denunciantes?

### **3. El punto intermedio entre los 6.000 km y los 300 km**

Río de Janeiro era uno de los nodos focales del tráfico negrero en el siglo XIX. Esta posición era conocida en la época y las autoridades intentaron tener una visión sobre el movimiento poblacional que ocurría a través de la ciudad. Luego del traslado de la Corte portuguesa para la ciudad, este flujo fue registrado en la Sección de Pasaportes de la Intendencia General de Policía, hoy custodiado en el Archivo Nacional de Brasil. Este era un registro diferente al realizado en las aduanas, pues se trataba de establecer quiénes se dirigían para el interior de Brasil, mientras que en las aduanas se registraba la entrada. (C. E. Valencia Villa & Florentino 2020).

Estos pasaportes fueron emitidos hasta unos años después del fin del tráfico legal de africanos en 1830 y comenzaron, como se acaba de comentar, con la llegada de la Corte, aunque los primeros datos son del año siguiente, 1809. En esos registros se consignaron una serie de informaciones, por ejemplo, la fecha de salida de la ciudad, el destino hacia el que se dirigían los esclavos y cuántos cautivos viajaban juntos.

Esta información lleva a una primera caracterización importante de esta fuente. Por un lado, ella enuncia cuántos esclavos efectúan el viaje juntos, a este conjunto se le llama partida. Así, una partida es un conjunto de un número específico de esclavos que partieron juntos hacia un destino. Por ejemplo, una partida de 15 individuos que va hacia São Paulo.

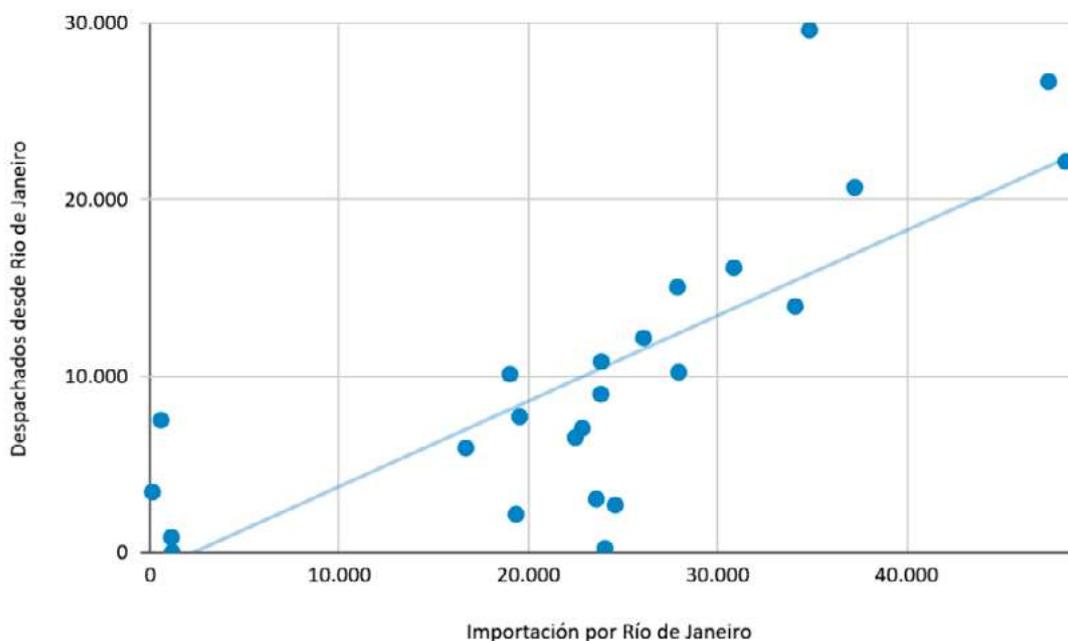
En total tenemos la información de 247.663 esclavos que se movieron desde Río de Janeiro entre 1809 y 1834 en esas partidas. Puede que sean partidas de un único cautivo hasta partidas con centenas de ellos. En casi todas se comunica la región a la que se dirigen y en muchos de los casos se coloca el local exacto para el que se va. Sin embargo, esta fuente no llega a enunciar los puntos últimos del trayecto de los esclavos, esto es, aquella red capilar que distribuía trabajadores por los lugares específicos en que se laboraba no aparece en esta fuente.

Como el objetivo de este texto es comprender el papel del espacio en la circulación de los cautivos luego del puerto de re-embarque, entonces, esta fuente permite entender esa dimensión para los que partían la ciudad de Río de Janeiro. La información de otros puertos de desembarque atlántico de africanos, como Salvador Bahía y Recife, no constan en la Sección de Pasaportes de la Corte.

Así, aquí se estudia el espacio para los que partían desde el puerto carioca y que iban hasta las grandes regiones de destino y sus puertos regionales. Es decir, la fuente no informa los puntos finales a los que se viajaba. Por ejemplo, aquí se encuentran los casos de partidas que salen de Río de Janeiro y van para Minas Gerais, pero no se llega al detalle de a cuál municipio en Minas Gerais se desplazaba.

Además de la región de desembarque y de la cantidad de cautivos en la partida, también la fuente puede informar otros detalles, como propietario e impuestos. Con frecuencia la partida se desdobra para dar cuenta de los individuos que la componen. A veces con agregados generales como, por ejemplo, cuántos eran esclavos nuevos y cuántos eran criollos o, otro ejemplo, cuántos eran mujeres y cuántos hombres. A veces, la fuente se desagrega aún más y da elementos precisos de cada individuo, por ejemplo, su edad, si tenía barba, si viajaba con su esposa o si iba con sus hijos.

Toda esta información fue transcrita en la última década del siglo XX por un grupo de investigadores financiados por el IPEA (Guedes & Fragoso 2001). Esa transcripción fue colocada en una serie de carpetas electrónicas que almacenaban centenas de archivos en Excel sin mucho orden u organización. Luego, esos archivos fueron transformados en un Banco de Datos digital. En él constan 49.395 partidas y los detalles de unos cinco mil esclavos. En los últimos años se ha publicado un par de resultados parciales del análisis de ese Banco de Datos, pero, en esos resultados también se ha olvidado la geografía. Ahora, en este texto, se espera pagar, al menos parcialmente, esa deuda.

**Gráfico 1:** Comparación entre importación y reexportación de esclavos por Río de Janeiro, 1809-1834

**Fuente:** Banco de Datos con los registros de la Sección de Pasaportes, Archivo Nacional.  
Ver el texto para los detalles. Cálculos propios.

Después que los pasaportes eran generados, las partidas se dirigían a sus destinos. La primera constatación importante que la base de datos arroja es la correlación entre esas salidas de la ciudad con la llegada de africanos al puerto. En otras palabras, Río de Janeiro era un gran entre puesto por el que entraban las importaciones de esclavos y estos se distribuían casi inmediatamente para el interior de Brasil. El Gráfico 1 muestra esa correlación, con un índice de 0,6.

Esto es que, años de mayor arribo de africanos significaban mayores despachos para el interior brasileño. Las oscilaciones del mercado internacional se traducían en oscilaciones en el mercado nacional. Así, existió un primer periodo, entre 1809 y 1818 de relativa estabilidad con volúmenes que se movían más o menos constantes a lo largo de la década, generalmente por debajo de los 10.000 esclavos anuales.

Esto terminó cuando en 1817 se aprobó el registro y aprehensión de navíos negreros al norte de la línea del Ecuador, pues esta presión llevó a un fuerte crecimiento con amplias oscilaciones hasta 1825. Luego de ese año, en 1826, la serie disparó hasta 1830 con un incremento descomunal año tras año. Con toda seguridad ese aumento fue consecuencia del tratado de 1826 entre Gran Bretaña y Brasil que establecía que a partir de 1830 el tráfico pasaría a ser considerado ilegal. Luego de 1830, la serie cae, demostrando que el tratado había llegado para ser cumplido (C. E. Valencia Villa & Florentino 2020).

En síntesis, el tráfico negrero interno en Brasil a partir del puerto de Río de Janeiro fue un correlato del tráfico atlántico, formando cuatro periodos entre 1809 y 1834. El primero, de 1809 a 1818 de

estabilidad con cantidades de esclavos relativamente semejantes a las que existían antes de la llegada de la corte portuguesa a la ciudad en 1808. El segundo, entre 1819 y 1825 en que los despachos de cautivos crecieron dentro de fuertes oscilaciones a cada año. El tercero, de 1826 a 1830 de ascenso vertiginoso y permanente en los volúmenes de esclavos remitidos para los mercados internos. El cuarto y último, de 1831 a 1834, de una inmensa caída que colocó las cantidades negociadas por debajo, incluso, de los registrados en el primer período. Estos cuatro cortes serán empleados en las siguientes páginas.

#### 4. Los 300 km casi finales del trayecto

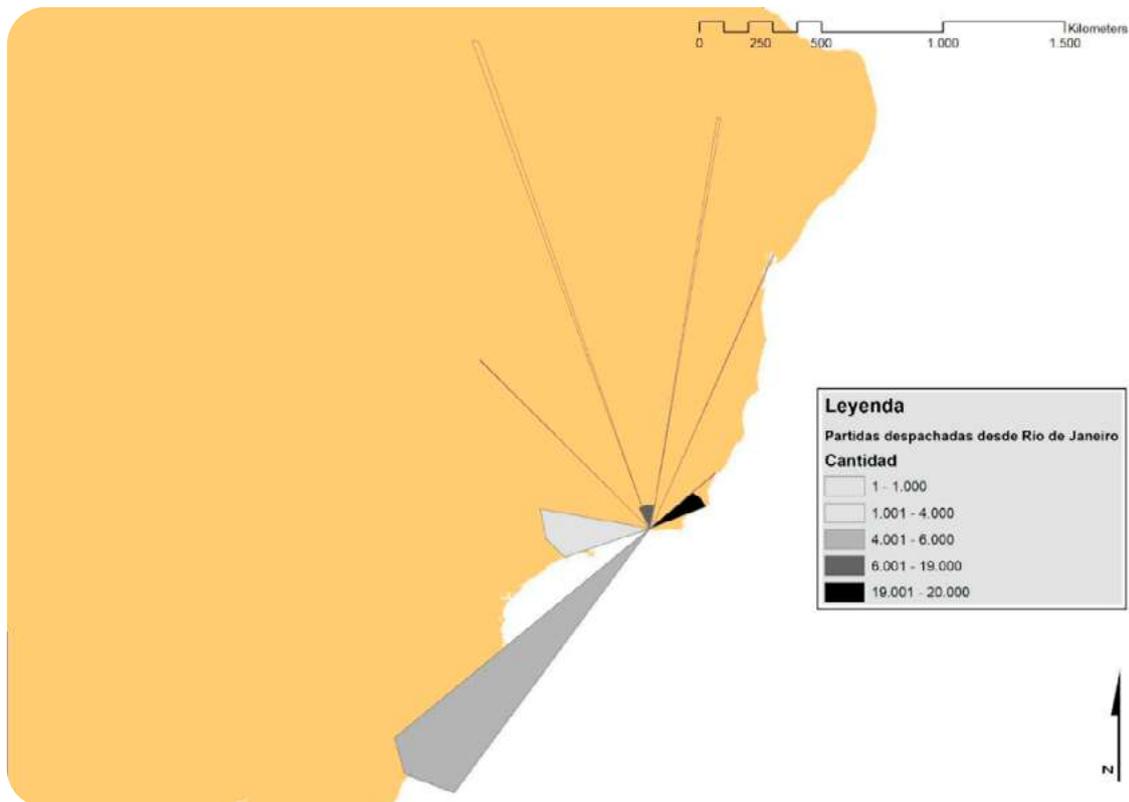
Luego que los esclavos salieran de Río de Janeiro se podrían dirigir a innumerables lugares. Algunos pocos emprendieron un viaje internacional, con frecuencia para destinos en Europa y África. No obstante, estos esclavos no parecen estar vinculados a mercados de trabajadores y sí al movimiento de repatriación y exilio de sus amos, pues, además de ser pocos los cautivos que se dirigieron para fuera del Imperio, también sucedió que los años de mayor movimiento fueron aquellos de crisis política, como el de la independencia (1822) o el fin del tráfico negrero internacional (1830).

Otros esclavos se dirigieron para el norte de Brasil, como Belém do Pará, otros más para áreas del Noreste, incluyendo Salvador Bahía y otros tomaron el rumbo del Centro Oeste. Esta información aparece en la Figura 1. Como se ve en ella, los tres casos anteriores fueron en absoluto minoritarios dentro del movimiento total generado desde Río de Janeiro. Todos juntos representaron un escaso 1,2% del total de partidas.

Una primera imagen que aparece en la Figura 1 es que los pequeños volúmenes remitidos a estos tres espacios (Norte, Noreste y Centro Oeste) son una consecuencia de la distancia, pues son áreas alejadas de la ciudad carioca por más de 1.000 o 1.500 kilómetros. Sin duda, una parte de la explicación de esos pocos despachos se deriva de ese factor.

Sin embargo, la región de Espírito Santo arroja otra arista a esa percepción. Como se observa en la Figura 1, esta región también presentó pequeños registros de recepción de esclavos enviados desde Río de Janeiro, incluso siendo una área cercana a este puerto, pues está a unos 350 kilómetros de distancia. Así las cosas, se puede afirmar que existió una baja conexión entre la región capixaba y el puerto carioca.

Es probable que esa baja relación fuese consecuencia de factores económicos, según los cuáles el área de destino no demandaba grandes contingentes de trabajo cautivo. No obstante, asumir que la distribución de esclavos era una función exclusiva de la demanda parece una suposición en extremo restrictiva para cualquier interpretación. Dicho de otra forma, se puede aceptar que la procura por trabajo de los señores de esclavos participaba de la determinación de cuántos individuos serían enviados, pero, al mismo tiempo, la oferta de esos cautivos también debió participar en la determinación de esas cantidades. Es cierto que lo más probable es que la demanda llegará a pesar más que la oferta, pero esto no quiere decir que la demanda fuera la única variable en ese mercado.

**Figura 1:** Rádios de despacho de las partidas de esclavos originadas en Río de Janeiro, 1809-1834

**Fuente:** Banco de Datos con los registros de la Sección de Pasaportes, Archivo Nacional.  
Ver el texto para los detalles. Cálculos propios.

Dicho esto, la cuestión se transforma en por qué Río de Janeiro no se conectaba con la provincia que era su inmediata vecina al Norte. Este no es el texto para intentar responder este interrogante. Lo que aquí es importante señalar es que esa falta de conexión era semejante a la que ocurría con las otras áreas al norte del puerto carioca, es decir, con el Centro Oeste, Noreste y Norte.

En la Figura 1 esto aparece con claridad. Los principales destinos de los despachos de esclavos estaban en: la propia provincia de Río de Janeiro, la provincia de Minas Gerais, la región de São Paulo y para los Puertos del Sur. Se debe observar, entonces, que existió una cota al norte de la Provincia de Río de Janeiro que sólo fue superada por menos del 2% de todas las partidas despachadas (1,2% para el Norte, Noreste y Centro Oeste más 0,7% para Espírito Santo) desde la capital imperial.

Se puede decir que no era una cuestión sólo de distancia sino, y sobre todo, un asunto de cardinalidad, pues era el Norte el que estaba inhibido de ser abastecido, tanto en puntos lejanos a más de 2.000 kilómetros como aquellos más cercanos a unos 300 kilómetros. Es decir, Río de Janeiro no era un tipo de centroide de un radio que abastecía de forma homogénea el territorio a su alrededor, pues ese radio sólo se movía para destinos al Sur.

La única forma de responder al por qué de la existencia de esa cota Norte es a través del conocimiento de despachos desde Salvador Bahía y ver si, de hecho, existió un arreglo espacial en el que el puerto soteropolitano abastecía las regiones septentrionales, teniendo como su límite al Sur la región capixaba mientras el puerto carioca distribuía para las regiones meridionales, con la Provincia de Espírito Santo como límite Norte.

De no ser así, se podría imaginar una hipótesis provisoria de un abastecimiento relevante sólo para el sur de Brasil. Pero, este no debió ser el caso, pues los puertos de Pernambuco y Bahía continuaron recibiendo africanos durante las décadas finales del tráfico legal internacional.

Como aún no se tienen los datos de despachos al mercado interno desde Salvador Bahía, lo que vale por ahora es la constatación de la existencia de esa cota Norte para la distribución de esclavos desde Río de Janeiro entre 1809 y 1834. Por el contrario, al Sur esa cota no existió y los cautivos fueron despachados hasta los puertos del área de Río Grande y de la Cisplatina (Cuando la Cisplatina terminó, en 1828, y pasó a existir el Estado de Uruguay estos envíos acabaron) a más de 1.200 kilómetros de distancia.

**Figura 2:** Radios de despacho de los esclavos enviados desde Río de Janeiro 1809-1834



**Fuente:** Banco de Datos con los registros de la Sección de Pasaportes, Archivo Nacional.  
Ver el texto para los detalles. Cálculos propios.

La Figura 2 informan los volúmenes de esclavos remitidos. En la Figura 1 se muestran la cantidad de partidas que se enviaron. Por lo tanto, son dos figuras complementarias. Tomando de menor a mayor, por volumen de partidas, las cuatro grandes regiones abastecidas desde Río de Janeiro fueron: São Paulo con 3.763 partidas (7,8% del total de partidas) y 29.541 esclavos (12,1% del total de esclavos), Puertos del Sur con 5.562 partidas (11,6% del total de partidas) y 21.852 esclavos (9% del total de esclavos), Minas Gerais con 18.108 partidas (37,6% del total de partidas) para 95.846 esclavos (39,3% del total de esclavos) y la Província de Río de Janeiro con 19.741 de partidas (41% del total de partidas) que llevaron 94.002 de cautivos (38,5% del total de cautivos).

Esto quiere decir que entre Minas Gerais y Río de Janeiro se completaba más del 80% de las partidas y más del 75% de los esclavos remitidos. Estas dos áreas eran las más cercanas al puerto carioca. Sin embargo, los números para los Puertos del Sur y São Paulo no eran pequeños o despreciables.

Ahora bien, las Figuras 1 y 2 además de demostrar que hacia el Sur se despachaban grandes cantidades de esclavos, sin que la distancia fuese un obstáculo definitivo para los volúmenes remitidos (ya qué destinos a más de 1.200 km eran bien abastecidos) también informa que la correlación no era perfecta entre cantidades de partidas y cantidades de esclavos enviados.

Se puede comenzar por el caso de São Paulo que recibió casi 8% de las partidas que llevaron 12% de los esclavos distribuidos desde Río de Janeiro, en comparación, los Puertos del Sur recibieron 12% de las partidas que, a su turno, correspondieron a 9% de los cautivos. Por lo tanto, fueron más partidas con menos esclavos para los Puertos del Sur que para São Paulo. Más o menos igual ocurrió con Minas Gerais y Río de Janeiro, pues, para la primera se enviaron unas 1.600 partidas menos que para la segunda pero se despacharon unos 1.800 cautivos más.

Esta diferencia entre cantidad de partidas y cantidad de esclavos deriva del tipo de partida que se enviaba. Es decir, existieron pequeñas partidas, que aquí se definen como aquellas menores o iguales a 4 esclavos, otras que podrían tener entre 5 y 9 cautivos que no serían tan pequeñas. Unas medianas, que tenían entre 10 y 19 esclavos. Unas mayores compuestas entre 20 y 29 individuos y las grandes partidas con 30 o más personas siendo transportadas.

Por lo tanto, más partidas para los Puertos del Sur que para São Paulo, pero que llevaron menos esclavos, significa que las que se dirigían hacia los puntos más meridionales eran partidas con menos cautivos. Situación semejante ocurría entre Minas Gerais y Río de Janeiro, con la primera área recibiendo partidas más grandes que la segunda.

Esta diferencia entre los tamaños de las partidas y la región a la que se dirigían lleva a formular la siguiente pregunta: ¿La distancia entre un punto y la ciudad de Río de Janeiro explica (o ayuda a explicar) que se enviaran partidas con más o con menos esclavos?. Siendo así, ¿Se podría pensar que puntos más alejados recibieron partidas con más esclavos o, por el contrario, se les mandaban grupos más pequeños?

Ampliando la cuestión, si se parte del hecho que la cantidad de esclavos que se recibieron en un punto estaba determinada por la relación entre oferta y demanda de trabajo esclavo, el

interrogante pasa a ser si la distancia de ese punto determina, o ayuda a determinar, la estrategia de su abastecimiento, pues la misma cantidad de esclavos puede ser enviada en menos partidas siendo ellas más grandes o, al contrario, en más partidas siendo estas más pequeñas.

Para abordar la cuestión se debe comenzar con la relación entre los tamaños promedio de las partidas con los tamaños máximos que dieron para cada local. Se puede comenzar con Río Grande de São Pedro, que fue el punto más distante al sur que recibió cantidades relevantes desde Río de Janeiro. Para allá se enviaron partidas con promedio de 3,9 individuos y la máxima remesa fue de 98 esclavos.

Luego, un poco menos distante que Río Grande de São Pedro está Porto Alegre, con un tamaño promedio de partida de 4,3 individuos y un máximo de 150 cautivos. Esto es, estos índices crecieron así que la distancia se redujo. Lo mismo ocurrió con Santos, que está aún más cerca de Río de Janeiro y su promedio fue de 11,1 esclavos (mayor que el de Porto Alegre, que a su vez fue mayor que el de Río Grande de São Pedro) con un máximo de 198 cautivos (mayor que el de Porto Alegre que también ya había sido mayor que el de Río Grande de São Pedro).

Estos tres casos inducen la imagen de que a mayor distancia, los promedios y máximos se redujeron. Sin embargo, este no fue el caso general. Por ejemplo, Paraibuna tuvo un promedio de 7,5 cautivos por partida y un máximo de 118 esclavos, es decir, números menores que los de Santos, a pesar de estar más cerca de Río de Janeiro. Lo mismo se puede decir de Resende, que también tuvo números menores que Santos a pesar de estar más cercano al puerto carioca.

Así las cosas, se debe decir que no existió correlación clara entre distancia y promedios o entre distancia y tamaño máximo, como tampoco existió entre promedio y máximo. Esa información aparece en el Gráfico 2. El índice de correlación entre tamaño promedio y máximo de las partidas fue de tan sólo 0,3 y, como se observa, puntos como Río Grande de São Pedro y Porto Alegre tuvieron índices semejantes a Resende, a pesar de que su localización era diferente o, otro ejemplo, São Paulo y Santos tuvieron índices dispares aunque estaban bastante próximos entre sí.

Esta falta de correlación es consecuencia de utilizar el banco de datos completo, esto es, por haber incluido todos los tipos de partidas: las pequeñas, las no tan pequeñas, las medias, las mayores y las grandes, pues todos estos de despachos fueron enviados durante estos años, es decir, fueron partidas con algunos individuos y también fueron partidas con decenas de personas. Para corregir esa distorsión estadística se deben analizar sólo las grandes partidas, aquellas con 30 o más esclavos, pues son ellas las que diferencian los destinos según su distancia.

Esta información aparece en la Figura 3, que representa la cantidad de partidas con 30 o más esclavos que se despacharon para los puntos que se abastecían desde Río de Janeiro. Se incluyeron en esas partidas aquellas que fueron registradas como dirigiéndose para una área general sin mencionar su destino específico. Este es el caso de envíos para Puertos del Sur sin determinar un lugar exacto, también de envíos para São Paulo sin registrar o local preciso para el que se despachaban y el de la Provincia de Minas Gerais cuando las partidas sólo mencionaban la región

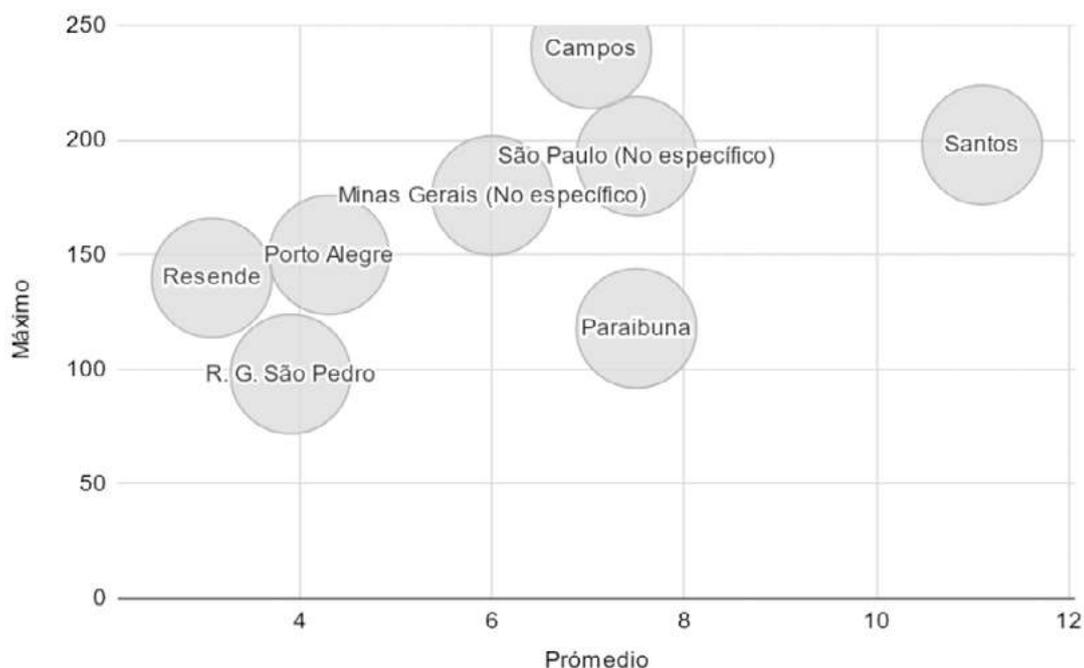
pero no el punto. En esos tres casos, por no conocer exactamente el local, este fue representado como fuera del territorio brasileño y así evitar posibles confusiones. Cuando el punto fue registrado en los pasaportes, esa información fue colocada en la Figura 3.

Como se ve, todos los lugares recibieron partidas con 30 o más esclavos. Esa es la información que registran los círculos sobre cada punto. En ese tipo de partidas se transportaron más de 70.000 cautivos. Así las cosas, la distribución no tenía obstáculo en mandar grandes contingentes en un único despacho para prácticamente cualquier destino abastecido desde la capital brasileña.

Sin embargo, estos círculos sobre cada punto en la Figura 3 también permiten percibir que sólo destinos en Minas Gerais y en la Provincia de Río de Janeiro recibieron más de 130 partidas de esta clase, o sea, aunque se enviaran grandes partidas para todos los lugares, estas clase de despachos fueron sólo recurrentes para puntos más cercanos al puerto carioca. Cuando los lugares eran distantes, la frecuencia de grandes partidas disminuyó.

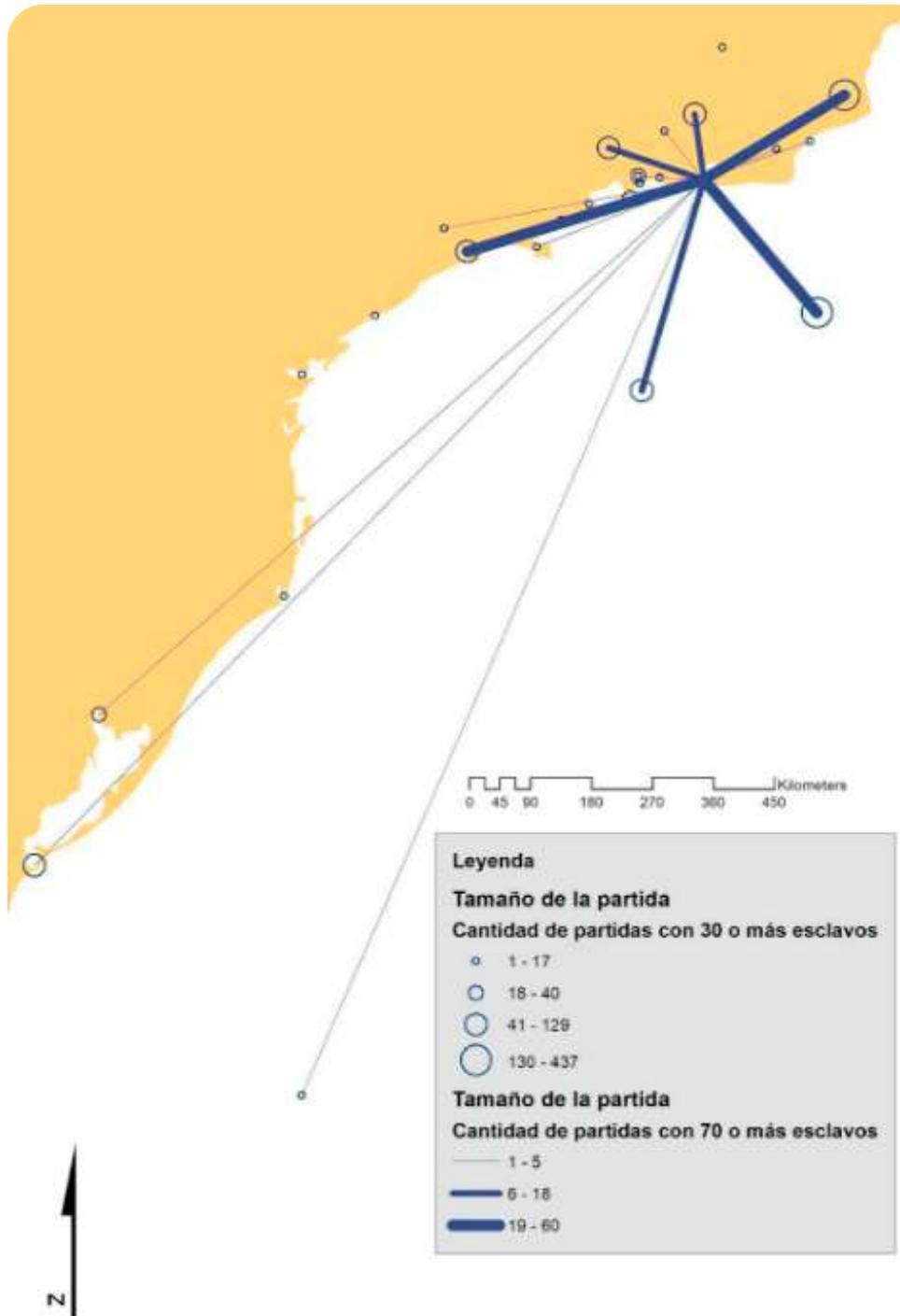
No obstante, la presión por elevar la disposición de cautivos en todos los rincones del sur del imperio brasileño aumentó antes del fin del tráfico negrero internacional (C. E. Valencia Villa & Florentino 2020), lo que a su vez se tradujo en la necesidad de ampliar el volumen de esclavos enviados para cada paraje.

**Gráfico 2:** Relación entre promedio y máximo de esclavos dentro de cada partida según el destino al que se dirigen partiendo de Río de Janeiro 1809-1834



**Fuente:** Banco de Datos con los registros de la Sección de Pasaportes, Archivo Nacional.  
Ver el texto para los detalles. Cálculos propios.

**Figura 3:** Comparación entre los despachos con partidas entre 30 y 70 esclavos con las partidas mayores de 70 esclavos



**Fuente:** Banco de Datos con los registros de la Sección de Pasaportes, Archivo Nacional.  
 Ver el texto para los detalles. Cálculos propios.

La respuesta a esa presión no pasó por multiplicar en varias veces el tamaño de las partidas. Por el contrario, las partidas con 70 o más individuos fueron excepcionales. En la Figura 3 este tipo de envíos se representan con líneas. Como se observa, las líneas gruesas, que identifican lugares que recibieron 20 o más de estas partidas, sólo se encontraron para Campos, Minas y Santos. Todos estos eran destinos a menos de 300 kilómetros de Río de Janeiro. La Figura 3 también muestra que se enviaron partidas con 70 o más esclavos para otros lugares diferentes a esos tres, pero, que eso ocurriera era una excepción.

De hecho, todas las partidas con 70 o más cautivos transportaron menos de 1.000 esclavos. Lo que muestra que la estrategia de abastecimiento, como una amplia multiplicación del tamaño de los despachos no ocurrió, pues, cuando sucedió, fue casi que exclusivamente para destinos a menos de 300 kilómetros e, incluso así, fue una cosa excepcional.

La hipótesis que se propone es que el espacio fue determinante en la estrategia de abastecimiento durante los años anteriores al fin de tráfico atlántico de esclavos, pues, debido a las grandes distancias, las partidas no multiplicaron su tamaño en la misma proporción en que se necesitaban colocar trabajadores en cada punto, es decir, los despachos con más de 70 esclavos nunca fueron comunes. Este número era un tipo de límite superior para la cantidad de personas que podrían viajar juntas y esa cantidad casi que sólo se superó cuando el destino estaba a menos de 300 kilómetros.

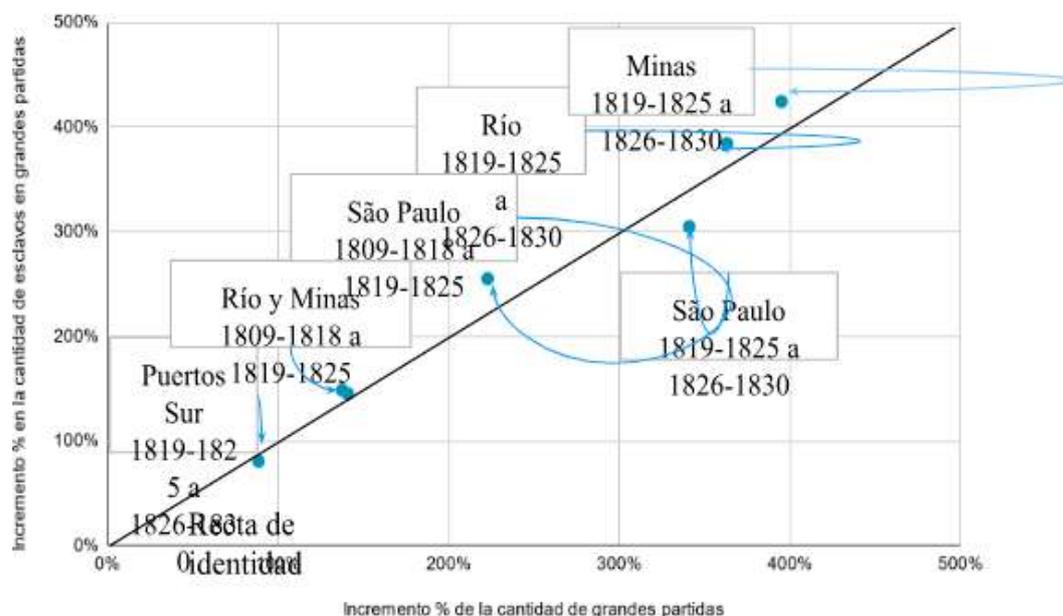
De esa forma, la cuestión pasa a ser, ¿cómo fue posible abastecer los puntos distantes que exigían cada vez más y más esclavos?. Como se comentó antes, la distribución de cautivos se incrementó del primer periodo (1809-1818) para el segundo periodo (1819-1825) y de este segundo período se aumentó aún más para el tercer período (1826-1830). Después, se redujo de forma drástica (1831-1834).

Esto significa que hasta 1830, de coyuntura para coyuntura, el envío de esclavos debía crecer aún más de lo que lo había hecho hasta el período precedente. Por lo tanto, si tanto oferta como demanda estaban interesados en colocar más cautivos a circular, la cuestión a resolver pasó a ser cómo enviarlos.

El Gráfico 3 muestra esa situación. En el eje horizontal se representan los incrementos porcentuales de la cantidad de grandes partidas, aquellas con 30 o más individuos. En el eje vertical se encuentran los aumentos en porcentaje de los volúmenes de esclavos que esas grandes partidas transportaron. Además, también se grafica la recta de identidad, es decir, aquella que muestra la proporcionalidad exacta entre los incrementos de la cantidad de partidas con los aumentos de los volúmenes de esclavos que ellas transferían.

Si el crecimiento de la primera es proporcional a la segunda, los puntos están sobre esa recta. Ese es el caso de los Puertos del Sur en el paso del período 1819-1825 al período 1826-1830, cuando la cantidad de grandes partidas creció 89% y la cantidad de esclavos que ellas transportaron aumentó 81%, esto es, que los tamaños de este tipo de envíos se mantuvieron prácticamente iguales de un período para otro.

**Gráfico 3:** Comparación entre los incrementos de la cantidad de esclavos transportados en las grandes partidas con los incrementos en la cantidad de grandes partidas



**Fuente:** Banco de Datos con los registros de la Sección de Pasaportes, Archivo Nacional.  
Ver el texto para los detalles. Cálculos propios.

Por debajo de la recta sólo se encuentra São Paulo en la comparación del período 1826-1830 con el período 1819-1825. En este caso, las grandes partidas crecieron 341% mientras que los esclavos que ellas llevaban se incrementaron en 305%. Así, para esta región en ese paso, lo que ocurrió fue un aumento más que proporcional en la cantidad de despachos recibidos. Como consecuencia, se puede afirmar que la estrategia fue elevar esa cantidad de remesas más que incrementar la cantidad de esclavos en cada una de ellas.

Para las otras regiones en las otras coyunturas el fenómeno fue inverso, pues los puntos están por encima de la recta de identidad, es decir, para todos esos casos, el aumento en la cantidad de esclavos despachados fue más que proporcional que el aumento en las grandes partidas. Esto quiere decir que se prefirió aumentar la cantidad de individuos en los conjuntos mayores o iguales a 30 personas que incrementar la cantidad de partidas. Así, en términos relativos, los despachos fueron más voluminosos a cambio de no aumentar tanto en su frecuencia.

De esa manera, los destinos en la Provincia de Río de Janeiro y Minas Gerais que exigían (y encontraban) más trabajadores entre 1819-1825 que entre 1809-1818 y aún más entre 1826-1830 que entre 1819-1825 fueron abastecidos. Igual ocurrió con São Paulo del periodo de 1809-1818 para el de 1819-1825. En estos casos, la cantidad de esclavos que las grandes partidas llevaron crecieron más que la frecuencia con la que se despachaban esas grandes partidas.

Pero, como ya se mostró, la cantidad de esclavos dentro de las partidas no superó los 70 individuos. Por lo tanto, para lograr abastecer regiones que compraban más y más trabajadores la estrategia fue ampliar el tamaño de grandes partidas pero sin llegar a sobrepasar el límite de 70 personas. Esto significó, que la frecuencia de despacho de esas grandes remesas no aumentó tanto, si se compara con los cautivos que llevaron.

Los Puertos del Sur dan el mejor ejemplo de esta estrategia. Entre 1809 y 1818 para allá se enviaron en total 1.325 esclavos, en todo tipo de partidas. En el siguiente periodo, este número explotó y llegaron a ser 10.830 los cautivos remitidos. Es nítido que esta ampliación de más de 8 veces de un momento para otro se derivó de los eventos políticos en el área y la tentativa luso-brasileña de ampliar su control territorial (Borucki 2021; Prado 2020).

No es este el lugar para entrar en esos detalles, lo interesante en este momento es notar que un crecimiento tan desproporcionado de un momento para otro para abastecer un lugar distante significaba un desafío a ser resuelto para la distribución de esos trabajadores.

Todos los tipos de partidas crecieron, de las pequeñas con menos de 4 esclavos a las grandes con 30 o más individuos se multiplicaron para el área. Era una coyuntura especial en la que todos los agentes querían participar, pues era claro que en cualquier momento terminaría, fuese por el fin del tráfico atlántico o fuese por la salida de los Braganza de la zona.

Sin embargo, los esclavos que viajaban en grupos de 30 o más personas fueron los que más vieron su número crecer, pues entre 1809 y 1818 sólo fueron 67 esclavos remitidos en únicamente dos grandes partidas, después, entre 1819 y 1825 fueron 2.789 cautivos despachados en 61 grandes partidas. Incluso, las partidas que tenían entre 20 y 29 individuos llegaron a ser 80 entre 1819 y 1825 y antes, entre 1809 y 1818, fueron tan sólo 2.

Lo que esto significa es que el gran tráfico, el que tenía capacidad para mover grandes contingentes de personas, pasó a operar para la región después de 1818. Pero, al mismo tiempo, permite ver que la cuestión no era simplemente mandar inmensos contingentes. No era esta la operación que ellos realizaban. Lo que efectuaban era ensanchar las partidas para llevar más individuos pero, simultáneamente, no aumentar su tamaño a tal punto que llegara a inviabilizarla.

En términos de índices, el crecimiento en la cantidad de esclavos que las grandes partidas llevaron fue de 41,6 veces, mientras que estas mismas grandes partidas se incrementaron en 30,5 veces. Estos números son tan grandes que no fue posible colocarlos en el Gráfico 3, pues la explosión del tráfico para los puertos del Sur después de 1818 no tiene comparación para ninguna otra región.

Pero, en el sentido de tendencia, es semejante a lo que ocurrió para Río de Janeiro, Minas Gerais y São Paulo en ese mismo momento. Cómo ya se comentó, sólo fue diferente en dos casos. Para los Puertos del Sur en la siguiente fase, de 1819-1825 para 1826-1830 cuando el ritmo de aceleración del abastecimiento se estabilizó y hasta decayó un poco. Y para São Paulo en esa misma fase, de 1819-1825 para 1826-1830, también fue diferente, cuando el volumen de grandes partidas continuó aumentando.

## 5. Conclusiones

El viaje de los esclavos luego que partían de Río de Janeiro para otros parajes brasileños después de 1809 quedó registrado en la Sección de Pasaportes de la Corte hasta 1834. A través de esa fuente es posible percibir la importancia que el espacio tenía para determinar las formas que tendría el abastecimiento de cautivos en Brasil.

Sin lugar a dudas este espacio era bien conocido por los traficantes, comerciantes, financiadores y productores que estaban vinculados al mercado de esclavos. Era tan claro para ellos, que la estrategia para mantener abastecidos puntos que demandaban más y más cautivos antes del fin del tráfico internacional de africanos se definía a través de ese espacio.

Al igual que para cualquier otro movimiento migratorio de población, el espacio era la variable fundamental para entender cómo se operó esa transferencia. En este caso, ese conocimiento significó la definición de una estrategia que pretendió que el movimiento de cautivos llegase a su destino para abastecer los mercados de trabajo. En eso tuvo éxito.

Sin duda el drama humano estuvo presente en este desplazamiento, pero el conocimiento de cómo efectuar la transferencia y la relevancia de comprender el significado de los 300 kilómetros al Sur como límite, no para inhibir el movimiento de individuos, sino como elemento de cuántos podrían viajar juntos, fue definitivo para que la probabilidad de sobrevivir aumentase.

De forma específica, en el desplazamiento de cautivos en Brasil en las décadas precedentes a 1830 el espacio determinó, por lo menos, tres piezas esenciales. La primera, que desde Río de Janeiro se abastecieron lugares que le fueran meridionales. No importaba tanto la distancia como la cardinalidad. Esto es, se podrían enviar cautivos a 1.000 kilómetros o 1.500 kilómetros siempre y cuando fuera al Sur mientras que no se enviaban a más de 300 kilómetros o 350 kilómetros si era al Norte. Por qué ocurrió esa característica, aún no se sabe, por ahora, sólo se ha descubierto ese límite geográfico.

La segunda es que no se era proclive a realizar envíos con más de 70 individuos. Cuando estos se efectuaban, sólo ocurrían a destinos menores a 300 kilómetros pero, se debe insistir, estos casos fueron excepcionales. Con toda seguridad, esa distancia máxima de 300 kilómetros para partidas con 70 individuos era derivada de las dificultades de recorrer ese espacio, todas asociadas al ámbito logístico, por ejemplo, qué comida llevar, cuánta agua transportar o qué seguridad mantener.

La tercera era que el inmenso impacto del crecimiento del abastecimiento de cautivos antes de 1830, cuando se presionó por tener y conseguir más y más esclavos fue resuelto a través del aumento más que proporcional en el tamaño de las grandes partidas que en el aumento de la frecuencia de despacho de esos grandes envíos. Es decir, las partidas con 30 o más individuos aumentaron la cantidad de personas que llevaban más que la cantidad de este tipo de despachos.

Dicho esto, se debe insistir que las tres piezas fueron simultáneas. El crecimiento que denota la tercera característica se dio sin sobrepasar el límite definido por la segunda característica y

para remesas que se dirigían sólo en el sentido geográfico de la primera característica. En síntesis, se aumentó la cantidad de esclavos que se enviaban hacia destinos al Sur de Río de Janeiro en las partidas con 30 o más individuos pero sin llegar a ampliar este número por encima de las 70 personas.

Como se comentó, todo viaje está definido por el espacio que se va a recorrer y este no se puede desconocer. En el caso que se discute aquí, el espacio determinó la forma en que se distribuían los trabajadores. Si, por un lado, el mercado con su oferta y demanda multiplicó la cantidad de esclavos que fueron transados, también es cierto que, por otro lado, el espacio decidió la manera en que esos cautivos fueron distribuidos.

Puede que establecer esas tres características de la determinación del espacio sobre la esclavitud en las Américas no tenga el componente dramático que podrían dar las armas, la violencia, las muertes. En ese sentido, conocer el espacio no ayuda a elevar el valor moral de ningún académico, por eso, se puede ignorar como elemento constitutivo de la esclavitud moderna pero, para esa sociedad, fuesen los esclavos, los traficantes, los operadores, los productores o las autoridades, para todos ellos, esos kilómetros, la dirección a la que se dirigían y la forma de recorrerlos fue esencial.

## Referencias bibliográficas

Blackburn, Robin. 2010. *The Making of New World Slavery: From the Baroque to the Modern, 1492-1800*. London; New York: Verso.

Bohorquez, J. 2020. "Linking the Atlantic and Indian Oceans: Asian Textiles, Spanish Silver, Global Capital, and the Financing of the Portuguese–Brazilian Slave Trade (c. 1760–1808)". *Journal of Global History* 15 (1): 19–38. <https://doi.org/10.1017/S1740022819000317>.

Borucki, Alex. 2021. "250 años de Tráfico de Esclavos hacia el Río de la Plata. De la fundación de Buenos Aires a los «Colonos» Africanos de Montevideo, 1585-1835". *Claves. Revista de Historia* 7 (12). <https://doi.org/10.25032/crh.v7i12.11>.

Davis, David Brion. 1996. *El Problema de la Esclavitud en la Cultura Occidental*. Bogotá: El Ancora Editores : Ediciones Uniandes.

Eltis, David. 2000. *The Rise of African Slavery in the Americas*. New York: Cambridge University Press.

Eltis, David, & David Richardson, eds. 2008. *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven: Yale University Press.

Ethington, Philip. 2001. *The Public City: The Political Construction of Urban Life in San Francisco, 1850-1900*. Berkeley: University of California Press.

Ferreira, Roquinaldo Amaral. 2012. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press.

Florentino, Manolo. 2002. *Em Costas Negras. Uma História do Tráfico de Escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras.

Grava, Massimiliano. 2016. "Imágenes Estúpidas versus Imágenes Inteligentes. Empleo de Webgis y Cloud Services para la Publicación de Geo-datos". *Revista Uruguaya de Historia Económica* 9.

Guedes, Roberto, & João Fragoso. 2001. "Tráfico de Escravos, Mercadores e Fianças. Dois Bancos de Dados (Despachos de Escravos, Passaportes e Licenças)". *Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*. Rio de Janeiro: IPEA- UFRJ.

Guldi, Jo. 2011. "The Spatial Turn in History. Spatial Humanities". *Spatial Humanities*. 2011. <http://spatial.scholarslab.org/spatial-turn/the-spatial-turn-in-history/index.html>.

Holt, Thomas. 1992. *The Problem of Freedom. Race, Labor and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Baltimore: John Hopkins University Press.

Horne, Gerald. 2007. *The Deepest South: the United States, Brazil, and the African Slave Trade*. New York: New York University Press.

Johnson, Walter. 2004. *The chattel principle*. (Conn.): Yale University Press.

Miller, Joseph. 2009. *The Problem of Slavery as History: A Global Approach*. Vol. 93. Yale University Press. <https://read.dukeupress.edu/hahr/article/93/1/105-106/10762>.

Organización de Naciones Unidas, Marc. 2018. "La crisis migratoria de Venezuela, una de las mayores de los últimos años". *Mirada global Historias humanas*. 2018. <https://news.un.org/es/story/2018/05/1432842>.

Pereira, Walter Luiz Carneiro de Mattos, & Thiago Campos Pessoa. 2019. "Silêncios Atlânticos: Sujeitos e Lugares Praieiros no Tráfico Ilegal de Africanos para o Sudeste Brasileiro (C. 1830 - C.1860)". *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)* 32 (66): 79–100. <https://doi.org/10.1590/s2178-14942019000100005>.

Prado, Fabrício. 2020. "Comércio Trans-imperial e Monarquismo no Rio da Prata Revolucionário: Montevideú e a Província Cisplatina (1808-1822)". *Almanack*, no 24: ed00819. <https://doi.org/10.1590/2236-463324ed00819>.

Richardson, David. 2001. "Shipboard Revolts, African Authority, and the Atlantic Slave Trade". *The William and Mary Quarterly* 58 (1): 69. <https://doi.org/10.2307/2674419>.

Seijas, Tatiana. 2014. *Asian Slaves in Colonial Mexico: From Chinos to Indians*. Cambridge Latin American studies 100. New York, NY: Cambridge University Press.

Singh, Sherry-Ann. 2013. "The experience of indian indenture in Trinidad: Arrival and settlement". *Em Caribbean Atlas*. <http://www.caribbean-atlas.com/en/themes/waves-of-colonization-and-control-in-the-caribbean/waves-of-colonization/the-experience-of-indian-indenture-in-trinidad-arrival-and-settlement.html>.

Thomas, Hugh. 1999. *The Slave Trade: The Story of the Atlantic Slave Trade: 1440 - 1870*. 1. Touchstone ed. A Touchstone Book. New York, NY: Simon & Schuster.

Valencia Villa, Carlos E., & Manolo Florentino. 2016. "Abolicionismo Inglês e Tráfico de Crianças Escravizadas para o Brasil, 1810-1850". *História (São Paulo)* 35 (0). <https://doi.org/10.1590/1980-436920160000000078>.

Valencia Villa, Carlos E., & Manolo Florentino. 2020. "As Crianças na Dinâmica do Tráfico Interno de Escravos a partir da Cidade do Rio de Janeiro (1809-1834)". *Afro-Ásia*, no 61 (novembro). <https://doi.org/10.9771/aa.v0i61.36846>.

White, Richard. 2010. "What is spatial history". 2010. <https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/media/images/publication/what%20is%20spatial%20history%20pub%20020110.pdf>.

Yun, Lisa. 2008. "El Coolie Habla: Obreros Contratados Chinos y Esclavos africanos en Cuba". *El Coolie habla: obreros contratados chinos y esclavos africanos en Cuba* 5 (2): 1–22.



# **As aventuras e desventuras de Clio entre Hermes, Héstia e Hefesto\***

\*Este artigo foi publicado originalmente em inglês na *Historiografías*, revista de historia y teoría - Número 26 (julio-diciembre, 2023).  
URL: <https://papiro.unizar.es/ojs/index.php/historiografias/article/view/10035> DOI: 10.26754/ojs\_historiografias/hrht.10035  
ISSN: 2174-4289"

# As aventuras e desventuras de Clio entre Hermes, Héstia e Hefesto

Os Autores<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo traz uma reflexão acerca do impacto das novas tecnologias e da chamada virada espacial no ofício do historiador. Com o foco no passado, o artigo busca na segunda geração da Escola dos Annales os antecedentes históricos dessas tendências. Com o foco no presente e no futuro, e procurando fazer alguns exercícios de diagnose e prognose, os autores propõem o conceito de “lugar de fronteira” – os nichos de uso mais intensivo de tecnologias entre os historiadores – como recorte de análise capaz de iluminar algumas das características e talvez algumas das tendências da produção do conhecimento sobre o passado. O artigo acaba por identificar na afirmação da ciência aberta, do trabalho colaborativo, da ética do compartilhamento e da livre circulação do conhecimento os desdobramentos tecnológicos mais promissores para estimular novidades e ressignificações na produção de historiografia.

## Palavras-chave

Humanidades digitais; história digital; Escola dos Annales; cultura historiográfica.

## Abstract

This article reflects on the impact of new technologies and the so-called “spatial turn” on the historian’s craft. Looking to the past, the authors find historical antecedents of both tendencies in the second generation of the Annales School. Eyeing the present and the future, and with the hope of making both diagnoses and prognoses, the authors advance the concept of “border space.” By describing the areas of most intense technological use among historians, this analytical tool helps to illuminate some characteristics and trends in the production of knowledge about the past. The article ends by arguing that open source scholarship, collaborative work, an ethic of sharing, and the free circulation of knowledge are among the most promising technological developments for stimulating new methods of historical scholarship and revised approaches to historiographical production.

## Keywords

Digital humanities; digital history; Annales School; historiographical culture.

---

<sup>1</sup> Autores: Jeffrey Lesser (Emory University); Thomas D. Rogers (Emory University); Andrew G. Britt (University of North Carolina); Luís Ferla (Unifesp); Fernando Atique (Unifesp); Rafael Laguardia (Universidade Salgado de Oliveira); Rodrigo Mariano (INPE); Gabriel Sansigolo (INPE); Nandamudi Vijaykumar (INPE); Karla Fook (ITA); Aracele Torres (Unifesp); Cintia Almeida (Unifesp); Luanna Nascimento (Unifesp); Vitória Silva (Unifesp); Monaliza Santos (Unifesp); Ângela Pereira (Unifesp); Ana Barbour (Unifesp); Orlando Farias (Unifesp); Ariana Marco (Unifesp); Carolina Ressureição (Unifesp); Tamires Camargo (Unifesp); Daniela Musa (Unifesp); Gabriel Morais (IFBA); Luciana Rebelo (IFSP); Raphael Silva (Univesp).



no caso do professor de história arquetípico, é um tanto pior. Para compreender isso é preciso reconhecer que história e tecnologia sempre tiveram uma relação tensa. O mal-estar da história com a tecnologia é antigo e persistente, e pode ser analisado em duas dimensões diferentes: a tecnologia como negação da história, e a história como negação da tecnologia.

## 1. A tecnologia como negação da história

Tome-se como ponto de partida o tempo atual: há muitos que advogam a irrelevância da história, frente à velocidade e à radicalidade das transformações que as sucessivas revoluções tecnológicas têm produzido, ao menos desde as últimas décadas do século passado. É como se o chamado “extremo contemporâneo” dramatizasse a destruição criativa da modernidade capitalista a um ponto em que nem mesmo a modernidade pudesse ser mais reconhecida como tal, e daí que adviessem os diversos prefixos qualificativos “pós” (pós-modernidade, evidentemente, mas também pós-capitalista, pós-industrial, pós-humano, e ainda outros muitos que continuam surgindo, como pós-pandemia).

A reflexão e a crítica intelectuais, portanto, não deveriam ter mais como objeto o passado, mesmo que para analisar as contradições do presente. E se é que ainda subsiste delas algum sentido, é apenas das perplexidades do presente que deveriam dar conta, o que torna forçoso reconhecer que o imediatismo, como espírito de época, não se limita ao mundo do consumo e do “cuidado de si”. A resposta a mais essa negação da história pode vir, uma e outra vez, das reflexões de Marshall Berman, uma espécie de modernista que se recusa a deixar a cena. Em seu livro mais popular, o “Tudo que é sólido desmancha no ar” [Berman 1986], o autor afirma que as diversas versões de epítáfios da modernidade só proliferam e ganham audiência por conta da falta de sensibilidade histórica para identificar no presente a presença do passado. O que nos leva, por fim, a uma velha e conhecida convicção: é o esvaziamento da história-disciplina que leva à ideia de uma história vivida esvaziada de história, e não o contrário.

Se retornarmos às perplexidades do tempo presente informados pelas teses de Berman, pode-se restaurar com certa facilidade a historicidade de vários dos fenômenos tecnológicos que configuram a contemporaneidade. O autor propõe um diagnóstico para a confusão: “encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade.” [Berman 1986, 16 e 17]. E é justamente essa perda de contato que permite a circulação da ideia da irrelevância da história. Dito de outro modo, e essa já seria uma primeira conclusão desse texto, a tecnologia é sempre informada historicamente, é da sociedade que vêm os vetores que orientam os seus desenvolvimentos, e a ideia de sua autonomia absoluta não resiste a alguns bons exercícios de investigação histórica.

## 2. A história como negação da tecnologia

Por outro lado, a presença da tecnologia no trabalho do historiador avançou ao compasso das referidas revoluções técnico-científicas. Não havia mesmo como se conceber qualquer imunidade de Clio à ofensiva irresistível de Hefesto<sup>2</sup>. Se a tecnologia adquiriu as capilaridades e os protagonismos sociais que tão facilmente se reconhecem nesses tempos e espaços cibernéticos do século XXI, como as humanidades, no geral, e a história, em particular, não seriam da mesma forma radicalmente transtornadas e transformadas? A relação com a produção do texto deixou para trás a fixidez autoritária da caneta e do papel, e se acomodou ao leve descompromisso e à frenética flexibilidade das palavras “tecladas, deletadas, copiadas e coladas”.<sup>3</sup> Por outro lado, a digitalização da documentação histórica e a disponibilização de acervos inteiros na rede mundial de computadores democratizou irreversivelmente as possibilidades de pesquisa, ainda que se deva refletir com mais insistência no papel de direcionamento dos vetores da pesquisa histórica que se dá pela clivagem entre arquivos disponíveis e arquivos indisponíveis na internet. Temáticas podem se tornar mais ou menos estudadas entre os pesquisadores a partir dessa contingência “tecnológica-institucional”. Diversas ferramentas digitais têm sido apropriadas criativamente pelos historiadores, como demonstra a popularidade do projeto “The Programming Historian”.<sup>4</sup>

No entanto, há naturalmente muita desconfiança frente à velocidade e à radicalidade dessas novidades e transformações. As convergências atuais não são capazes de anular tensões antigas e persistentes. Há que se reconhecer: história e tecnologia quase nunca se deram bem. Esta é precisa, unívoca, categórica, intransigente e assertiva. Aquela é fugidia, sugestiva, indiciária, matizada e inconclusiva [Bodenhamer 2008, 222]. Retorna aqui o tema das inexorabilidades da matéria em contraposição às sensibilidades humanas, mas agora traduzidas pelas dificuldades de se fazer a análise histórica com o uso das máquinas e da tecnologia. A atitude crítica ao uso da tecnologia tem vários precedentes importantes na história da história. Tradicionalmente, o uso de tecnologias nos estudos sobre o passado foi e é associado a um resiliente positivismo historiográfico [Gregory et al. 2007, 13 e 14; White 2008, IX; Churchill et al. 2008, 62]. Mesmo nos períodos dourados da história quantitativa e serial dos anos 60 e 70 do século passado, possibilitados pela chegada dos grandes computadores às escolas de humanidades dos grandes centros, e talvez até mesmo por conta disso, a crítica anti-objetivista se fazia presente, ciosa da prevalência da narrativa sobre a matemática nas reflexões sobre o passado. E assim segue até hoje, funcionando ora como uma saudável reação a uma supervalorização nem sempre ingênua da intermediação maquinaica na produção dos resultados de pesquisas, ora como uma negação obstinada de ten-

---

<sup>2</sup> Hefesto representa a tecnologia, é o deus dos artesãos e ferreiros, que produzia novas ferramentas e armas.

<sup>3</sup> Para uma análise sensível da mudança da escrita e da leitura, do analógico para o digital, com foco no trabalho das humanidades, ver Sousa 2020.

<sup>4</sup> Consultar: <https://programminghistorian.org>, acessado em 23 de agosto de 2020.

dências muitas vezes irresistíveis de tecnificação do nosso trabalho, dificultando, dessa maneira, estratégias adaptativas e reativas.

### 3. Para onde vai a história?

Frente a esse quadro de tensão e equilíbrios instáveis, que ainda é capaz de organizar a disciplina da história como sujeita a campos de forças contrapostos e aparentemente irreconciliáveis, os autores desse artigo se colocam ao lado daqueles que reconhecem um avanço irreversível das tecnologias digitais na produção e na circulação do conhecimento sobre o passado. Longe de admitir qualquer relaxamento dos cuidados sistemáticos de defesa da qualidade da produção científica dos historiadores, esse reconhecimento só faz mais urgente a necessidade do debate e da reflexão acerca das transformações implicadas. Em outras palavras, não deveriam prevalecer nem a negação da tecnologia, nem a sua incorporação acrítica. Mas tal afirmação tem mais de programático do que de diagnose. O que de fato acontece no “chão da fábrica”? Quais as tendências têm se demonstrado mais consistentes? Negação da tecnologia, sua incorporação acrítica, ou algum “caminho do meio”?

É difícil responder a essas perguntas. Talvez ninguém esteja capacitado para tal (ainda que, ironicamente, dificilmente seria possível fazê-lo sem uso intensivo de alguma tecnologia digital). Mas talvez um exercício aproximativo interessante seja observar a dinâmica de alguns nichos de produção de conhecimento histórico que trabalham com tecnologia de maneira mais insistente e sistemática. Não que se reconheça nessas iniciativas qualquer papel paradigmático, a servir de farol metodológico e epistemológico à comunidade de historiadores. Além da arrogância nem tão implícita dessa perspectiva, ela seria inescapavelmente tautológica: para se saber se as tendências tecnológicas se afirmam entre os historiadores, se define um recorte de estudo com os grupos que usam tecnologia intensamente. O que se defende aqui é que esses grupos e iniciativas ocupam um “lugar de fronteira”.<sup>5</sup> Mais uma vez uma ressalva se faz necessária: lugar de fronteira concebido não como “lugar de vanguarda”, ou antecipação do futuro, mas como um dos muitos lugares possíveis. Nada garante que o conjunto da comunidade migre para onde estão os fronteirizos, ou para onde estão determinados fronteirizos e não outros. O que se propõe como lugar de fronteira no contexto dessa reflexão é um locus profissional onde algumas características que se analisam no conjunto da comunidade mais ampla se encontram intensificadas e radicalizadas. Não seriam, portanto características representativas da comunidade, mas de uma parte dela. O que metodologicamente se justifica nessa abordagem é que algumas antecipações e previsões podem, sim, ser feitas, admitindo-se que a situação dos fronteirizos pode indicar algumas tendências reais e possíveis, se não prováveis.

---

<sup>5</sup> O que reforça a caracterização desses nichos como lugar de fronteira é o descompasso entre suas atuações e produções e o desenho acadêmico institucional, como demonstram a baixa presença dos conteúdos correlatos nas matrizes curriculares de ensino superior e a dificuldade do reconhecimento de seus resultados de pesquisa por parte dos sistemas avaliativos oficiais (Ramsay et al. 2012; e Fitzpatrick 2012).

Por outro lado, não se admite aqui que esse lugar de fronteira seja um “campo, área, ou sub-disciplina” da história. Já há uma discussão acumulada com esse perfil no âmbito mais amplo das humanidades digitais.<sup>6</sup> Há aqueles que as concebem como um campo específico das humanidades, em um processo mesmo de afirmação disciplinar; e há outros que atribuem a elas apenas uma dimensão metodológica, limitando o recorte a uma “comunidade de práticas”.<sup>7</sup> Os autores desse texto se colocam entre os segundos, admitindo que as humanidades em breve serão todas digitais. Nesse aspecto, o que vale para as humanidades, vale para a disciplina histórica.

Demarcadas as premissas teórico-metodológicas, se pode agora explorar com mais segurança o lugar de fronteira referido acima.

#### 4. História, mapas e computadores

Quando o olhar é concentrado no lugar de fronteira proposto, ou seja, sobre a comunidade de historiadores que trabalham com tecnologia digital de maneira mais cotidiana, intensa e sistemática, o que se encontra no mais das vezes são atividades e investigações envolvendo geotecnologias, com especial predileção pelos chamados Sistemas de Informações Geográficas (SIGs). Ao menos, é o que sugere a bibliografia.<sup>8</sup>

Uma definição de SIG que parece útil é a apresentada em Gregory [2007, 89, tradução livre]: “o SIG é efetivamente uma tecnologia de banco de dados espaciais preocupada com estruturação, integração, visualização e análise de dados espacialmente referenciados”.

Quando apropriada a ferramenta pelos historiadores, aos SIGs tradicionais é incorporada a dimensão temporal, no que vem sendo conhecido como Historical GIS, SIG histórico<sup>9</sup>, em português (em aplicações mais gerais, para além dos estudos do passado, que admitem a dimensão do tempo, se utiliza a denominação Temporal GIS). O SIG histórico tem avançado consistentemente nas últimas duas décadas. Enquanto exemplo, citamos o projeto “Historical GIS Clearinghouse and Forum” que fornece um ponto de referência para pesquisadores que buscam acessar ou inventariar projetos que aplicam tecnologias geográficas à pesquisa histórica<sup>10</sup>. O Laboratório de História Espacial da Universidade de Stanford, por sua vez, também traz um conjunto diversificado de projetos de SIG histórico, com algumas articulações inovadoras entre análises espaciais e textuais.<sup>11</sup>

<sup>6</sup> Para um apanhado bastante abrangente das principais reflexões acerca das humanidades digitais, ver Gold 2012 e Gold 2016; a obra coletiva Burdick et al 2012; e os compêndios Schreibman et al 2004 e Schreibman et al 2016.

<sup>7</sup> Para um balanço sumário do debate bibliográfico sobre o caráter das humanidades digitais, ver a parte inicial do artigo Ferla et al. 2020.

<sup>8</sup> Sobre isso, ver Gregory et al. 2007; Bodenhamer et al 2010; Knowles 2008.

<sup>9</sup> Ou SIG com H, na feliz formulação de Carlos Valencia.

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.aag.org/cs/projects\\_and\\_programs/historical\\_gis\\_clearinghouse/hgis\\_projects\\_programs](http://www.aag.org/cs/projects_and_programs/historical_gis_clearinghouse/hgis_projects_programs) Acessado em 15 de agosto de 2020.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/projects.php> Acessado em: 15 de agosto 2020.

Dentre as opções multiformes do cardápio de tecnologias digitais disponíveis aos humanistas, por que a predileção pelos SIGs por parte dos historiadores? Talvez a história da história ajude a responder a essa questão. Na seara da afirmação da disciplina histórica, em um movimento de diferenciação com relação à filosofia [REIS, 1996], o surgimento da Escola dos Annales marcou o movimento de negação de uma história política eminentemente tradicional e “eventual”.<sup>12</sup> A chamada segunda geração dos Annales, por sua vez, afirmou a primazia das quantificações e dos modelos demográficos e econômicos, inaugurando as aproximações menos constrangidas entre história e computação [Figueiredo 1997, 419]. Era a época da história serial-quantitativa e das pesquisas de preços de Ernest Labrousse, com uso amplo e confiante da matematização dos dados.

Mas a segunda geração dos Annales não foi apenas aquela das grandes quantificações, mas foi também a da geohistória de Fernand Braudel. Que é definida como:

(...) o estudo de uma dupla ligação: da natureza ao homem e do homem à natureza, o estudo de uma ação e de uma reação, misturados, confundidos, recomeçados sem fim na realidade de cada dia. É mesmo a qualidade, o poder deste esforço que nos obriga a inverter o ‘approach’ habitual do geógrafo. (...) a vida de uma sociedade depende dos fatores físicos e biológicos; ela está em contato, em simbiose com eles. Tais fatores as modelam ajudando-a ou atrapalhando sua vida e, portanto, sua história (...). Não toda a história, mas uma parte — esta parte a qual propomos a palavra ‘geohistória’ [Braudel, 1997:87 [1941-44],102, Apud. Ribeiro, 181].

Na primeira parte de seu clássico *Mediterrâneo*, Braudel deixa clara a sua preocupação em mapear a história e reconceitualizar a noção de espaço: “Espacializar a história significa ter uma operação baseada na qual o espaço geográfico deixa de ser simplesmente um quadro de referência, um pano de fundo estático (...)” [apud Ribeiro 2008, 183]. Assim, segundo Stoianovitch (1976), o pensamento dos Annales estaria ligado a dois mitos gregos: Hermes, representante do movimento, e Héstia, representante do espaço estável [Stoianovitch 1976, 9-18; Apud Reis 1996, 56].

Seria, então, possível e mesmo legítimo associar a difusão das geotecnologias entre historiadores a uma herança da segunda geração dos Annales? Para além disso, não seria o SIG histórico uma espécie de síntese tardia das vertentes computacional e espacial propostas àquela época? O amadurecimento tecnológico das ferramentas implicadas no tratamento espacial do passado teria aproximado os historiadores do século XXI a Braudel e seus contemporâneos? Enfim, teria Hefesto se juntado a Hermes e Héstia?

---

<sup>12</sup> Para mais informações sobre os Annales, ver: Burke 1991.

É claro que desde os tempos em que Braudel escrevia até hoje, houve outra combinação conveniente para preparar o contexto para o advento do SIG histórico: a chamada virada espacial<sup>13</sup> e a polissêmica revolução digital, que vai da chegada do computador pessoal, em fins dos anos 70, à afirmação da web 2.0, em começos do século XXI, passando pela difusão da rede mundial de computadores, em fins do século anterior. A popularização da tecnologia do SIG, em geral, e do SIG histórico, em particular, é um subproduto dessa combinação. O barateamento dramático dos custos de infraestrutura digital e a disseminação consistente das alternativas livres dos softwares necessários compuseram o cenário tecnológico favorável.<sup>14</sup>

Mas tais tendências culturais e tecnológicas, obviamente, afetaram as condições de produção de conhecimento para muito além da comunidade de historiadores. Em certo sentido, representaram bem mais forças exógenas, atuando de fora para dentro, do que o contrário. A hipótese que se apresenta nesse artigo é que tais processos mais gerais encontraram, no interior do ambiente de trabalho do historiador, a presença de heranças historiográficas que se articularam com eles e facilitaram os cenários identificados aqui. Em suma, a influência da segunda geração dos Annales teria, assim, fertilizado o terreno para uma maior aceitação das geotecnologias entre os historiadores. Assim, o que José Carlos Reis (1996) afirmava acerca das continuidades dos Annales com seu próprio passado pode ser utilizado para associar os tempos atuais aos Annales “(...) embora estejamos prontos a admitir que, apesar de ter havido uma mudança substancial, não houve uma descontinuidade total, pois a nova perspectiva, ao mesmo tempo que alterava, incluía a perspectiva anterior (...)” [Reis 1996, 61].

Ainda trabalhando com a moldura do recorte que vai de Braudel aos tempos atuais, o uso de geotecnologias na história não apenas realizou parte do programa dos Annales, como também trouxe três desdobramentos que à época do estudioso francês seriam inconcebíveis, e que afetaram e afetam mais direta e particularmente a produção de conhecimento histórico: o crescimento exponencial da capacidade de armazenamento e manipulação de dados; as possibilidades multiplicadas de articulação de escalas diferentes de análise; e a possibilidade de produção e usos das chamadas metafontes e metadados. Uma definição deste conceito é feita por Carrara:

Por outro lado, ao leitor com elevada familiaridade com a geografia, o mapa como ponto de chegada também pode não acrescentar muito. Já os mapas como ponto de partida correspondem exatamente a um resultado a partir do qual a pesquisa pode avançar munida de novas perguntas surgidas a partir da espacialização dos dados. Permite, assim, a exploração de novas questões antes invisíveis, ou impedidas de serem vistas nas fontes tradicionais. Este mapa como ponto de partida corresponde a uma metafonte, no sen-

<sup>13</sup> Sobre uma análise da virada espacial no contexto das tensões entre modernidade e pós-modernidade, ver Sousa 2008.

<sup>14</sup> Sobre a história do software livre, ver Carlotto et al. 2011; Torres 2018.

tido originalmente proposto por Jean-Philippe Genet: em termos simples, significa “uma coleção de dados cientificamente construídos. [Carrara; Gava; Valencia. 2018, 6]

O estudo de Geoff Cunfer sobre o Dust Bowl, fenômeno que castigou diversas regiões agrícolas dos Estados Unidos durante os anos 30, é um exemplo característico de iniciativa bem sucedida da exploração de tais possibilidades tecnológicas [Cunfer 2008]. Sua pesquisa costuma ser apresentada como um modelo de ressignificação de temas clássicos da historiografia a partir do uso da tecnologia do SIG histórico. Ampliando a escala de análise, no tempo e no espaço, Cunfer propõe que a origem do fenômeno estaria muito mais associado a períodos de seca do que ao uso intensivo da terra, como sustenta a historiografia do tema. Suas conclusões não seriam possíveis sem a utilização dos Sistemas de Informações Geográficas. Além disso, a sistematização, espacialização e disponibilização dos dados coletados por Cunfer constituem um exemplo de metafonte, material que é assim sugerido como ponto de partida para novas pesquisas, na perspectiva defendida por Carrara; Grava; Valencia (2018).

## 5. Nem Prometeu, nem muito menos Fausto

O sucesso de Cunfer em questionar uma tese clássica da historiografia parecia sugerir um potencial revolucionário para o SIG histórico. À época em que ele publicava o seu trabalho, a difusão do SIG entre os historiadores ainda era incipiente, mas já era capaz de produzir manifestações bastante otimistas e entusiasmadas acerca de suas possibilidades. Ian Gregory e Paul Ell, em obra referencial do SIG histórico, publicada em 2007, não tinham dúvidas da imposição breve da ferramenta junto aos historiadores: “Nós acreditamos que, se as oportunidades atualmente oferecidas são aproveitadas, então o SIG se tornará uma parte essencial da pesquisa histórica no futuro.” [Gregory et al. 2007, 204; tradução livre]. Anne Kelly Knowles, Amy Hillier e Roberta Balstad, escrevendo em 2008, vão adiante, e além de prever a difusão da tecnologia, acreditam em seu papel transformador da doxa entre historiadores. Ao se perguntarem a que pareceria o SIG histórico dentro de cinco ou dez anos, elas mesmas respondiam que:

não há dúvida de que o saber acadêmico baseado em SIG histórico irá render novas descobertas. Capítulos inteiros de história terão que ser reescritos ou revisados. O conhecimento histórico irá ganhar compreensão e contexto por meio de uma identificação mais explícita de onde e de como a geografia condiciona os eventos. Nós teremos histórias mais nuançadas e mais confiança em nossas interpretações [Knowles et al 2008, 272; tradução livre].

Passada mais de uma década daquelas previsões, um certo sentimento de frustração é inevitável. Se por um lado é inegável uma crescente difusão do uso de SIGs entre os historiadores, não se pode mais compartilhar daquele otimismo epistemológico que vislumbrava alguns deslocamentos tectônicos na produção do conhecimento do passado. Nesse sentido, Cunf permaneceu um tanto isolado em seu lugar de herético bem-sucedido. O que mais se admite é a aceitação gradativa – embora não sem resistências tenazes, diga-se – de uma ferramenta que facilita o trabalho que vinha sendo feito antes. Nesse aspecto, a reflexão sobre o universo dos historiadores pode, mais uma vez, alinhar-se à discussão mais geral acerca das humanidades digitais. Nesse escopo mais amplo, também se reconhece um certo fracasso das promessas revolucionárias dos tempos iniciais das reflexões mais sistemáticas sobre as relações entre tecnologias e humanidades. Por exemplo, em coletânea referencial da área, William Thomas III sintetiza um balanço com essa tonalidade:

(...) paradoxalmente, o ascenso de 20 anos nas humanidades digitais – de 1993 a 2013 – produziu relativamente poucos estudos interpretativos ou argumentativos. Nesta primeira fase das humanidades digitais, os estudiosos produziram trabalhos acadêmicos híbridos inovadores e sofisticados, combinando arquivos, ferramentas, comentários, coleções de dados e visualizações. Na maioria das disciplinas, no entanto, poucos desses trabalhos foram revisados ou criticados. Como as disciplinas esperam interpretação, argumento e crítica, se pode argumentar que os humanistas digitais não produziram estudos interpretativos digitais suficientes e o que produzimos não foi absorvido pelas disciplinas acadêmicas [Thomas III 2016, 525; tradução livre].

Por que essa quebra de expectativas acontece? Parte da bibliografia oferece uma explicação persuasiva: os projetos de humanidades digitais costumam ser bastante exigentes em termos de dedicação de tempo e energia por parte dos envolvidos. Construir ciber infraestruturas, como plataformas, portais e banco de dados interativos, por exemplo, demandam equipes multidisciplinares, com níveis diferenciados de comprometimento dos seus membros, mas em que não poucas vezes o tamanho dos desafios implicados corresponde a altos níveis de priorização. O resultado disso é um desequilíbrio entre infraestrutura e interpretação. Ou seja, esta não costuma ser derivada daquela. Tem-se, portanto, um paradoxo: se uma equipe devotada a uma determinada área da historiografia decide se dedicar a construir uma ferramenta digital que auxilie no estudo dos seus temas de pesquisa, pouco tempo terá para justamente utilizar a ferramenta desenvolvida para subsidiar suas reflexões e análises.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Para uma pertinente análise do fenômeno, ainda mais porque aborda justamente a disciplina da história no contexto das humanidades digitais, ver Blevins 2016.

Dando seguimento à metodologia proposta nesse artigo, de visitar o que se chamou aqui de lugares de fronteira da produção do conhecimento histórico, para buscar assim iluminar possíveis tendências que possam afetar o conjunto maior, tem-se na experiência do grupo de pesquisa a que pertencem ou interagem os autores desse artigo, o Hímaco (História, Mapas e Computadores), elementos que podem corroborar a explicação dada acima.<sup>16</sup> De 2011 a 2015, o grupo desenvolveu um projeto que se destinava a mapear as principais enchentes que afetaram a cidade de São Paulo durante o período de sua modernização urbano industrial (1870-1949). O resultado do projeto foi a espacialização das enchentes de 1887 e 1929.<sup>17</sup> A segunda, particularmente, tem uma importância histórica inegável, dado que foi provocada pela empresa anglo-canadense Light & Power, de forma a atender seus interesses fundiários nas várzeas do Rio Pinheiros.<sup>18</sup> Apesar dessa relevância historiográfica, até o projeto do Hímaco apresentar os seus resultados, nenhuma visualização da enchente havia sido produzida. Por outro lado, passados cinco anos da disponibilização do mapa produzido pelo Hímaco, não se pode afirmar que o debate sobre o tema tenha sido influenciado por ele. Mesmo no único artigo publicado pelo grupo mais diretamente relacionado ao projeto, não se propõe nenhum deslocamento significativo da abordagem clássica acerca daquela enchente, mas apenas se sugere que se possa fazer isso com mais facilidade a partir do uso do SIG histórico. Como de costume, e em sintonia com o discurso prevalecente no ambiente das humanidades digitais, a promessa da tecnologia era mais uma vez reforçada. Curiosamente, foi a grande imprensa que mobilizou o mapa do Hímaco e produziu a partir dele análises pertinentes, ao contrapô-lo aos pontos de alagamento da enchente de 2020 na cidade e chegar à conclusão de que “São Paulo revive mesmas enchentes há 91 anos”.<sup>19</sup>

No tempo em que se dedicou a esse projeto, a equipe envolvida empenhou suas energias no aprendizado da tecnologia e em sua manipulação eficiente e produtiva. Após o seu término e desde então, uma outra iniciativa em humanidades digitais vem sendo desenvolvida, bastante mais ousada em termos dos desafios tecnológicos envolvidos (o projeto Pauliceia 2.0, abordado mais abaixo). O resultado líquido e contingente desse percurso é o não prosseguimento das análises historiográficas a partir do que fora produzido no projeto das enchentes. Em suma, o polo da interpretação ficou, mais uma vez, negligenciado, confirmando local e empiricamente a hipótese explicativa proposta acima.

Uma outra explicação para dar conta da quebra das expectativas mais otimistas acerca do desempenho de Hefesto entre os historiadores pode ser dada por uma perspectiva emprestada da termodinâmica, relacionada à lei de conservação da matéria e da energia. A intermediação de máquinas no fluxo de trabalho do pesquisador não produz “nova matéria”, apenas reorganiza aquela

---

<sup>16</sup> Criado em 2010, o Hímaco é um grupo de pesquisas da Unifesp, dedicado a explorar as possibilidades do uso das geotecnologias na produção do conhecimento histórico. Mais informações em [www.unifesp.br](http://www.unifesp.br) e em [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogruppo/3777602011014869](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogruppo/3777602011014869).

<sup>17</sup> As espacializações produzidas, bem como as fontes históricas utilizadas, se encontram disponíveis em [www.unifesp.br/himaco](http://www.unifesp.br/himaco).

<sup>18</sup> Sobre isso ver Seabra 1984; Santos et al 2014.

<sup>19</sup> Matéria presente na edição de 15 de fevereiro de 2020 do jornal Folha de São Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/sao-paulo-revive-mesmas-enchentes-ha-91-anos.shtml>; Acesso em 27 de agosto de 2020.

já alimentada ao sistema. Em outras palavras, o historiador reúne a documentação histórica de sua pesquisa e pode submetê-la a níveis variados de manipulação computacional, produzindo assim gráficos cumulativos, análises estatísticas, visualizações vetoriais, bancos de dados relacionais, ou qualquer outra forma de reorganização dos dados alimentados. Se é verdade que esses processos podem trazer novos insights e propor alguns deslocamentos interpretativos, rara e dificilmente serão capazes de revolucionar o conhecimento da área. Isso por uma razão muito simples: o pesquisador, de uma certa forma, já conhece o que foi alimentado, e dificilmente será surpreendido pelas novas formas de rerepresentação dos dados que a máquina produz.

Seria mesmo então o caso de rebaixar as expectativas e acomodar o uso das novas tecnologias entre historiadores a um discurso mais modesto de aprimoramentos metodológicos, antes que de revoluções epistemológicas? Talvez ainda não. Isso porque outros desdobramentos tecnológicos recentes e associados à produção do conhecimento podem trazer surpresas interessantes. Retornando ao guarda-chuva mais geral das humanidades digitais, se reconhece cada vez mais que o trabalho do pesquisador é crescentemente mais coletivo e colaborativo, e que os princípios da ciência aberta, ou cidadã, ganham difusão e aceitação. A hipótese admitida nesse artigo é que tais tendências podem, sim, favorecer mais decisivamente o aparecimento das novidades e das ressignificações.

## **6. A perda do controle: compartilhamento, colaboração e ciência aberta**

Essas tendências de abertura do trabalho que leva ao conhecimento tem várias dimensões, e algumas serão abordadas em seguida. Mas o que é decisivo para a linha de raciocínio aqui proposta é que todas acabam reforçando algo como uma perda de controle. E é justamente essa perda de controle que pode facilitar a surpresa e a novidade.

O primeiro nível de abertura é uma maior coletivização da pesquisa. A tecnologia facilita e muitas vezes demanda a produção do conhecimento em rede, fenômeno que traz consigo um inevitável crescimento da interdisciplinaridade das pesquisas. Dessa perspectiva, a figura clássica do pensador em humanidades isolado em algum ponto de observação distante e acima da paisagem cultural que pretende analisar vai dando lugar a uma articulação bem mais coletiva e horizontal de saberes, expectativas e disponibilidades. Se, por um lado, o universo de análise aqui é a comunidade identificada com as humanidades digitais, não é exagero admitir que o fenômeno afeta, em maior ou menor grau, todo aquele que atualmente produz pesquisa e conhecimento científico. O paradigma que valoriza a internacionalização das pesquisas, ou o aumento do número médio de autores de artigos da área<sup>20</sup>, são indicativos dessa coletivização do trabalho.<sup>21</sup> Sem retomar o já surrado debate

---

<sup>20</sup> A autoria desse texto é um exemplo.

<sup>21</sup> A produção científica experimentou essa coletivização da autoria em um processo de longa duração: estudos indicam que em cem anos o número médio de autores de artigos multiplicou por cinco, de aproximadamente 1 em 1913 a 5,4 em 2013 (Ribeiro et al. 2020, parágrafo 26).

das duas culturas e de quem é modelo para quem, deve-se admitir que, nesse aspecto, as ciências humanas se aproximam das chamadas ciências exatas ou naturais.

A perda de controle, aqui, aparece não apenas porque o processo todo se afasta do indivíduo e passa a depender de grupos e de articulações entre grupos, como a interdisciplinaridade se torna inerente ao processo, como referido acima. Isso faz com que os paradigmas e protocolos de áreas do saber envolvidas se tornem muito mais inseguros e instáveis. Daí que ganhe relevância nesse contexto a figura dos tradutores, pesquisadores que são capazes de se colocar em zonas fronteiriças entre as disciplinas envolvidas e assim facilitar as interlocuções entre elas [Edmond 2016, 57].

Um segundo nível de abertura – e de condição para a perda de controle – é o questionamento da fronteira tradicional entre produtor e consumidor do conhecimento.<sup>22</sup> A Wikipedia é, talvez, o exemplo mais acabado e conhecido desse fenômeno. Também condicionado pelos desenvolvimentos tecnológicos, particularmente pela afirmação da chamada web 2.0, que facilitou o fluxo bi e multidirecional de informações na internet, esse novo contexto acaba por questionar o lugar tradicionalmente monopolista da academia na produção do conhecimento. Uma das alternativas mais interessantes e saudáveis à obsolescência é a universidade e os centros de pesquisas abraçarem os chamados movimentos de ciência aberta ou cidadã.<sup>23</sup> Longe de negar o lugar da ciência tradicional, a ciência aberta propõe a sua articulação produtiva com outros saberes, menos institucionalizados e mais horizontais.

Por fim, um terceiro nível de abertura se relaciona com a retomada da ética do compartilhamento e da livre circulação do conhecimento.<sup>24</sup> Na verdade, os dois níveis acima abordados favorecem esse terceiro, e vice-versa. Nas vizinhanças do lugar de fronteira que foi proposto, no ambiente das humanidades digitais, tais éticas cumprem quase que um papel identitário [Spiro, 2012; Scheinfeldt, 2012].

Assim, trabalhando em rede, com disciplinas variadas e de tradições às vezes distantes, com a interação sempre problemática e às vezes profícuas com comunidades extra-acadêmicas, e fazendo isso tudo estimulado pela valorização do compartilhamento do conhecimento e da ciência aberta, o pesquisador do passado, dentre os humanistas em geral, pode sim ter surpresas interessantes e revolucionar algumas de suas certezas.

Voltando a visitar um dos nichos do lugar de fronteira sugerido, o Hímaco, tem-se que o projeto que o grupo desenvolve atualmente aposta fortemente nessa análise. Trata-se do projeto “Pauliceia 2.0: mapeamento colaborativo da história de São Paulo”,<sup>25</sup> uma iniciativa conjunta que en-

<sup>22</sup> Donde a proposta do conceito de “prosumer”, apresentada por Burdick et al (2012, 135).

<sup>23</sup> A obra Albagli et al 2015 e o portal <https://www.fosteropenscience.eu/content/what-open-science-introduction> (acessado em 29 de agosto de 2020) são ótimas introduções ao tema da ciência aberta.

<sup>24</sup> Retomada aqui faz referência às teses de Merton, que defendia a ciência como empreendimento social cujo objetivo é o bem comum (Merton, 1973). Sobre as articulações entre a tradição aberta da ciência e a história do software livre, ver Carlotto et al. 2011.

<sup>25</sup> Ver em [www.pauliceia.dpi.inpe.br](http://www.pauliceia.dpi.inpe.br) (acesso em 28 de agosto de 2020). Para conhecer os aspectos mais diretamente computacionais do projeto, ver Ferreira et al 2018.

volve a Unifesp (campi de Guarulhos e São José dos Campos), o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o Arquivo Público do Estado de São Paulo e a Emory University (Estados Unidos). O seu objetivo é permitir, por meio de uma interface na internet, a espacialização de dados de pesquisas de estudiosos da história da cidade. Para além de ajudar a divulgar pesquisas específicas, e permitir a produção de visualizações espaciais delas, a ideia é estimular a contraposição e o cotejamento de diversas perspectivas em um mesmo ambiente computacional. Assim, e essa é uma hipótese forte que sustenta a proposta, dá-se a perda do controle sobre a própria pesquisa, que passa a ser apropriada, mobilizada e ressignificada por outros agentes fora do alcance. Esse território seria assim fertilizado – e essa é uma segunda hipótese central – para a emergência de novas possibilidades de análises antes insuspeitas. Além disso, tal estrutura possibilita uma certa divisão de trabalho entre os desenvolvedores da ciberinfraestruturas e os intérpretes e analistas do conteúdo alimentado, minorando assim a sobrecarga de trabalho e energia que explicaria a atrofia do polo interpretativo das humanidades digitais analisada mais acima.

Atualmente, a plataforma está disponibilizada em sua versão beta e se encontra em fase de testes. Com o que está alimentado ali, não se pode ainda estar seguro do acerto dessas premissas. Até mesmo porque o sucesso historiográfico depende do sucesso tecnológico, e esse ainda não está dado, ainda que se apresente promissor. De todo modo, o processo de construção dessa plataforma é uma experiência que os autores desse artigo querem oferecer como subsídio ao debate, e o presente artigo é parte desse esforço.

## 7. Conclusão

“Os pesquisadores de humanidades continuarão a produzir estudos convencionais apenas para depositá-los online? Ou vamos cumprir a promessa das humanidades digitais e aproveitar as vantagens das redes, espaços e públicos online para criar e refinar novas formas de produção de conhecimento?”  
[Thomas III 2016, 534; tradução livre].

Fica deduzida, assim, a necessidade de reivindicar uma maior centralidade da tecnologia na vida profissional do historiador, tanto como seu objeto de estudo, a ocupar cada vez mais o proscênio de nossas narrativas, como na qualidade de ferramenta de trabalho, na docência, na extensão e na investigação, a transtornar nosso cotidiano de forma profunda e irreversível. De um lado, como visto, a velocidade das transformações tecnológicas atuais desconfigura radicalmente as visões de mundo tradicionais. As fronteiras do conhecimento técnico, que têm em sua vanguarda as biotecnologias e as nanoeletrônicas várias, de resto cada vez mais convergentes entre si, há muito já deixaram para trás as tentativas de lhes dar um sentido epistemológico compreensível e articulado à tradição do pensamento moderno. Antes que vaticinar daí a esterilidade da análise histórica para responder

a tantas perplexidades, deve-se reivindicar justamente a sua pertinência incontornável, de maneira a restabelecer as raízes no tempo de tantos fenômenos contemporâneos, de outra forma inevitavelmente desconcertantes. De outro lado, o ofício do historiador tampouco permanece imune a tais transformações, potencializado e ameaçado pela tecnologia a uma só vez. Buscar compreender melhor o impacto da tecnologia na história vivida pode melhorar significativamente as condições da elaboração da história escrita, quando mais não fosse porque as novas formas de escrever história serão cada vez mais coletivas e colaborativas, com todas as vantagens que disso podem advir para uma circulação mais livre e democrática do conhecimento.

### Referências bibliográficas

- Albagli, S.; Maciel, M. L.; Abdo, A. (orgs). 2015. *Ciência aberta: questões abertas*. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio.
- Berman, M. 1986. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras.
- Bodenhamer, D. J. 2008. "History and GIS: implications for the discipline". In: Knowles, A. (ed.). *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: Esri Press.
- Bodenhamer, D. J.; Corrigan, J; Harris, T. M. (Ed.). 2010. *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship*. Bloomington: Indiana University Press.
- Blevins, C. 2016. "Digital History's Perpetual Future Tense". In: Gold, M. K.; Klein, L. (eds). *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Burdick, A.; Drucker, J.; Lunenfeld, P.; Presner, T.; Schanpp, J. 2012. *A short guide to the Digital Humanities*. Cambridge, London: MIT Press.
- Burke, P. 1991. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista.
- Carlotto, M. C.; Ortellado, P. 2011. "Activist-driven innovation: uma história interpretativa do software livre". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 76.
- Carrara, A. A.; Zaidan, R. T.; Paula, L. P. de. 2018. "Geoprocessamento aplicado à história agrária: o vínculo da Jaguará". *Revista de História (São Paulo)*, n. 177, a05017. Available at: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83092018000100314&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092018000100314&lng=en&nrm=iso). (accessed 8.31.20).
- Churchill, R.; Hillier, A. 2008. "Teaching with GIS". In: Knowles, A. (ed.). *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: Esri Press.
- Cunfer, G. 2008. "Scaling the Dust Bowl". In: Knowles, A. (ed.). *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: Esri Press.

Edmond, J. 2016. "Collaboration and Infrastructure". In: Schreibman, S.; Siemens, R.; Unsworth, J. (eds.). *A new Companion to Digital Humanities*. Malden/Oxford: Wiley Blackwell.

Ferla, L.; Lima, L. F. S.; Feitler, B. 2020. "Novidades no front: experiências com humanidades digitais em um curso de história na periferia da grande São Paulo". *Estudos Históricos*, v.33, p. 111 - 132. Available at: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/79912>. (accessed 8.23.20).

Ferreira, K. R.; Ferla, L.; Queiroz, G. R.; Vijaykumar, N. L.; Noronha, C. A.; Mariano, R. M.; Taveira, D.; Sansigolo, G.; Guarneieri, O.; Rogers, T.; Lesser, J.; PageAGE, M.; Atique, F.; Musa, D.; Santos, J. Y.; Morais, D. S.; Miyasaka, C. R.; Almeida, C. R.; Nascimento, L. G. M.; Diniz, J. A.; Santos, M. C. 2018. "A Platform for Collaborative Historical Research based on Volunteered Geographical Information". *Journal of Information and Data Management*, Vol. 9, No. 3, December 2018, Pages 291–304. Available at <<http://www.pauliceia.dpi.inpe.br/portal/home>> (accessed 8.15.20).

Figueiredo, L. R. 1997. "História e Informática: O Uso do computador". In: Cardoso, C. F.; Vainfas, R. (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.

Fitzpatrick, K. 2012. "Beyond metrics: community authorization and open peer review". In: Gold, M. K. (Ed.). *Debates in the digital humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Gold, M. K. (editor). 2012. *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Gregory, I.; Ell, P. 2007. *Historical GIS: Technologies, methodologies and scholarship*. Cambridge: Cambridge University Press.

Knowles, A. (ed.). 2008. *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: Esri Press.

Knowles, A.; Hillier, A.; Balstad, R. 2008. "Conclusion: an agenda for Historical GIS". In: Knowles, A (ed.). *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: Esri Press.

Merton, R. K. 1973. *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. 1973. Chicago: University of Chicago Press.

Ramsay, S.; Rockwell, G. 2012. "Developing things: notes toward an epistemology of building in the digital humanities". In: Gold, M. (Ed.). *Debates in the digital humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Reis, J. C. 1999. *A História Entre a Filosofia e a Ciência*. 1. ed. São Paulo: Ática.

Ribeiro, C. J. S.; Higuchi, S.; Ferla, L. 2020. "Aproximações ao cenário das humanidades digitais no Brasil". *Digital Humanities Quarterly*, v.14, n. 2. Available at: <http://digitalhumanities.org/dhq/vol/14/2/000453/000453.html>. (accessed 8.28.20).

Ribeiro, G. *Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a geografia na obra de Fernand Braudel*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Santos, F. A.; Jorge, J.; Ferla, L.; Atique, F.; et al. 2014. "A enchente de 1929 na cidade de São Paulo: memória, história e novas abordagens de pesquisa". *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 8, p. 149-166. Available at: [http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e08\\_a8.pdf](http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e08_a8.pdf). (accessed 8.27.20).

Scheinfeldt, T. 2012. "Why Digital Humanities Is "Nice"". In: Gold, M. K. (ed.). *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press. Available at: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled-88c11800-9446-469b-a3be-3fdb36bfb1e/section/ffbe0616-a8d6-44ac-8f8e-1e4d4359d4f8#p1b3>; (accessed 8.29.20).

Schreibman, S.; Siemens, R.; Unsworth, J. (eds). 2004. *A Companion to Digital Humanities*. Malden: Blackwell.

Schreibman, S.; Siemens, R.; Unsworth, J. (eds). 2016. *A Companion to Digital Humanities*. Malden: Blackwell.

Seabra, O. 1984. *Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo.

Sousa, M. C. P. de. 2020. "Ler a prosa do mundo hoje". *Digital Humanities Quarterly*, v.14, n.2. Available at: <http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/14/2/000457/000457.html>; (accessed 8.28.20).

Sousa, M. F. 2008. "Os ventos do norte não movem moinhos". *Boletim Goiano de Geografia*, v. 28, p. 15-31.

Spiro, L. 2012. "This Is Why We Fight: Defining the Values of the Digital Humanities". In: Gold, M. K. (ed.). *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press. Available at: <http://dhdebates.gc.cuny.edu/debates/text/13>; (accessed 8.20.20).

Thomas III, W. 2016. "The Promise of the Digital Humanities and the Contested Nature of Digital Scholarship". In: Schreibman, S.; Siemens, R.; Unsworth, J. (eds.). *A new Companion to Digital Humanities*. Malden/Oxford: Wiley Blackwell.

Torres, A. 2018. *A tecnoutopia do software livre: uma história do projeto técnico e político do GNU*. São Paulo, Alameda.

White, R. 2008. "Foreword". In: Knowles, A. (ed.). *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: Esri Press.

